AGÁLIA

PUBLICAÇOM INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

número 62 Verao 2000

DIRECÇOM:

Carlos Quiroga

CONSELHO DE REDACÇOM:

Carlos Garrido
C. Villarino Pardo
Félix Rodal-Fraga
Henrique Peres Rodrigues
Isaac Alonso Estraviz
Joel Gomes
José Luís Rodríguez
José António Souto Cabo

Júlio Diéguez

Óscar Diaz Fouces
Paulo Valério
†Ricardo Carvalho Calero

†Jenaro Marinhas del Valle

GRAFISMO:

Ivam Cozinha

NOTA DA REDACÇOM

1. AGÁLIA reserva-se o direito a publicar originais nom solicitados.

2. A revista nom se responsabiliza da devoluçom de originais.

3. Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da revista.

4. Todos os trabalhos publicados em AGÁLIA aparecerám com a normativa de carácter reintegracionista que defende AGAL (no seu *Prontuário Ortográfico Galego*), ou em qualquer outra normativa do nosso sistema lingüístico. O envio de originais por parte dos autores supom a aceitaçom desta norma.

5. Os textos assinados som da responsabilidade dos autores, nom se identificando, necessariamente, a revista com os respectivos pontos de vista.

Imprime: LITONOR artes gráficas
Via Ptolomeo, 4. Polígono Ind. do Tambre
15890 Santiago de Compostela
litonor@corevia.com
Dep. Legal: C-250 - 1985
ISSN: 1130-3557

CONSELHO ASSESSOR:

GALIZA:

José Agrelo Ermo
Carlos Campoy
Alberto Garcia Vessada
Luís Gonçales Blasco
Marcial Gondar Portasany
Cláudio Lôpez Garrido
Aurora Marco
Higino Martínez Estêvez
Ramom Nogueira Calvo
José Posada
Maria das Dores Rei Teixeiro
Ramom Reimunde Norenha
Manuela Rivera Cascudo
Felisindo Rodríguez
Joám Trilho Pêrez
Xavier Vilhar Trilho

In memoriam:
Ernesto Guerra da Cal
Júlio Garcia Santiago

BRASIL:

Leodegário A. de Azevedo Filho
Gladstone Chaves de Melo
Reynaldo Valinho

In memoriam:
Sílvio Elia

MOÇAMBIQUE:

Fátima Mendonça

PORTUGAL:

Carlos Assunção
José A. Fernandes Camelo
Mário Gomes dos Santos
Óscar Lopes
Albano Martins
José Luís Pires Laranjeira
Amadeu Torres

In memoriam:
Manuel Rodrigues Lapa

RECEPÇOM DE ORIGINAIS E ASSINATURAS:
Apartado dos Correios 453 - 32080 OURENSE (Galiza)
Fax: 988 37 27 14
http://www.uvigo.es/webs/agal

S U M Á R I O

ESTUDOS

7 **A luz em Clepsidra de Camilo Pessanha**
Guillermo Brea González

31 **A História de um Imperialismo Fracassado**
José Manuel Barbosa

77 **Os Novos Galegos e o uso do Galego como *inciso* conversacional**
Mário J. Herrero Valeiro

POESIA

103 **O Amante Seropositivo**
José Manuel Outeiro G.

105 **O deserto e o mar**
Roberto Samartim

NOTAS

109 **O Galego-Português-Brasileiro e a Política Linguística na Galiza**
Camilo Nogueira

119 **Notas sobre Variedades do Alemão**
Carlos Durão

RECENSONS

127 **O remate de umha grande obra e umha nova proposta normativa**
Luís Gonçálex Blasco

141 **Um Prémio (quase) ignorado: *A Tábua Ocre de Núbia***
Miguel Rivero

FOTOGRAFIAS
Luz Castro Pena
(com textos de José Ramom Pichel)

A luz em Clepsidra de Camilo Pessanha

Guillermo Brea González

A muito exígua produção de Pessanha individualiza-se por admitir versos concebidos como uma expressão vaga de ideias mal definidas, partindo de manifestações da Natureza, através de vozes poéticas cujo mistério e música se conjugam para traduzir realidades pessoais transcendentes. O melhor instrumento para levá-lo a cabo: o campo aberto polo seu contemporâneo Carl Gustav Jung. Este psicólogo suíço clarificara a grande importância dos símbolos na vida psíquica humana, Pessanha soube apreciá-lo assim na sua poética: imagens que nos resultam familiares inclusive, mas também engadem certas conotações específicas, aliás do seu significado convencional. Esta é a chave para entrar no mundo poético de Pessanha. No subconsciente descobre-se um mundo interior cheio de ideias desconexas, secretas, e manifesta-no-lo envolto em imagens muito difusas, cheio de névoas e de sombras. Mas é isso o que pretende o nosso autor: a evocação, a sugestão, mais do que a definição própria. Desta sorte, a simbologia faz descobrir —para o autor e para o leitor— o mundo: as coisas adquirem um sentido muito pessoal e circunstancial.

Centrando-nos mais neste ponto observamos uma utilização muito intensa deste recurso na dimensão visual. A nossa análise centrar-se-á na incidência desta dimensão visual, mais especificamente da luz e das cores, no funcionamento das estruturas lógicas do símbolo, no uso de mecanismos morfosintácticos de derivação, no estudo da semântica das expressões e, finalmente, no tratamento da técnica do associacionismo até chegar ao nível fonético.

Num percurso superficial pelo vocabulário de Pessanha na *Clepsidra*[1] verificamos uma aparição muito significativa de substantivos referidos ao campo semântico da visão: "olhos", "vista", "olhar", etc. E dentro deste campo, como veremos mais adiante, o vocabulário do poemário acusa um forte predomínio de verbos, adjectivos e sinónimos que reflectem os

(1) A versão em que nos baseamos para fazermos este estudo é a 6ª edição da editorial Ática, Lisboa, 1973; intitulada *Clepsidra (e outros poemas de Camilo Pessanha).*

vários aspectos luminosos dos objectos (O soneto II de **S. Gabriel**, por exemplo, é todo ele um palpitar de luz), com freqüentes notações de luz e cor.

Ainda quando Tereza Coelho Lopes[2] fala de "acromaticidade" como uma das características estilísticas do nosso autor:

" [...] a cor introduziria um excesso de precisão, de definição de volumes, um excesso de identifi - cação entre o real poético e o real comum [...] ".

É obrigado fazer uma aclaração: movemo-nos num plano metafórico onde o poeta parte do real para ir ao além-real e, para ascender do plano real ao ideal, o poeta lança mão do símbolo. A nível da realidade comum, sim há acromaticidade; a nível metafórico alguns dos seus poemas são verdadeiros crisois onde se fundem, e também purificam, todas as cores primarias (branco, vermelho, azul e amarelo) e algumas secundárias. Centrando-nos mais nesta afirmação temos que sinalar a importância decisiva do método de associação de ideias[3] e de imagens. De forma que Pessanha vai tecendo uma espécie de teia, ligando os distintos conceitos em distintos fragmentos da realidade. Assim, re-criando o mundo tangível, combinando partes isoladas, creia o seu mundo poético. E do facto de fazer possível esta união do espírito com as coisas, encarrega-se, surge o símbolo. Nas suas imagens poéticas há muito de realidade, mas também há muito dele: a sua particular perspectiva poética que faz e constrói definitivamente a sua própria cosmovisão no plano instável e complexo da psique —como já dissemos anteriormente—. É assim como nasce o símbolo na e da Clepsidra . E dentro deste ponto abriremos mais adiante uma particular linha interpretativa no reconhecido significado metafórico da Clepsidra, autêntica palavra-chave da obra, tirado da sua relação com a luz (Vid. NOITE).

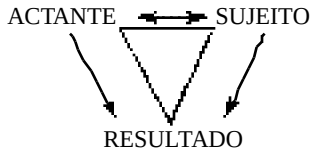
Mas, como opera este mecanismo simbólico? Como são as estruturas lógicas que emprega para articular este recurso?

Indubitavelmente, através da técnica do associacionismo, interrelacionando, em geral, três níveis: o "literário" (no sentido de "palavra poética"), o do indivíduo (o sujeito poético) e o interpretativo; e dois planos da realidade: o sensorial e o intelectual. O poeta descobre-nos uma série de sensações correspondentes do plano real, percebidos através dos sentidos, e liga-a a uma ideia central, que dita ligação sugere embora oculta, por

(2) *Clepsidra de Camilo Pessanha*. Seara Nova; Lisboa, 1979, p. 43.

(3) Empregamos aqui este conceito de maneira semelhante ao de interseccionismo de que faz menção citada autora, mas duma maneira muito mais ampla: "O interseccionismo consiste [...] no entrecruzamento de planos diversos [...] correspondentes a dicotomias típicas [...]". Vid. Idem, p. 24, nota 10. Aplicamos de modo geral a primeira aseveração e prescindimos, especificamente, da condição de oposição dicotómica.

meio da plasmação de uma aplicação do significado lírico ou poético a um nível individual ou subjectivo. O poeta desta maneira toma da linguagem um / uns significante/-s conhecido/-s ao/-s que engade uma série de conotações semânticas próprias para desenhar assim uma outra "expressão ou palavra" mas com um poder sugestivo muito grande, quase mágico. Existe uma translação de significado dos dados oferecidos pelo mundo sensorial desde o universo lírico ao plano individual, e em certas ocasiões às avessas (v. exemplo D), que provoca na mensagem uma interpretação intelectual complementar. O seguinte esquema[4] exprime de que jeito funcionaria este processo:



Se aplicarmos este esquema aos casos concretos, plasmar-se-ia deste modo:

A.—"Eu vi a luz em um país perdido..." (Inscrição)

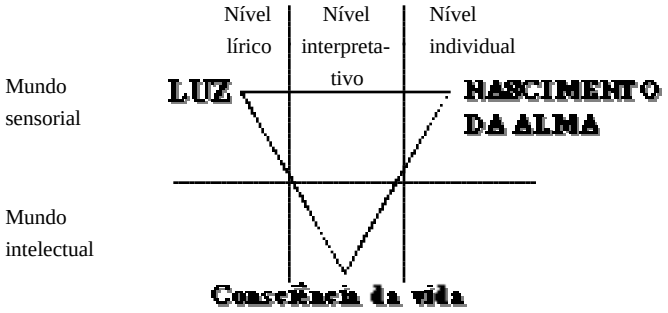
A perífrase descreve o momento do nascimento estabelecendo uma imediata contraposição entre dois planos de identificação:

LUZ - ALMA - CONSCIÊNCIA DA VIDA

vs.

AUSÊNCIA DE LUZ - CHÃO - MORTE

(Simbolizada no próprio título do poema:INSCRIÇÃO)



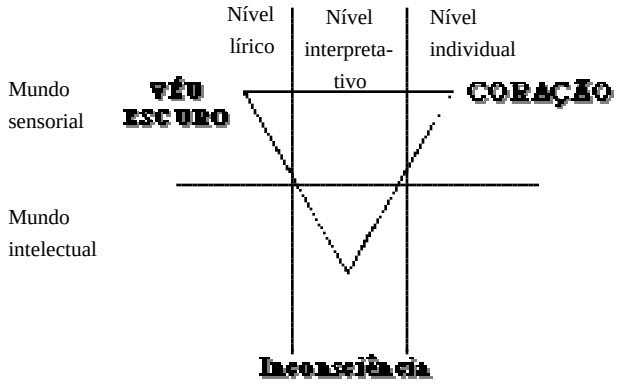
(4) Esta representação gráfica dos mecanismos simbólicos como uma estrutura triangular é uma adaptação ás necessidades próprias do nosso trabalho das teses expostas por Ogden e Richards em *El significado del sig - nificado -una investigación acerca de la influencia del lenguaje sobre el pensamiento y la ciencia simbo - lógica* e também por Marcelino Agís Villaverde em *Del símbolo a la metáfora -introducción a la filosofía hermenéutica de Paul Ricoeur.*

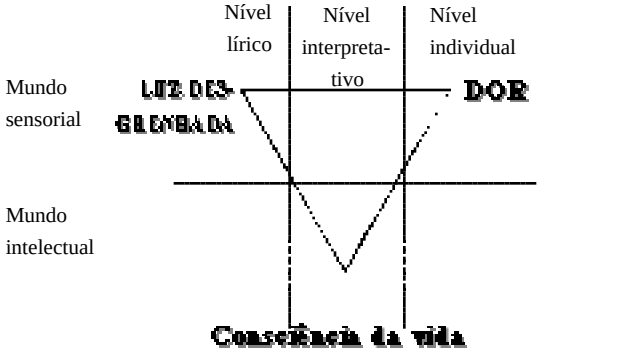
B.—b.1 *" Cobrir-me o coração dum véu escuro!..."* **(Caminho)**

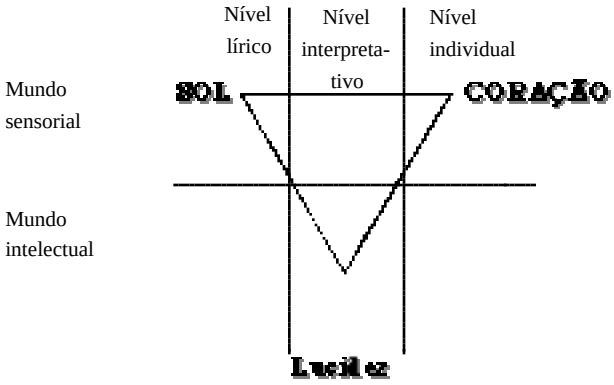
b.2 *" Toda a luz desgrenhada que alumia / as almas doidamente, o céu d'a - gora..."*

b.3 " *Um sol onde expirasse a madrugada"*

Se tomamos a luz como a origem da vida, através da sua consciência ("Toda a luz que alumia / as almas..."), a possível ausência dela neste parágrafo -*"ao desmaiar* (da luz) *o poente* (a noite)"- pode ser entendida como uma metáfora do enfraquecimento progressivo espírito (*o coração*) que discorre paralelamente ao diminuir da luz (*véu escuro*) que é o que nos faz ver a verdade das coisas. Em b.3. repete-se esta correspondência embora universalizada pela analogia "coração" (=motor do indivíduo) / "sol" (=motor do universo), ambos sem luz ("véu escuro" / "onde expirasse a madrugada"). Os esquemas de como funcionam as ligações lógicas nestes três exemplos são os seguintes:

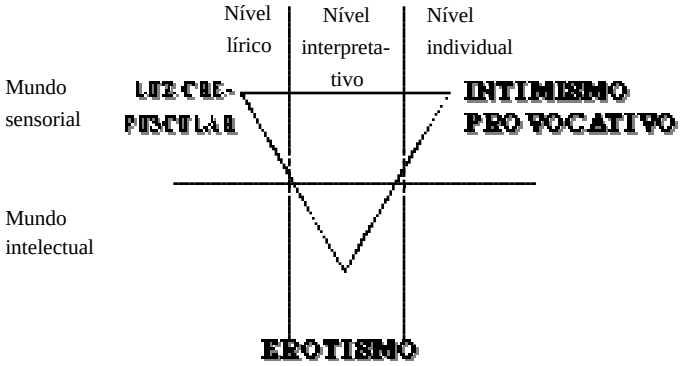






C.—*"Da luz crepuscular, que enerva, que provoca ..."* (***Interrogação***)

A luz é aqui um factor ambiental que possibilita um certo ânimo sensual que o poeta tem de vencer.



D.—*"Ou siga, maldito, / Com a bandeira amarela..."* **(Roteiro Da Vida I)**

No Código Internacional de Bandeiras de 1901 a bandeira amarela erguia-se no tope do navio quando um barco apestado, passada a quarentena, pedia livre via (literalmente "livre plática"= direito a falar). O poeta, esse barco maldito, pede liberdade para falar de sim. No princípio dissemos que, de maneira geral, existia uma translação de significado dos dados oferecidos pelo mundo sensorial desde o universo lírico ao plano individual, que provocava na mensagem uma interpretação intelectual complementar. Embora neste exemplo acontece às avessas. Se a linha usual até agora era: dados oferecidos pelo mundo sensorial---> aplicação pessoal---> interpretação intelectual. Nesta altura o caminho seguido altera-se pois os dados oferecidos pelos sentidos (uma cor determinada dentro da linguagem marítima de bandeiras) formam parte, à sua vez, dum código de signos convencional que é necessário conhecer previamente para poder conseguir desentranhar efectivamente a simbologia definitiva

da mensagem poética. A linha seguida então na translação do significado final foi: mundo intelectual (obrigado e prévio conhecimento pelo autor do significado do código de bandeiras)---> sentidos (a bandeira, a cor)---> aplicação pessoal desse significado concreto do código de bandeiras ---> interpretação simbólica final (ser "enfermo", maldição, liberdade, etc.).

Este mesmo processo dá-se em todas as cores do brasão de ***S. Gabriel II***. A gramática heráldica surge aqui como um suplemento, preexistente ao símbolo, que serve de muleta à capacidade de cognição especial que terá definitivamente a sua expressão poética.

Mostra-se com clareza que um dos pilares em que se sintetiza a relação intelectiva entre o "eu" do poeta e o "universo" estabelece-se através do olhar, entendido em termos de imagem que este projecta naquele, ou imagem que aquele obtém deste. E o olhar —dentro desta re-criação do mundo poético— verifica-se por meio da luz, tanto em ausência como em presença; uma luz subtilmente combinada, matizada ou esquecida que dota aos seus poemas de um forte simbolismo na dimensão visual. Vejamos, então, como o Pessanha luminista trata certos aspectos desta "luminescência" poética:

I. A LUZ

Na maior parte dos seus poemas há um ambiente luminoso muito intenso. Treze vezes aparece mencionado explicitamente este termo. Dentro delas podemos fazer a seguinte classificação atendendo ao seu significado contextual:

A.—Sem nenhum tipo de modificação derivativa ou complementação sintáctica aparece seis vezes. A luz mostra-se essencialmente como um primeiro aspecto do mundo nocional ou informativo, símbolo de iniciação na vida (**Inscrição**, etc) ou como fonte de conhecimento através da toma de consciência desta como dor (**Caminho**, etc.).

B.—Pode aparecer com certas especificações semânticas expressadas nas diversas variações morfosintácticas que lhe acompanham. Assim:

b.1.—A sua construção com um adjectivo, que o modifica, transmite directamente uma imagem ambiental *("luz crepuscular ", "luz desgrenhada"*) que incide no seu estado anímico (sensualidade, no primeiro caso) ou intelectual (neste caso, o excesso de luz produz-lhe uma dor intensa que faz sentir o verdadeiro valor da vida). Também reflectem este segundo sentido construções nas que:

—"LUZ" + Complemento do nome ("*Êxtase de luz*", "*inundação de luz*"). É uma construção recorrente no poema intitulado Branco e Vermelho (embora não exclusiva pois aparecem também outros tipos como "*foi um deslumbramento*").

— "LUZ" + Sufixos derivativos. Exemplos onde aparece categorizada por distintos sufixos derivativos ("*Tão lúcido*", "*foi um deslumbramento*").

b.2.- Em distintas formas adjectivas ("*luminosa*", "*translúcidas*"), quando aparecem ligadas com qualquer elemento líquido (água, nebulosa, etc.), destacara-se a qualidade desta para deixar passar a luz em maior ou menos medida. Fala-se de "*transparência luminosa*" quando se menciona a água, de "*mãos translúcidas*" quando estão submersas ou de "*nebulosa luminosa*" onde se exprime uma imagem sagrada típica de toda epifania: apresenta-se uma figura rodeada de um nimbo de luz.

Contudo, também pode ser pertinente a menção à ausência deste elemento. Este traço pode aparecer sinalado directamente no texto ou bem de maneira "*sub-reptícia*". De maneira implícita o poeta pode submergir-nos neste mundo "*sem luz*" através do emprego sistemático de palavras que se ligam subjectivamente a qualidade do obscuro embora sem mencioná-la aparentemente. É o caso do soneto ***Olvido*** , texto enchido de expressões que conotam a falta de luz: "*desce*", "*olvido*", "*véu de luto*", "*dormir*", "*caixão*", "*dorme*", "*murcha*", "*chão*", etc.; mas nunca "*noite*", "*escuridade*", "*negro*", etc. Procedimento semelhante acontece na criação de um ambiente nocturno, a partir de impressões sombrias e escuras e das próprias imagens evocadas (como a profundidade, o abismo...): "*Fundas, soluçam/ Caudais de choro./ Que ruínas (ouçam!)/ Se se debruçam,/ Que sorvedouro!/ Trémulos astros... Soidões lacustres...*" (vv.11-17 ***Violoncelo***).

Catorze menções explícitas temos de carência de luz em distintos degraus. De mais a menos, temos alusões a uma progressiva diminuição: "*como uma luz se apaga...*" ou "*...me enoiteceu a vida...*" (vv. 38 e 26 de ***Roteiro da vida III***) ata chegar à não-luz: "*um balão apagado* (v. 40 ***Roteiro da vida III***) que se pode manifestar como:

—Sombra: *"...fica sequer, sombra das minhas mãos" e "Estranha sombra em movimentos vãos*" (vv. 82 e 84 ***Vénus II***).

—Noite: *"Queimou o sol! Volvei noites de paz"* (v. 4 ***Paisagens de Inverno***); *"...Tudo a noite, fora"* (v. 9 ***Ao longe os barcos de flores***); *"Outra vez, pela noite, na ardentia"* e *"E à noite latescendo, onde, quietas"* (vv. 2 e 11 ***S. Gabriel***).

—Escuridão: *"Cobrir-me o coração dum véu escuro"* (v. 8 ***Caminho I***); *"...lago escuro..."* (v. 75 ***Vénus II***); *"Se vens, ás escuras"* (v. 15 ***Em um retrato***); *"Viúva, grácil, na escuridão tranquila"* (vv. 2 e 8 ***Ao longe os barcos de flores***).

A finalidade significativa deste campo semântico é vária. Em geral, se a luz simboliza a vida, a felicidade, a força ou o dinamismo; as trevas são corolariamente símbolo do mal, da infelicidade, da perdição e da morte. Um exemplo témo-lo no "...lago escuro...", de claras reminescências mitológicas (= águas infernais do Hades), onde há um valor complementar na oposição entre a morte "o lago escuro" e "cristalina" (= fragilidade das imagens). A ausência de luz significa a cessação de tudo o que é dinâmico, da relação entre o "eu" e o "universo" , portanto, da própria vida.

Nos vv. 82 e 84 de ***Vénus II*** o conceito de "sombra" liga-se à ideia duma imagem virtual. E quando a qualifica de "estranha" pensa em "alheia", pois não está identificada com o sujeito poético.

A noite pode reflectir um certo estado de apatia já senil em que se busca sobretudo a tranquilidade (*"Queimou o sol! Voltai, noites de paz... Noites da serra, ó casebre transido... Ó meus olhos, cismai como os velhinhos... Doces vozes senis"*, ***Paisagens de inverno***). Aliás, a noite, igual que a escuridão, pode representar um lugar aliado que "detém" o agradável som sedutor da música (em ***Ao longe os barcos de flores*** nos versos 9: *"E a orquestra? E os beijos? Tudo a noite, fora"*; 2 e 8: *"Viúva, grácil, na escuridão tranquila"*) ou uma circunstância propiciatória para o intimismo e o segredo (*"Se vens, às escuras/ Confiar-me ao ouvido/ Não sei que amarguras..."* ***Em um retrato***).

Há uma intenção principalmente estética -de base associativa e finalidade impressionista- naquelas estrofes onde o objectivo é conseguir um jogo de luzes e sombras. Isto verifica-se claramente no poema intitulado S. Gabriel II nos vv. 2: "Outra vez, pela noite, na ardentia...Dir-se-ia/ irmos arando em um montão de estrelas" (= multidão de pontinhos verdes fosforescentes sobre o lenço negro da noite reflectida no mar) e 11: "E à noite, lactescendo, onde, quietas / Fulgem as almas..." (a "lactescência" faz referência à cor do leite pois branco é o brilho das estrelas [almas] sobre a noite).

Se a luz simboliza a expansão do ser pela sua elevação ou harmonia; a sua falta leva-nos a um estado depressivo ou ansioso ("um balão apagado"). Mas estes não são dois planos existenciais simplesmente contrapostos. A luz, no contexto geral da obra, aparece em relação com a escuridão para simbolizar valores alternantes, e até um ponto complementares, de uma evolução, da evolução do homem eterno. Luz e trevas constituem uma dualidade universal desde o início da história dos homens. Não faz lembrar os velhos conceitos do Yin e do Yang da dialéctica chinesa (sem dúvida conhecidos por Pessanha) ou os primeiros versículos do Velho Testamento:

> "No princípio criou Deus o Céu e a Terra [...] A Terra porém era vã e vazia e as trevas cobriam a face do abismo e o Espírito de Deus era levado sobre as águas. E disse Deus: haja luz; e houve luz. E viu Deus que a luz era boa, e dividiu a luz das trevas. E chamou à luz Dia, e às trevas Noite; e da tarde e da manhã se fez o dia primeiro".

Depois desta breve digressão bíblica é necessário sublinhar que a obra, dentro desta temática, conforma um conjunto circular completo: o primeiro verso de ***Inscrição*** *"Eu vi a luz..."* faz menção primeiramente ao momento do nascimento e, no fundo, a uma saída das trevas. A sua vida, igual que a sua poesia, vão enchendo-se de luz e cor —especialmente na primeira parte intitulada **Sonetos**—. Na segunda parte -**Poesias**- vão tingindo-se de escuridão até chegar ao quarto verso, e seguintes, do ***Poema final*** (*"No limbo onde esperais a luz que vos baptize..."*). Outra vez estamos aguardando nas trevas essa luz que nos faça sair de debaixo da ***"Inscrição"*** do epitáfio ainda que seja *"em um país perdido"* e com uma *"alma lânguida e inerme"*.

Nesta altura é quando topamos um outro sentido simbólico da Clepsidra. Tereza Coelho Lopes[5], na apresentação crítica da sua edição parcelar desta obra, sublinha três níveis de significação distintos e complementares para este conceito:

a) Um primeiro nível denotativo no que a clepsidra é um relógio.

b) Num plano conotativo geral, como símbolo quase universal do relógio, passaria a significar a mudança do tempo, da vida e a aproximação da morte.

c) Se aprofundarmos neste plano conotativo entramos num plano simbólico mais particular e específico do poeta, de certas reminescências mitológicas, jogando com a paronomásia que se dá na linguagem oral entre "Clepsidra" e "Hidra". O conceito simbolizaria aqui a inutilidade da vontade e do esforço humanos perante algo que lhes é exterior e adverso (a Hydra de múltiplas cabeças) ou, por um outro lado, a impossibilidade da erradicação dos múltiplos vícios do homem.

Embora esquece um outro, isto é, as especiais características no uso da clepsidra. Efectivamente, junto ao gnómon, relógio de sol que só se podia utilizar de dia, as clepsidras eram empregadas pelos antigos egípcios —e até bem entrada a Idade Média na cultura ocidental— para medir o tempo especialmente pela noite. E isto é um dado muito interessante para o nosso trabalho. Surge assim uma inevitável relação entre dois dos eixos

(5) Nos três seguintes parágrafos fazemos uma breve paráfrase das palavras da autora em *Clepsidra de Camilo Pessanha.* Seara Nova; Lisboa, pp. 26-29.

temáticos cruciais em Pessanha (outra vez esse associacionismo recorrente): o tempo e a luz —sentida neste caso em ausência—, conceitos ambos ligados à imagem simbólica de uma clepsidra que marca a pulsação do ritmo da existência em tempos em que a ausência de luz —também simbólica— predomina na vida pessoal do poeta (e, por extensão, de todos os homens).

II. O SOL

Em geral este elemento desempenha metonimicamente os valores próprios da luz. O sol é a fonte da luz, do calor, da vida e da esperança. E é neste sentido de princípio anímico ou força vital como se manifesta em *"Vai já rompendo o sol: vamos embora"* (v. 4, ***Caminho III***), onde a presença da luz é um alento para que o poeta tome a decisão de abandonar o seu "eu existencial" pelo seu "eu potencial"; ou em *"Dia de sol, inundado de sol"* (vv. 18 e 20, ***Vénus III***) que nos oferece uma interessante contraposição entre o desbordamento de luz (=esperança, vida, optimismo, etc.), exprimida nas repetições enfáticas *"dias de sol"* -duas vezes- e *"tão lúcido"* -quatro vezes-, e o falso da sua esperança ao reconhecer tristemente *"Tão lúci - do ...Tão pálido ...Tão lúcido"* repetido quase como uma oração... o poeta aguardava muito desse dia esplêndido mas tudo é em vão, só fica uma afligida melancolia, porque a palidez é a falta de cor, e a falta de cor é a desesperança e a frustração.

Se a luz irradiada pelo sol é o conhecimento intelectual, o próprio sol é a inteligência cósmica, como o coração é, dentro do ser, a sé da faculdade de conhecer.

O sol pode transformar-se em metáfora de pureza, instrumento que enxuga as impuridades do mar -e do poeta-: *"Que o sol, sem mancha, o cris - tal sereno volatize"* (v. 13 ***Roteiro da vida II***).

Ou também pode ser, simplesmente, uma descrição do sol oblíquo que apenas quenta, e que serve ao poeta para "justificar" num sentido ambiental uma certa predisposição erótica (*"Mas sinto-me sorrir de ver esse sorriso/ que me penetra bem, como este sol de Inverno"* vv. 21 e 22 de ***Interrogação***).

Contudo há um caso em que o sol, elemento iniciador como já dissemos, é o princípio mas também o fim. É quando aparece arrebatado da sua luz para exprimir uma situação ou desejo que morre antes de começar: *"Um sol onde expirasse a madrugada"* (v.13 ***Caminho I***). Neste hábil paradoxo o poeta tenta exprimir isso que pôde ser e que nunca foi (são as "cores virtuais" ou "os abortos" dos que falará noutros poemas).

III. O LUAR

Significa um degrau intermédio entre a luz e a escuridão. Utilizando a acima mencionada terminologia filosófica oriental equipararemos a luz solar com o princípio activo e a luz lunar com o princípio passivo. Então, se a luz do sol é o símbolo do conhecimento absoluto percebido por intuição direita sem refracção, isto é, sem intermediário deformatório; este conhecimento imediato que é a luz solar opõe-se à luz-lunar que, sendo indirecta e reflectida, semelha o conhecimento racional. No soneto III de ***Roteiro da vida*** (*"Tão branca do luar.../ Eis tenho-a junto a mim./ Vencida, é minha, enfim/ Após tanto sonhar../ Porque entristeço assim?.../ Não era ela, mas sim/ O que eu quis abraçar"*) vemos esta clara diferenciação entre o "objecto de desejo inicial" (=o princípio activo, direito e intuitivo) e o "objecto de desejo outro" que só é descoberto através da insatisfação que permanece depois de ter fruído o inicial (=o conhecimento indirecto e racional).

A luz solar actua sobre o espírito —SPIRITUS— e o luar sobre a alma —ANIMA—. Quem regula a primeira no homem é o coração ("[a falta de luz] *cobrir-me o coração dum véu escuro"* v. 8, ***Caminho I***) e a segunda, o cérebro. Se a luz solar faz referência à essência dos fenómenos e das coisas, a luz lunar é a substância delas.

Das cinco vezes que o luar aparece mencionado, três delas serve como um elemento ambiental mais que fornece uma certa ambientação visual de carácter impressionista (no v. 35 de ***Vénus II*** *"Longas teias de luar de lhama de oiro"* e em ***Roteiro da vida III*** no v. 13 *" Se andava no jardim/ que cheiro de jasmim/ Tão branca do luar"* e também no v. 21 *"A hora do jardim.../ O aroma de jasmim.../ A onda do luar"*). Aliás dessa função, o luar pode ter qualidades tranquilizadoras a partir dum tratamento personificado: *"O luar dulcifica... Feeria/ do luar não mais deixes de envolvê-las!"* (***S. Gabriel II*** vv. 7-8).

III. AS CORES

Ainda que na maior parte dos poemas há um ambiente luminoso muito intenso, o valor das cores em Pessanha é quase sempre mais emblemático, simbólico, do que cromatístico: a associação exerce-se neste aspecto como em tantos outros. Raras são as cores mencionadas no livro pelo seu valor decorativo, e aquelas em que aparecem como peças dum jogo de luz, são pouco matizadas pois o que realmente interessa é o impacto sensorial global que nos produz a sua aparição conjunta.

Em geral, os efeitos simbólicos das cores na mente provêm das suas associações com o mundo natural (o azul do céu; o vermelho do sangue,

o oiro do sol...) embora, a um nível mais profundo, a cor sintetiza uma qualidade creativa ou destrutiva dentro da própria vida, assim, a morte vê-se como negra ou branca, sendo ambas a ausência duma cor determinada. Mas, vamos por partes:

III.1. O VERMELHO.—Seis vezes é mencionada. É a cor mais matizada do poemário: aparece ainda nas gradações de cor-de-rosa ténue (*"Conchinhas tenuemente cor-de-rosa"* v. 6 son. ***II Vénus***; *"Róseas unhinhas que a maré partira"* v. 12 ***Vénus II***) e cor-de-rosa vivo (*"Com um aljôfar cor-de-rosa viva!"* v. 39 ***Fonógrafo***) passando por um vermelhão de forte carga erótica (*"E os lábios, branca, do carmim desflora"* v. 6 ***Ao longe os barcos de flores***) e um intenso vermelho conceptual (*"Tudo vermelho em flor"* v. 80 ***Branco e Vermelho***) até chegar ao tom violáceo (*"...Já roxos dos espinhos"* v. 33 ***Roteiro da vida III***).

O simbolismo essencial desta cor aparece perfeitamente reflectida no poema intitulado ***Branco e Vermelho***. Se aplicarmos ao título o simbolismo básico destas duas cores, obteremos dois paradigmas que se opõem: "branco" é a ignorância, a ausência, a morte; "vermelho", o saber, a presença, a vida. A violência do contraste entre as duas cores emblemáticas será, assim, o resultado do contraste entre tudo aquilo que cada uma delas simboliza (desse contraste resulta a própria dor, que Pessanha define como "essa falta d'harmonia"). O vermelho é, essencialmente, a cor do sangue a do fogo, portanto a cor da própria vida, estando dessa maneira associado às origens, à matriz, ao lugar do mistério e do segredo. Mas, ao mesmo tempo, o vermelho simboliza a força em expansão, e os aspectos que ela assume: o desejo, a paixão, o saber, o poder. Se o branco é a cor da potencialidade, o vermelho é, complementarmente, a cor do acto. A final, o branco cede o lugar ao vermelho, uma vez a iniciação realizada (*"Tudo vermelho em flor"*). Contudo há neste poema um facto muito interessante[6]. A Morte é aquilo que autoriza a passagem a um espaço de maior energia, de maior vitalidade: *"Já o sonho começa.../ Tudo vermelho em flor..."*. Semelha que —mortos os fantasmas, ultrapassado o momento "em branco"— assistimos a uma inversão do sentido habitual da Morte, a qual assume a cor da própria vida, não o branco, senão o vermelho do sangue, do saber, do poder. O "sonho" será, afinal, o verdadeiro e mais fiel processo de conhecimento, aquele que permite atingir a plena revelação: *"Tudo (...) em flor..."*.

(6) Este poema já foi analisado brilhantemente por Esther de Lemos. Neste parágrafo, e noutros que façam menção ao poema, Vermelho e Branco, seguimos de maneira parcelar os excelentes apontamentos de Esther de Lemos em *A Clepsidra de Camilo Pessanha.* Ed. Verbo; Lisboa, 1981.

Por uma banda o tom mais claro: a cor-de-rosa, e em combinação ou alternância com tonalidades alvas, parece conformar-se como símbolo arquetípico do fino, delicado e pequeno, uso consolidado, aliás, pelo emprego constante de diminutivos nos objectos que servem como referentes ("seixinhos", "unh*inhas*", "conchinhas" "aljôfar", etc.).

Por outra banda o tom mais escuro desta cor, o roxo, aparece como símbolo do martírio, do sofrimento nos pés lacerados do caminhante (*"Meus pobres pés dorir, / Já roxos dos espinhos"*).

Também pode aparecer implicitamente dentro dum jogo de luzes e sombras na imagem duma chama num fundo escuro: *"O meu coração desce/ Um balão apagado.../ —Melhor fora que ardesse,/ Nas trevas, incendiado"*.

III.2. O VERDE.—Quatro vezes aparece. É essencialmente uma qualidade do mar ou dalgum elemento seu (*"À flor da vaga, o seu cabelo verde"*, v. 1 ***Vénus I***; "[o mar] *Tudo verde, verde* —a perder a vista" v. 32 ***Vénus II***; *"Esmeralda viva do Canal..."* v. 4 ***Roteiro da vida II***). Como o mar significa para o poeta a metáfora do começo e do fim de todas as coisas, é para ali que ele vai transpor a Natureza, simbolizada pela cor verde, a qual traduz simbolicamente o elemento da fertilidade e da criação, e que também não deixa de ter uma conotação mística *"Tudo verde, verde,* —a perder de vista— *para um lençol aquático..."*. Numa só ocasião descreve o plano terrestre, quando faz referência à encosta duma colina: *"Em glaucos, frou - xos tons adormecidos"* v. 30 ***Fonógrafo***).

Esta cor aparece desprovida de complementos descritivos mas não quando é substituída por sinónimos: *"Em glaucos, frouxos tons adormeci - dos"* (***Fonógrafo***) e em *"Esmeralda viva do Canal"* (*Roteiro da vida II*).

III. 3. O AZUL.—É um tom que tem origem principalmente na contemplação do mar mas não vive nos poemas como um simples elemento paisagístico embora contém uma forte carga intelectual. Aparece cinco vezes, quatro delas para definir a imensidão do oceano nos seus aspectos mais negativos (*"planície azul"* v. 11 ***S. Gabriel I***; ***"ondas do azul oceano"*** v. 4 ***Roteiro de vida I***). O azul aqui é uma cor sem vida, a cor da putrefacção de toda a matéria morta que está suspendida no mar. Esta sensação materializa-se em expressões direitas e descarnadas: *"O azul do teu olhar... pútrido o ventre, azul e aglutinoso"* (v. 5 ***Vénus I***) ou, esporadicamente, em fórmulas expressivas do simbolismo mais académico —estranhas contudo em Pessanha—: "[Cristalizações salinas] *Putrescina: —Flor de lilás"* (v. 5 ***Roteiro de vida III***). Uma só vez aparece fora do âmbito marítimo, como elemento dum brasão. Nesta altura também é uma cor lânguida, sem animação, pois o brasão faz referência a feitos heróicos passa-

dos; contudo o azul tem, neste exemplo concreto, uma função muito mais importante que ultrapassa o seu simples significado heráldico: a de pôr em relação direita, pela metonímia da cor, o brasão histórico —passado e morto— com um outro brasão moderno e vivo: a tatuagem que leva inscrita no braço.

Seja qual for o seu valor simbólico, aparece sempre sem qualquer indicação.

III. 4. O DOURADO.—Em cinco ocasiões aparece. E a cor do sol e, como tal, é símbolo:

a) Heráldico da majestade (*"o meu brasão* [...] *Tem de oiro, num quartel"* v. 19 de ***Gabriel II***).

b) Num sentido mais amplo, do nível óptimo de qualquer fenómeno ou objecto como a música suprema que se escuta em *"...gorjeios, estribil - hos / dum clarim de oiro"* vv. 9-10 ***Fonógrafo*** ou como o desejo *"da hora pro - metida"* em *"Depois das bodas de oiro"* v. 22 ***Roteiro da vida III***.

Às vezes é utilizado para participar em jogos e contrastes de luzes que o Pessanha impressionista gostava de reproduzir. Há combinações de:

—Branco / negro e ouro: *"Longas teias de luar de lhama de oiro"* (v. 35 de ***Vénus II***), entre as velas dos barcos, a escuridão incipiente do luar e os raios do ocaso.

—Negro e ouro: *"E águias de negro, desfraldando as asas / que realça de oiro um colar de besantes..."* (v. 28 de ***S. Gabriel II***).

III. 5. O AMARELO.—Esta cor, ainda sendo variante cromática da anterior, não tem nada que ver no seu simbolismo. Nunca se regista com finalidades estéticas por enquanto o seu valor é muito mais representativo do que descritivo. O amarelo só aparece mencionado no v. 18 de ***Roteiro da vida I***: *"...com a bandeira amarela"* e no v. 10 de ***Poema Final*** baixo a expressão *"Abortos, que pendeis as frontes cor de cidra"*. Esta metáfora necessita uma explicação no seu preciso contexto. O ***Poema Final*** é um discurso exortativo que o "eu" dirige a tudo aquilo que foi nele, virtualidade não actualizada, potencialidade não realizada, desejo nunca satisfeito. Nesta temática "os abortos" são algo que não chegaram a atingir a existência, foram uma forma de vida incipiente, uma potencialidade definitivamente negada. A "cor de cidra" sublinha a marca da fermentação que é, de algum modo, uma forma de decomposição. Nesta conotação contextual tem um valor muito próximo à cor "azul" do mar mas com alguma diferença: a putrefacção da "cor de cidra" dá-se por não ser, por não nascer; embora a putrefacção do "azul" nasce do ser esbatido e enfraquecido.

III.6. O NEGRO.—É uma cor que aparece muito pouco representada. Duas vezes:

• *"E águias de negro, desfraldando as asas/ que realça de oiro um colar de besantes..."* v. 28 de ***S. Gabriel II***. A cor tem aqui uma finalidade estética mais do que representativa. Da águia, animal heráldico que simboliza o poder supremo que tudo o vê e o compreende, menciona-se a sua cor para a contrastar com o dourado das moedas do colar. O valor significativo neste terceto centra-se nos objectos e nos animais que se mencionam. Assim, segundo a psicologia freudiana, e outras, a combinação numa imagem de pássaros e serpes ("Entre castelos serpes batalhantes,/ e águias de negro...") sempre coadjuva uma ideia de conflito: a luta entre o céu (espaço aberto) e o mar (profundo e escuro). Mas essa é uma questão muito mais ampla que se deveria tratar num outro trabalho sobre a significação do simbolismo heráldico neste soneto concreto.

• *"Em negro recortados* [os escravos]" v. 47 de ***Branco e Vermelho***. Neste exemplo prima mais o valor representativo do que descritivo. Os escravos como fantasmas (*"magros perfis"*) avançam em fila humilhados (*"cur - vados"*) sobre a pantalha do horizonte (*"no poente recortados"*), são figuras *"mesquinhas, vis"* que *"de medo tremem"*. A partir de aqui observamos que detrás desta dilogia se esconde uma condensação léxico-interpretativa muito proveitosa: homens de raça negra ("escravos"), que se recortam num fundo de escuridão incipiente ("poente") e que se mostram "negros" na particular visão poética simbolística porquanto negra é a cor do sofrimento, da dor -no sentido de "dor" como pena humana , não no sentido já visto de "pro-motor" da consciência humana-, da ignorância e do medo. Mas Pessanha não está a falar simplesmente do inframundo da escravidão. Seria uma leitura em superfície. No preciso contexto do poema ***Branco e Vermelho***[7] chegamos a uma conclusão um pouco diversa: o excesso de dor/ luz, actuando sobre o sujeito, leva-o a uma súbita contracção dos órgãos da visão ("escuridão"), cortando o seu contacto com o exterior e provocando um fechamento sobre si próprio. O seu ser está em "suspensão" porque temporariamente está liberto de todas as referências ao real, ou seja, plenamente aberto ao ideal, ao onírico. É então que se começam a movimentar os fantasmas do próprio medo, da sua ignorância e da sua escravidão. Ao "matar" mais adiante os seus fantasmas, o "eu" tenta matar-se ou seja, suprimir a duração do tempo e da consciência, regressar ao "instante limite e único" de suspensão do ser (=a antecâmara da morte). Remito ao dito no parágrafo final de III. 1. Muito interes-

(7) De novo recolhemos aqui as indicações estilísticas de Esther de Lemos.

sante resulta neste poema a passagem das cores que remata numa aparente inversão dos valores adquiridos em exemplos anteriores: o poeta começa por uma intensa luz branca de deserto que o cega. Ao mesmo tempo esse momento de escuridão converte-se num espaço "em branco" ao perder toda referência sensorial e intelectual (lembre-se que os "olhos" de Pessanha são também órgãos de reflexão que actuam directamente sobre a consciência do homem). Nesse instante "em branco", nascido da "negra" cegueira, aparecem as suas "negras" fantasmas -que são negros também-. Uma vez vencidas (=mortas) as "negras" fantasmas, volve de novo a deslumbrante luz branca do deserto (desculpas pela necessária redundância!) que o deixa uma outra vez "em branco" (*"Todo o meu ser suspenso"*) mas, desta vez, a luz vem ligada à ideia de morte —branca ou negra, segundo Oriente ou Ocidente— que surge na cor da vida: o vermelho (*"Tudo vermelho em flor..."*). Todo um complexo labirinto cromático fruto do interseccionismo estilístico característico deste autor.

III.7. O BRANCO.—É, sem dúvida, a cor mais importante dentro do poemário tanto pela alta frequência com que aparece —dezasseis vezes— como pelos múltiplos valores que desenvolve. O branco surge como símbolo de todas as potencialidades. É uma cor que se situa nos dois extremos do eixo cromático, e tudo o que há no meio pode "traduzir-se" nele, inclusive assumindo características aparentemente inconciliáveis: tanto pode significar a ausência total de cor como a soma de todas as cores. Do mesmo modo, tanto significa o momento do nascimento e da iniciação porque a luz (e o luar) —símbolos recorrentes da origem em geral, e do início da vida física e intelectual, em particular— é maioritariamente branca nos seus poemas (*"De branca e de imprevista/ foi um deslumbramento"* vv. 3-4 ***Branco e Vermelho***; *"Tão branca do luar"* v. 13 ***Roteiro da vida III***); como o momento da morte ou a morte mesma (*"Cadaverina:-Branca flor do espinheiro"* v. 6 ***Roteiro da vida III***; *"As tuas mãos tão brancas d'anemia"* v. 13 ***Crepuscular*** ou *"Brancos, os arcos"* v. 7 ***Violoncelo***). Neste último poema evoca-se uma outra vez o jogo de luz e sombras: primeiro, a brancura dos arcos das pontes, os barcos que passam (com as sua velas brancas), os blocos de gelo (também brancos), as urnas quebradas (que, modificadas por "alabastro", lhes confere a notação de brancura); mas, a terceira estrofe lembra escuridão: *"fundas"*, *"sorvedouro"*, *"astros"* —que se associam à noite—. É o mesmo jogo de escuridão e luz que aparece em ***S. Gabriel II***: *"Outra vez, pela noite, na ardentia [...] Dir-se-ia / Irmos arando em um montão de estrelas [...] Cuja brancura, rútila de dia/ O luar dulcifica [...] Que do além vapora, luminosa,/ E à noite lactescendo, onde, quietas,/ Fulgem..."*. Embora isto não é o mais rele-

vante neste ponto da questão. O que nos interessa verdadeiramente é que estes "arcos" do poema ***Violoncelo*** pertencem a uma ponte que atravessa um rio de destruição (*"despedaçam-se os barcos"*), que se associa à imagem dos *"caudais de choro"*. Por tudo isso são arcos brancos, porque branca é a cor da morte -pense-se que nas religiões orientais o branco é a cor do luto-. Aliás, nesta conceição lutuosa a morte pode ser entendida de forma dupla: como um lugar limite mas, simultaneamente, de passagem para uma situação nova, logo para uma outra iniciação. Já vimos (vid. III. 1) como no poema ***Branco e Vermelho*** o branco cedia o lugar ao vermelho para representar, dentro deste peculiar código cromático, o facto da morte iniciática. Certifica-se consequentemente que para Pessanha o branco era a cor da potência —seguindo a terminologia platónica de "ser em potência"/ "ser em acto"— e o vermelho era, complementarmente, a cor do acto. Num outro plano teria relação com a não-existência intelectual (uma outra forma de "Morte" se se quer), com o vazio e o vão que emana depois duma beleza que só tem aparência (*"Lírio poluído. Branca flor inútil"* v. 2 ***Madalena***). Noutros contextos verificamos que o branco também pode ver incrementada a sua rica polissemia simbólica com uns outros valores semânticos. Estes podem ser:

1.—Na sua variante alvinitente pode exprimir topicamente a beleza natural, a pureza ou a virgindade:

* *"[Esvelta surge] Timonando uma concha alvinitente..."* (v. 16 de ***Fonógrafo***).

* *"Oh vem! De branco! Do imo do arvoredo!"* (vv. 33 e 41 ***Fonógrafo***).

2.—Além da anterior conotação pode representar, com a cor-de-rosa, uma ideia de delicadeza, fragilidade e finura como em:

* *"Seixinhos da mais alva porcelana"* (v. 19 ***Vénus II***).

3.—Entanto cor da areia —da praia ou do deserto— transmite também uma imagem de vastidão e faz referência transcendentalmente ao absoluto ou ao infinito e, num outro sentido, à solidão (*"Branco deserto imenso"* v. 10 e 66 ***Branco e Vermelho***). Estabelece-se assim um claro paradigma semântico a partir da constante relação "deserto"<--> "branco"<--> "luz".

4.—Há versos que são uma autêntica miscelânea de todas as conotações ditas até agora às que, inclusive, lhes engade alguma mais. É o caso de *"Tão branco o peito! —para expor à Morte"* (v. 21 ***Fonógrafo***) onde os dois sujeitos poéticos são caracterizados através das metonímias simbólicas: "branco" e "peito". Esta imagem, através da sua dimensão simbólica, transmite-nos:

• A brancura do torso nu, descrita primeiro como um atributo mais dos que tornam o homem belo e desejável.

• A pureza e virgindade do amor homossexual (*"Eis-me formoso, moço e casto, forte [...] Ir inclinar-se, desmaiar de amor,/ Sob o fervor da minha vir - gindade"*).

• O peito é branco porque é também frágil e delicado ante a Morte.

• Partindo da metonímia "peito"="ânimo","coragem", e a sua explícita confrontação com a personificação da Morte, suscita-se no leitor a imagem da morte.

• Toda a descrição anterior leva-nos, de repente, à ideia da nobreza e à generosidade do combate limpo frente a frente, das feridas honrosas em pleno peito (*"O meu pulso de jovem gladiador"*).

Em resume, a utilização da cor branca neste poemário não faz mais do que transmitir, como um factor expressivo de primeira importância, certas características estilísticas de Pessanha: a técnica do associacionismo nos seus símbolos e a do jogo impressionista de luzes, sombras e cores nos seus marcos ambientais. Na expressão dialógica *"E os lábios, branca, do carmim desflora "* (v. 6 ***Ao longe os barcos de flores***) dois objectivos estilísticos distintos condensam-se de forma muito clara. A cor é utilizada como elemento poético para exprimir simultaneamente um ambiente de forte contraste cromático: branco (da frauta) / vermelho (dos lábios), ao tempo que nos comunica um outro conteúdo conceptual: "branca" também é a figura duma nota musical que equivale à metade duma unidade redonda (a outrora "longa").

IV. SEM COR

A ausência de cor ("No teu olhar sem cor —frio escalpelo..." v. 2 Estátua e "Indecisa, sem cor" v. 17 Roteiro de vida II) relaciona-se com corpos transparentes ou translúcidos —a água, o brilho da areia— ou corpos mortos —estátuas—. Conota o inane, a frialdade, a vacuidade, a distância e, em geral, tudo o que é inanimado.

V. AS CORES VIRTUAIS

"Ó cores virtuais que jazeis subterrâneas
—Fulgurações azuis, vermelhos de hemoptise,
Represados clarões, cromáticas vesânias-,
No limbo onde esperais a luz que vos baptize..."

(1ª Estrofe ***POEMA FINAL***)

No *Poema Final* o poeta —que figura no texto implicitamente, como aquele que emite o discurso imperativo— dota de "pálpebras" as próprias cores, mas estas permanecem em estado de virtualidade ("No limbo onde esperais a luz que vos baptize") porque a luz que aguardam para começarem a existir não chega, e nunca chegará, até as trevas subterrâneas. Convertem-se em algo que nenhuma vez chegou a atingir a existência, são formas de vida incipientes, potencialidades definitivamente negadas, desejos não satisfeitos. Este tema aparece perfeitamente reflectido nas duas estruturas quiásmicas e antitéticas que a continuação analisaremos:

—Fulgurações **azuis** (confrontação da ideia de brilho muito intenso, porém momentâneo, com a cor da putrefacção)

vermelhos de hemoptise (a cor da potencialidade, do vital por excelência, converte-se na expectoração de sangue duma enfermidade fatal)

Represados **clarões** (a vida reprimida)

cromáticas vesânias —(toda impressão de cor não é mais do que uma insensatez, uma temeridade, todo é uma loucura)

A um passo entre a cor e a não-cor as cores virtuais surgem neste definitório poema último. Ainda que muito pouco mencionadas (só aparecem aqui) são, em Pessanha, a essência verdadeira da sua estética cromática. É por isso que, aliás de metaforizar as cores, tem de voltá-las ao seu mundo de preexistência. Só desde esta perspectiva se pode manter a "acromaticidade" que Tereza Lopes explicita como característica fundamental deste texto, apesar das múltiplas conotações cromáticas que aparecem nos seus versos. Pensemos que todos os sonetos e quase todas as poesias têm alguma indicação luminosa; só cinco destas poesias carecem de qualquer indicação de luz ou cor: ***Castelo de Óbidos***; ***Na cadeia; Vida***; ***Canção de partida*** e ***Viola chinesa***, e ***Em um retrato*** há somente uma. Contudo esta preferência pelas notações de luz, esta atracção que o olhar experimenta pelos cambiantes fugitivos dela, é explicável unicamente pela tendência do poeta para conceber a realidade como aparência sempre em movimento. A cor é instável, não fixa; afirmar que qualquer objecto tem determinada cor é ignorar a relatividade das percepções, confiar demasiado no seu próprio olhar. O seu é um lirismo impressionista que não apresenta as formas bem definidas senão, mais bem, esboçadas na sua cor, ultrapassadas pela sua cor. Um exemplo disto temo-lo no poema ***Claustro de celas***: *"Se andava no jardim,/ Que cheiro de jasmim!/ Tão branca do luar"* onde a pessoa da mulher é o de menos, é a impressão de uma forma branca o que persiste e se realça neste poema nocturno.

VI. O ASSOCIACIONISMO E A LUZ

A.—COMBINAÇÕES DE ÁGUA E LUZ (mobilidade + luminosidade).—São os dois elementos impressionistas mais importantes da sua obra. A luz, que tudo o cria, e a água que, refractando as imagens, lhes dá formas novas e as confunde: *"E, debaixo das águas fugidias,/ Os seus olhos abertos e cismando.../ E, refractadas, longamente ondeando,/ As suas mãos trans - lúcidas e frias..." ..."O sol, e as águas límpidas do rio... "Na fria transparência luminosa..."*.

B.—COMBINAÇÕES DE TEMPERATURA E LUZ (calor + luminosidade). É através do sentido da vista que o poeta deduz e aprecia as sensações de calor ou frio:

—*As tuas mãos translúcidas e frias* (Son. ***Passou o Outono já...***)

—*Na fria transparência luminosa* (Son. ***Vénus I***)

—*Oblíquo o Sol, gelado* (Son. ***Passou o Outono já...***)

—*Fulgiam, nuas, as espadas frias* (Son. ***Foi um dia...***)

C.—COMBINAÇÕES DE ODOR E LUZ (olfacto + luminosidade). Normal-mente tendo como base construções de carácter sinestésico.

—*"Do bom jarreta!... E há um odor no ambiente / A cripta e a pó —do ana - crónico assunto"*. (***Fonógrafo***).

O *"odor a cripta e a pó"* sugere-nos um ambiente de mausoléu, de naftalânio, desubterrâneos fechados, de escuridão poeirenta...

—O último terceto de ***Fonógrafo*** apresenta uma associação de dados visuais, auditivos e olfactivos. A voz das cornetas (*"alma das corne - tas"*) evoca a luz da manhã (*"Manhã"*) e o perfume das flores em primavera (*"eflúvio de violetas"*). O som expira fracamente entre a luz branda do sol que atravessa a neblina matinal e o aroma suave e prístino das flores recém abertas.

—*"Se andava no jardim, / Que cheiro de jasmim! / Tão branca de luar!..."* (***Se andava no jardim...***).

O cheiro da flor branca desperta uma impressão visual de brancura que se definirá na exclamação última *"Tão branca do luar!"*.

— A cor azul (vista) liga-se com grande frequência a percepções olfactivas desagradáveis: *"O azul do teu olhar [...] pútrido o ventre, azul e aglutinoso"* ou *"Putrescina: flor de lilás"*.

D.—COMBINAÇÕES DE SOM E LUZ (música + luminosidade).—Há um contínuo associacionismo entre o som e a luz. O visualismo de

Pessanha, muito sensível à luz, exprime-se, com muita frequência, por efeitos de associação com dados do seu sentido auditivo —como di-lo-ia Sartre: "há que dotar a poesia de um corpo de carne"—. Como nas cores indirectas, os sons intervêm às vezes para as sugerir. Os sons operam como apoios na simbologia das cores[8], e estas daqueles, e os dois são, mais nada, símbolos de estados de consciência. Vejamos algum exemplo do que acontece com as vogais:

EXEMPLOS. 1.—Soneto I de"Vénus ".

A flor da vaga, o seu cabelo verde / ô, á, ê, ê /

Que torvelinho enreda e desenreda... / i, é, é /

O cheiro a carne que nos embebeda! / ei, á, é /

—Em que desvios a razão se perde! / i, ão, é /

Os sons empregados estão sob a influência da notação de cor, cada um com o seu tom diferente. Na primeira quadra estamos na superfície: *"a flor da vaga"* sugere uma nota de cor verde por isso dominam os tons abertos: as algas ainda brilham sob a luz, na água verde da superfície. Na seguinte quadra descemos a uma maior profundidade:

"Pútrido o ventre, azul e aglutinosos / u, ê, u, u, ô /

Que a onda, crassa, num balanço alaga / õ, á, ã, á /

E reflui (um olfacto que se embriaga) / ui, á, ê, á /

Como em um sorvo, múrmura de gozo". / ô, ê, ũ, ô, u, u, ô /

Descemos ao fundo marinho e os timbres velares ensombram-se, ora escuros como a profundidade e a fosforescência azul da podridão, ora lentos, nasais, como visgosa é a carne que se desfaz.

E nos dois tercetos descemos mais ainda, há agora uma meia-luz submarina, azulada, sombria. Predominam, então, as vogais velares totalmente fechadas /u/ com uma insistência notável (dois deles inclusive em valorizadas posições rímicas):

Terceto I / eu, ô, i, u / / é, u, u, e, ê, u / / i, é, á, ô, ã /

Terceto II / õ, u, é, u / / i, a, ê, ã / / ã, ei, u /

2.—No soneto II de ***"Vénus "*** apresenta-se um ambiente intensamente luminoso e frio através, entre uns outros médios, da sobreabundância do timbre /i/ em posições privilegiadas do verso (na rima, nos acentos rítmicos, etc):

(8) Ainda que a própria Esther de Lemos nos advirte sobre a subjectiva relatividade dos datos oferecidos pelo componente fonético, pensamos que podem ser de muito interesse para este estúdio. Tomamos, porém, os seus mesmos exemplos —ainda quando existem uns outros— analisados na obra anteriormente mencionada.

*Vê-se o fundo do mar, de are**i**a f**i**na...*

*—**I**mpecável f**i**gura peregr**i**na,*

*A distância sem f**i**m que nos separa!*

Inclusive a utilização das consoantes, neste soneto, deixa a sua pegada na criação do ambiente: predominam os sons sibilantes /v/, /s/ e /f/. Estas espalham o seu leve som para criar uma impressão de clareza, de frieza e de uma luminosidade pura, de cores claras e transparência.

Embora estas associações entre som e luz podem-se efectuar, aliás, a base de relações que subjazem na subconsciência do leitor a partir do próprio corpo fonético da palavra. Vejamos um exemplo disto:

*E o meu brasão...Tem de oiro, num quart**el***

*Vermelho, um lis. Tem no outro uma donz**ela***

*Em campo azul, de prata o corpo, aqu**ela***

*Que é no meu braço como um broqu**el**.*

Neste soneto de ***"Tatuagens"*** as terminações **-el /-ela**, aparte do timbre aberto da vogal /e/ em combinação com a lateral e da posição privilegiada que ocupam, faz uma ligação subjectiva aos nome de cor "amarelo" e ao vermelho (reforçado isto pela sua presença no segundo verso desta quadra) —com as associações simbólicas que essas cores implicam—. Contudo esta reiteração dos grupos -el /-ela não se dá somente nesta quadra, e em posições tam relevantes como a da rima; a sua aparição ao largo do texto em palavras-chave ("carav**elas**", "v**elas**", "estr**elas**", "violonc**elo**", "g**elo**" etc.) com notações de clareza ou brilho é uma característica estilística mais para aumentar o simbolismo da luz.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA CONSULTADA

Clepsidra de Camilo Pessanha; apresentação crítica, selecção, notas e sugestões para análise literária de Tereza Coelho Lopes. Seara Nova. Lisboa, 1979.

FRANCHETTI, Paulo. 1994: *Clepsydra —poemas de Camilo Pessanha*. Unicamp. Campinas,

I. CHEVALIER, Jean. 1986: *Diccionario de los símbolos*. Herder. Barcelona.

LEMOS, Esther de. 1981: *A "Clepsidra" de Camilo Pessanha*. Verbo. Lisboa.

MERCIER, Alain. 1969-1974: *Les Sources ésotériques et occultes de la poésie simboliste: 1870-1914*. Nizet. París.

Obras de Camilo Pessanha; introdução biográfica e crítica, organização e notas de António Quadros. Mem. Martins; Europa-América.

OLIVEIRA, António F. Rodrigues de. 1979: *O simbolismo de Camilo Pessanha*. Ática. Lisboa.

PESSANHA, Camilo. 1973: *Clepsidra (e outros poemas de Camilo Pessanha)*. Ática. Lisboa.

PORTAL, Frédéric. 1989: *El simbolismo de los colores: en la Antigüedad, en la Edad Media y los tiempos modernos*. Tradición Unánime. Palma de Mallorca.

A História de um Imperialismo Fracassado

José Manuel Barbosa

Quod non est in actis, non est in mundo (*Aforismo clássico*)

Não posso exprimir porquê os castelhanos podem compreender o mistério da Santíssima Trindade, e não são capazes de compreender o problema das nacionalidades (*O Capitão português*)

Os historiadores som perigosos, som capazes de pôr todas as cousas de patas arriba. Há que vigiá-los (*Kruschev*)

Dedicado a Cary Álvarez Vieytes e Lola Vazquez Portela. Amigas.

0. QUESTOM PRÉVIA

No presente trabalho pretendemos pôr à luz o fracasso do projecto imperial castelhano e a sua relaçom com o processo de construçom da Espanha, partindo do primeiro Condado de Castela circunscrito concretamente à regiom dos actuais Burgos e Cantábria, a sua expansom como Reino de Castela que se faz dona da maior parte da Península Ibérica após concorrer no processo com a tentativa do projecto nacional galaico encarnado polos antigos reinos de Galiza-Leom e Portugal. A partir da uniom das chamadas pola historiografia oficial, Coroas de Castela e Aragom, do nosso ponto de vista definidas incorrectamente[1], começa a expansom extra-peninsular por América, outros territórios da Europa, África, Ásia e Oceánia para chegar a um ponto, que concretizaremos no momento em que Filipe II se faz rei de todos os territórios peninsulares, incluído Portugal, com todas as suas colónias, em que começa o seu declive retirando-se pouco a pouco de todos os países dos quais a chamada naqueles tempos Monarquia Hispánica, tinha sido dona. Incluímos, também, o processo de integraçom da Galiza na Coroa de Castela e posteriormente no Estado Espanhol relacionando-o com todo o contexto imperial e a sua semelhança com outros territórios em iguais circunstáncias

(1) Os reis dessa época eram oficialmente reis de Castela e Toledo, Leom e Galiza, e reis de Aragom, etc... A historiografia castelhana e castelhanista designa porém Coroa de Castela a este território por razons fáceis de compreender mas difíceis de partilhar para qualquer galego consciente da sua história.

assim como as conseqüências que isto produziu no nosso país. Findaremos com umha série de conclusons que tiraremos depois de vermos com certo pormenor o acontecer da Galiza na Espanha e as actidons, talante, reacçons e carácter do que muito mais tarde, e só muito mais tarde, já no século XIX, vai ser o Estado Espanhol, veremos as razons, as causas, as conseqüências e os instrumentos de todo esse processo. Para isso tentaremos nom estender-nos com informaçons que, por outra parte, pode o leitor achar em qualquer manual de história da Espanha[2] mas que consideramos importante incluir para que o leitor nom tenha de compreender a conclusom com outros livros complementares na mao, além do presente trabalho, e poda levar a cabo um processo de compreensom lineal, coerente e relaxado. Há que dizer também que a narraçom deste percurso histórico nom aparece, apenas, quando menos desde esta focagem, em nengum manual de história da Espanha, mais bem parece que todo isto que nós contamos é um processo glorioso, e nada mais longe da realidade, nem do ponto de vista político, nem do ponto de vista humano.

1. O COMEÇO VISTO DESDE A GALIZA

Como em todo nacionalismo imperialista, para os nacionalistas espanhóis, Espanha preexistia a qualquer evento histórico e até pré-histórico; por isso, nos achados de Atapuerca podemos ter conhecimento "de los primeros españoles" como aparece em nom poucos jornais do Estado Espanhol ou Reino de Espanha.

Quando reclamamos um pouco de cientifismo no divulgador dos eventos históricos, já encontramos maior moderaçom, quando se afirma que Espanha, como tal, tem as suas origens na Hispánia romana ou préromana, mas há historiadores com um certo prestígio internacional que com um pouco mais de peso situam as raízes mais profundas do Estado na monarquia visigótica. Perante isto, nós devemos ser humildes, mas isso nom impede que tenhamos as nossas ideias por certo com respeito ao assunto. E temo-las atendendo às seguintes razons:

—Tendo em conta que a Hispánia imediatamente após-romana da primeira Idade Média nom estava constituída unicamente por territórios baixo domínio do povo visigodo, pois tanto bascos como suevo-galaicos ou certos territórios do Sul da península governados polos bizatinos ficam fora dessa influência (Cf. Torres, 1977: 233-250).

(2) O que nom vai achar o leitor é nada ou quase nada da história da Galiza, sendo, segundo o critério espanholista, "parte entrañable e importantísima de la nación española".

—Tendo em conta que essas zonas nom visigodas mantinham a sua personalidade, mesmo, depois da unificaçom peninsular de maos de Leovigildo.

—Tendo em conta que o reino visigodo foi totalmente desfeito e destruído polas tropas mussulmanas de Tarik e Mussa desde o 711 d.C (Cf. Ladero Quesada, 1992: 119).

—E, tendo em conta que a chamada reconquista começou no território da actual Astúrias, pertencente à chamada, tanto por fontes árabes, como por fontes franco-carolíngias, *Gallaecia,* onde a resistência suevo-galaica estava viva e portanto ficava em território originariamente suevo, mas nom visigodo, chegamos à conclusom de que estabelecer as origens do Estado Espanhol no reino germánico do centro peninsular é do nosso ponto de vista, quando menos, inexacto.

Assim, após a queda do reino visigodo em maos andalusis e desde os acontecimentos de Covadonga e Poitiers, a península fica dividida em três focos cristaos propriamente ditos:

1.—A *Gallaecia,* damos esse nome a todo o território cristao do Norte e Noro-este peninsular, em contra da denominaçom de Reino de Astúrias, que surge dos analistas do muito posterior reino de Castela da Alta Idade Média, que nom atendem à terminologia dos séculos VIII, IX, e X surgida dos cronistas carolíngios, anglo-saxons e Andalusis (Cf. Nogueira, 1996).

2.—Os bascos, povo nom romanizado, nem germanizado, que ficou longe dos mussulmanos. Depois das tentativas franco-carolíngias de penetrarem nos seus territórios, os bascos acabárom rechaçando-os em Roncesvalles, onde Carlomag-no, sempre vitorioso, encontrou resistência real e o que foi estranho no seu reinado: a derrota. Mais tarde, os povos bascos organizariam-se em reino com a denominaçom de Reino de Navarra (Cf. Ladero Quesada, 1992: 271-292).

3.—A chamada Marca Hispánica. Território da ex-Tarraconense, ao Norte do Ebro que ocupava o actual Norte de Aragom e Catalunha dividida em múltiplos condados. Esta regiom era a marca ou fronteira entre o reino Carolíngio e os territórios da Hispánia mussulmana (Cf. Ladero Quesada, 1992: 292-293; García de Cortázar y Ruiz de Aguirre, 1984: 179).

Mas foi a parte central da Península, oriente da *Gallaecia,* onde um pequeno condado, com o nome de Castela e com umha caracteriologia determinada, começa independizando-se da *Gallaecia* para hegemonizá-la e reage com umha pretensom ambiciosa: a unificaçom de todo o território peninsular sob o seu poder.

O antes território da *Gallaecia* fica repartido, mais tarde, em três partes, com reis particulares às vezes, conjuntos outras. Essas três partes som: Castela no oriente; Leom no centro, enquanto a zona ocidental fica com o nome originário de todo o país, Galiza, chegando até Coimbra polo Sul, e que nós a partir de agora chamaremos a Galiza Compostelana para diferenciarmo-la do que para nós é o Reino de *Galiza-Leom*[3] ou *Gallaecia* "latu sensu".

A maior parte das vezes o conjunto dos territórios do reino unido de Galiza-Leom leva à preponderáncia cultural, política e militar manifestada no prestígio da sua língua galego-portuguesa e da conquista da Lusitánia, mas Castela concorre com ela, conseguindo a hegemonia e aproveitando a ruptura deste reino polo Sul, conseqüência dumha luita dinástica, donde surge Portugal, e por fim, a supremacia e o domínio sobre todo o território que se faz real no 1230 com a uniom de Castela e Galiza-Leom dentro do que fica a Galiza Compostelana (Cf. González López, 1978a: 301-304).

Dum ponto de vista estritamente galego, podemos dizer que a Galiza perde a sua independência política no 1230 ao se integrar o reino galego-leonês no que a partir de agora se vai chamar, para a historiografia oficial Coroa de Castela, origem do que logo, séculos depois será denominada Espanha, Reino da Espanha ou Estado Espanhol. O novo rei Fernando III, chamado pola historiografia castelhana "O Santo", deixa a defesa dos interesses galegos ou galego-leoneses para chefiar os castelhanos, mas os galegos nom ficam calados tentando concorrer pola hegemonia. A construçom dum projecto nacional castelhano que sonha com o domínio da península necessita umha base histórica, e é o cronista e crego Rodrigo Ximenez de Rada o que com os seus textos "De rebus Hispaniae" e "Historia Gotica" apaga o nome da Galiza para criar umha tradiçom historiográfica continuada polo injustamente louvado Afonso X na sua "General Estoria" e a "Crónica de Castilla" que esquece maliciosamente o nosso país (Cf. Nogueira, 1997)[4]. O país que progredia de todos os pontos de vista: urbano, arquitectónico e artístico, do ponto de vista cultural,

(3) Segundo Alonso Zamora Vicente "Todo o reino leonês se tinha fundado sob a área da antiga **Gallaecia**, e acolhia nos seus limites um território que nom diptongava: Galiza. Som muitas as testemunhas de dentro e fora da Península que identificam Leom com a Galiza. O prestígio cultural da Galiza, sobre todo no século XII, era enorme: mesmo existe um documento de 1185 de Matilla de la Seca, para Leste do Araduey, quer dizer, já oriental, que apresenta todas as traças galego-portuguesas" (Zamora Vicente, 1989: 90)

(4) A respeito da Galiza, o obstáculo para a recuperaçom da sua memória histórica começa com o ocultamento intencionado de toda a sua trajectória histórica no momento da sua integraçom dentro da chamada "Coroa de Castela". A estratégia castelhana e posteriormente espanhola como continuadora da primeira é ignorar à Galiza, apagá-la de todo texto histórico, Galiza é desprezada até, o qual incide negativamente na auto-estima dos galegos e positivamente no processo castelhanizador e/ou espanholizador, que todo é um.

económico, humano e político viu como o seu nome ficava divorciado de todo mérito por obra e graça dumha narraçom dos factos tendenciosa, maliciosa, manipulada e parcial[5].

O sucessor de Fernando III foi Afonso X —para os galegos Afonso IX— chamado "O Sábio", louvado até o extremo polos galegos do século XIX e XX polo facto de ser cultor da nossa língua, mas com vocaçom política pancastelhana que continuará de agora para adiante.

Assim, a integraçom da Galiza na chamada Coroa Castelhana foi um dos primeiros passos para a construçom do que nós chamaríamos "Grande Espanha", pola sua chamada imperial, mas esta integraçom tem-se desenvolvido como um processo, que ainda entrando no século XXI, nom está acabado, e segundo o nosso critério constaria dos seguintes momentos que iremos vendo durante todo este trabalho:

1.—*Entre 1230 e 1833*

Desde a integraçom do reino unido de Galiza-Leom na "Coroa de Castela" até a criaçom oficial do Reino da Espanha e a morte de qualquer entidade legal-administrativa que tiver o nome de Galiza. Neste período há várias etapas e sub-etapas.

1.1. *Desde 1230 até 1487*

1.1.1. *Entre 1230 e 1387*

Estes anos verám como galegos e castelhanos tentam fazer-se com o poder nessa "Coroa de Castela" que nós chamaríamos Reino de Galiza-Leom e Castela, movendo as suas peças em cada acçom política. Este momento terá o seu cume na guerra entre Pedro O Cru e Henrique de Trastámara pola coroa. O primeiro apoiado polos galegos acabará perdendo, enquanto o futuro Henrique II verá como se faz com o poder. Neste contexto, o rei português Fernando I consciente da importáncia da Galiza Compostelana para o projecto nacional galaico, do qual, neste

(5) Do ponto de vista arquitectónico e artístico a Galiza-Leom da época viu surgir as catedrais de Leom ou Compostela, esta última com o seu Pórtico da Glória; culturalmente viu surgir a formosa literatura galega ou galego-portuguesa da que participárom também alguns leoneses, estremenhos e até jograis do reino de Sevilha que de continuar a independência do nosso país longe das unhas de Castela se teria integrado como parte importante do nosso reino; políticamente criárom-se as primeiras Cortes da Europa, que fôrom as que se celebrárom na capital política do reino, Leóm, no ano 1017 da mao de Afonso V que reuniu Curia Plena ou Concilio Regis o 28 de Julho de aquel ano (Gonzalez Lopez: 1978: 114). Aliás com esta época grande chegou a conformaçom dos primeiros concelhos democráticos da história com a concessom das Cartas póvoas às diferentes vilas do reino por parte de Afonso VIII, segundo o cômputo galego, e IX, segundo o leonês (AA.VV. 1976: 466).

momento, Portugal é o único território incluído dentro desse projecto que pode agir livremente, chega até Crunha. Esta tentativa nom triunfa e tem de retirar-se.

A conclusom é umha grande desfeita para a Galiza: o poder castelhano "exiliará" umha grande parte da nobreza galega que se verá substituída por um número importante de nobres castelhanos que introduzirám a sua língua e a sua mentalidade nacional (Cf. AA.VV:1997, 170-176).

O território leonês, vinculado até agora política e lingüisticamente ao projecto nacional galaico como *Gallaecia Oriental* que é, e que via como as suas falas galaico-orientais ou astur-leonesas confluiam com as ocidentais, chegou a umha identificaçom tal que mesmo chegou a dar alguns personagens importantes criadores de textos em língua galega ou hoje galego-portuguesa, até o momento que termina por ser absorvido por Castela, mesmo do ponto de vista lingüístico[6].

Aliás, nas Cortes de Alcalá de 1348, a Galiza Compostelana perde a sua representaçom como reino autónomo para passar a ser representada como um apêndice do de Leom dentro das Cortes Gerais da chamada "Coroa de Castela" (AA.VV, 1976: 468).

1.1.2. *Desde 1387 até 1487*

Som cem anos que começam com o fim da guerra e a repressom castelhana, embora sejam anos conflituosos de todos os pontos de vista, pois a situaçom político-social de certos segmentos da sociedade, nomeadamente a burguesia, ainda nom castelhanizada e a nobreza ainda nom substituída, mas penetrada pola recém chegada, gera violência e revoluçom que terám a sua máxima expressom nas revoluçons irmandinhas e na última resistência dos últimos nobres que se oponhem a um poder de reis que nom atendem aos interesses dos primeiros (Cf. AA.VV, 1997: 176-201). Aliás, Portugal muda os seus interesses galegos por outros longe da Galiza Compostelana e vê-se lançada ao mar para construir um grande império marítimo e comercial.

(6) Repare-se que actualmente, o território do histórico Reino de Leóm está dividido entre Astúrias, hoje já nom reino, mas só principado, que é um território fortemente vinculado à Galiza de todos os pontos de vista, mas politicamente nom galego nem leonês; Leom, Samora e Salamanca, que fazem parte da Comunidade Autónoma de Castela-Leom mas que segundo a própria Constituiçom espanhola do 78 poderia aceder à autonomia segundo o artigo 143.1. Aliás, a sua consciência identitária está muito deteriorada, o qual podemos comprovar ao vermos como os samoranos ou os salmantinos, e mesmo muitos leoneses da província desse nome se auto-denominam "castelhanos"; e Estremadura, regiom com fortes vínculos com Portugal, ao ser historicamente a Lusitánia Oriental, hoje "profundamente española".
Há que dizer que Castela se permite o luxo de "possuir" Leom, mas a Navarra e às províncias bascas nom lhes está permitida a uniom, como nom lhes está permitido aos países cataláns. Para estes casos buscou-se um artigo na Constituiçom do 78, o 145.1 que impede a confederaçom de Comunidades Autónomas.

Com a acçom final e imposiçom dos Reis Católicos, Castela procede à segunda e definitiva substituiçom nobiliar, deixando a Galiza Compostelana sem classes dirigentes comprometidas com o país.

A língua começa a etapa histórica chamada polos historiadores da língua "Séculos Obscuros" e a lei galega será, definitivamente, a lei imposta por Castela.

Domada e castrada, a Galiza começa umha segunda etapa em que se vê dentro do projecto de construçom da Espanha chefiada polos Reis Católicos que unificam sob os seus ceptros, a maior parte da Península Ibérica excepto Portugal. É a partir daqui desde onde começa a expansom fora da península do ente proto-estatal espanhol, e é agora quando na Europa já se usa o gentilício "espanhol" para designar aos habitantes dos territórios das Coroas castelhanas e catalano-aragonesas.

2. A EXPANSOM

Com isto, percebemos que, desde muito cedo, Castela dá mostras dum imperialismo feroz, aspirando a fazer-se com toda a península, e ficando claros os seus objectivos expansionistas; para Sul apoderando-se de terras aos mussulmanos, para Leste em clara concorrência com a coroa de Aragom com a qual acabará unindo-se neste momento com a uniom de Isabel e Fernando e para Oeste com a coroa portuguesa, único território galego independente. Para Norte o foco navarro chamava também a atençom castelhana, mas a França era vista como um competidor muito forte na conquista do pequeno reino basco.

—Os Reis Católicos

O reinado dos Reis Católicos é fundamental na construçom da Espanha caste-lhana, pois o matrimónio da Isabel de Castela e do Fernando de Aragom fazem intuir a direcçom na qual se encaminha a política castelhana, com vocaçom panibérica, que, como tal, começa a tomar forma ocupando, já, a maior parte da Península, embora nom esteja concluído o processo por ficar ainda fora, e segundo os planos castelhanos, o território de Portugal que até o momento vinha resistindo a agressividade do seu expansionismo. Em 1492, o novo ente proto-estatal acaba com o último foco de resistência mussulmana na Península. Granada é ocupada o 2 de Janeiro e antes de acabar esse mesmo ano um marinheiro diz-que genovês, mas quiçá português ou galego, consegue chegar a umhas novas terras no ocidente do Atlántico que passarám a formar parte do património castelhano.

Na uniom matrimonial entre Isabel e Fernando, o território da Coroa de Aragom[7] leva, além de Aragom, Catalunha, Valência, Baleares e outras regions fora da península como som o Reino de Nápoles, constituído por todo o Sul da Itália e Sicília; Sardenha, o Ducado de Milám e os Estados dos Presídios que contenhem cidades como o Piombino, Montefilippo, Orbetello, etc.

A mesma política expansionista vê-se manifesta na conquista de territórios do Norte de África em concorrência com Portugal, sobretodo, depois da morte de Isabel: Melilha (1497), Mazalquivir (1505), P. de la Gomera (1508), Orám (1509), Bugia e Argel (1510), etc... (Cf. Bennassar M.B. et al., 1994: 137-178). E por fim, Fernando de Aragom entra em Navarra no ano 1512 incorporando-a à já denominada desde agora Monarquia Hispânica. Portanto achamos que a entidade política unificada polos monarcas, que logo se chamará Espanha, pode surgir embrionariamente neste momento da Idade Moderna, mas nom podemos ainda falar de Estado Espanhol propriamente dito, nem de Reino da Espanha, porque oficialmente os reis deste território peninsular som reis de múltiplos reinos, entre eles Castela, Toledo, Aragom,...[8].

—**Carlos I da Espanha**

O sucessor no trono dos Reis Católicos, depois da morte de Fernando e da regência de Cisneros, foi Carlos de Habsburgo, herdeiro por parte da sua mae Joana, a filha dos Reis Católicos, de todos os territórios anteriormente ditos, mas, por parte de pai, Filipe de Borgonha, dos Países Baixos que compreendiam as províncias de: Artois, Brabante, Flandres, Henao, Limburgo, Luxemburgo, Holanda, Zelândia, Namur, Amberes, Malinas, Güeldria, Groninga, Overijsel, Frísia e Utreque. Estes territórios eram mais amplos do que som hoje os Estados holandês, belga e luxembur-

(7) Achamos que também é inexacto o nome de "Coroa de Aragom" polas mesmas razons polo que é o de "Coroa de Castela". Qualquer historiador poderia ter-lhe chamado pola mesma razom Coroa de Catalunha, mas Aragom de entre todos é o mais próximo de todos os pontos de vista a Castela, porém é freqüente ver a denominaçom de "Coroa Catalano-Aragonesa"

(8) Chamaremos a partir de agora Império Hispânico ou espanhol ao território que tem como centro de poder o Reino de Castela, ou simplesmente para abreviarmos identificaremos como I.H.. Nom podemos chamá-lo Espanha porque embora se tenha popularizado esse nome, mesmo nessa época, nós, nom podemos sustentá-lo dum ponto de vista estritamente histórico, já que, legal e oficialmente o Reino da Espanha, como Estado unitário, nasce na primeira metade do século XIX, embora seja fácil ver nos livros a denominaçom de "Reis da Espanha" quando se referir aos Áustrias ou aos primeiros Borbons, mas, também usado e comum na Idade Moderna é o de "Reis das Espanhas", em plural, o qual é sintomático. O nome de "Espanha" teria durante toda esta época da que estamos a falar umhas conotaçons geográficas e nom tanto políticas, o qual poderia vir abalizado polo facto de os portugueses denominarem-se a si próprios "uma gente fortíssima da Espanha" mas é bem sabido que de castelhanos nom tinham absolutamente nada, nem quigérom ter. Dizer, aliás, que a denominaçom "Coroa de Castela" pervive até bem entrado o século XIX, o qual vem apoiar a nossa argumentaçom.

guês, ocupando, além do mais, certas regions da actual França e Alemanha (Cf. Bennassar M. B. et al., 1994: 169).

Carlos I, também por herança paterna, herdou o Franco-Condado e foi proclamado imperador da Alemanha com o nome de Carlos V, mas este último país, a Alemanha, nom o vamos considerar como umha anexaçom espanhola pola sua determinada configuraçom política e a sua desvinculaçom dos assuntos internos da Península, tanto mais quanto que o posto de imperador alemám é electivo e nom hereditário, o que fazia que os herdeiros do trono hispânico nom pudessem herdar Alemanha. Simplesmente o Império alemám e o hispânico coincidiam no soberano. Mas, embora isto tenha sido assim, dentro do Império alemám havia certos Estados dos que os Habsburgo eram donos, como o conjunto austríaco, ou outros, fora do império, como o reino de Hungria, estes sim hereditários. A nossa consideraçom como nom espanhóis baseia-se em que nom se consolidárom como tais ao nom serem herdados por Filipe II, filho de Carlos, mas sim por um irmao do imperador, fazendo da família dos Habsburgo dous ramos: o ramo espanhol e o ramo austríaco, aliados até a guerra dos 30 anos e a paz de Vestefália, entre os anos 1618-1648, em que a família perderia a sua hegemonia na Europa para dar passagem à hegemonia dos Borbons franceses.

—Culminaçom da expansom hispánica. Filipe II

Com a chegada ao trono de Filipe II, a chamada monarquia hispânica completa a sua máxima expansom ao incorporar-se no ano 1580 o reino de Portugal com todo o seu império colonial que ocupava toda a costa africana desde Ceuta até Arábia passando por Guiné, o golfo do mesmo nome, o Congo, Angola, Natal, Moçambique, Mombassa, Zanzíbar, Quilmani, Madagáscar e até Mogadixo e o corno de África. O império continuava por terras da península arábiga: Adém, Moka e Djeddah, no mar Vermelho, Mascate, Omám, para passar logo a Pérsia em Ormuz, Gombrum, também Lahari e Bandar no Indo, e por territórios da Índia como Diu, Damão, Surate, Goa, Maé, a costa Malabar onde as colonias de Cochim, Calicute e Basseim eram as mais importantes; Ceilám, a costa de Coromandel com Negatapám, São Tomé, Madrás, Pulicate, Masulipatám, Hugli e as bocas de Ganges, Chitagong, Abacám e para além da Índia territórios como Tenasserim no Siam, hoje Tailandia; Macau, Cantom, Formosa nas costas chinesas; pequenas feitorias no Japom como Nagasaqui; Ilhas do Índico, Ilhas da Sonda: Sumatra, Java, Bornéu, Timor, Celebes; também a península de Malaca, ilhas Molucas e das Espécias... E para além de todo isto o grande território americano do Brasil (Cf. Mousnier R, Crouzet M, (dir), 1981: 709-718, 744-745, 797-809; Péronnet M, 1990: 41-48).

Poderia-se dizer que desde a Foz do Minho até o Japom toda a costa era portuguesa, portanto, agora do Império hispânico, mercê da anexaçom de Portugal. Por isto o império hispânico passava a ser nas maos de Filipe II de Habsburgo o mais grande império conhecido em toda a história. Eis o mais alto ponto da diástole hispânica, ponto a partir do qual começa a decadência que vamos ver desseguido.

3. APOGEU E COMEÇO DA DECADÊNCIA SISTÓLICA ESPANHOLA

Na Galiza

1.2 . *De 1467-87 a 1833*

Entre o ano 1467, ano do matrimónio entre Isabel e Fernando, ou 1487 ano da "pacificaçom" e 1833, momento em que a morte de Fernando VII de Borbom dá passagem a umha reforma da estrutura do território peninsular do que falamos, dam-se passos importantes na construçom da Espanha, com a definitiva morte do Reino da Galiza como ente político-legal e a criaçom das províncias.

1.2.1. *De 1467-87 até 1700*

Dentro deste período temos primeiro a época até o ano 1700, que chamaríamos dos Áustrias, com personagens importantes no processo como Carlos I ou Filipe II com quem chegará à máxima expansom territorial e mesmo a ver os primeiros conflitos "nacionalistas" tanto fora como dentro da península.

Com Carlos I segue-se a política de estranhaçom da nobreza galega vinculando os seus interesses a assuntos fora da Galiza. Procede-se à castelhanizaçom do clero como arma fundamental para alhear o povo galego e fechar definitivamente o histórico caminho de Santiago com o qual se lhe fecham as portas aos contactos da Galiza com a cultura europeia perante o temor da influência do humanismo e o protestantismo.

A Galiza vai estar desde agora dependente, do ponto de vista político, do governo da Coroa de Castela, sem voz nem voto nas Cortes, o qual obriga às cidades galegas a se organizarem e a criarem a Junta do Reino da Galiza, sem poder executivo nem legislativo e só com funçons deliberantes e nunca vinculantes. Dela saíam súplicas e recomendaçons, mas nunca queixas nem reclamaçons. Isto durou até 1834, momento em que se conformam os governos das províncias actuais.

O governo real da Galiza vai a conta do Governador, que era um militar do exército imperial, o Capitám General da Galiza, e à vez o presi-

dente da Audiência, esta com competências em justiça. O Governador tinha título de Vice-Rei, era o representante do Rei na Galiza, de carácter militar e atento aos interesses centrais e nunca aos galegos. Com este cargo, vê-se a asfíxia da personalidade política da Galiza e aliás o desinteresse e a falta de sensibilidade para com os problemas do nosso país que se manifestam na primeira condiçom necessária para ser Governador, que era que nom podia ter vínculos familiares nem afectivos com o Reino da Galiza para melhor cumprir com o seu dever (Cf. González López; 1970a).

Com os seguintes reis o Império começará a sua decadência e a perda de territórios importantes na península, como Portugal ou os territórios imperiais do resto da Europa. É umha época de agressividade imperialista por parte da Monarquia Hispânica onde a Galiza sofrirá nas suas carnes a dor dos conflitos com Portugal, Inglaterra, Flandres e França entre outros, e dos que a Galiza só colheitará fames, penúrias, pestes, emigraçons, desflorestamentos de amplas zonas do seu território com o fim de os Reis construírem barcos para a guerra, levas forçosas de jovens galegos, etc. (Cf. González López; 1970b).

No reinado de Filipe IV concede-se-lhe à Galiza "generosamente" o voto em Cortes como favor real, e a criaçom dumha esquadra galega para a sua defesa no mar contra os ataques dos inimigos do Império, nomeadamente, os piratas ingleses, mas esta esquadra nom se vai fazer com o dinheiro da Coroa de Castela, nem do Rei, que som para os seus projectos bélicos, mas com o dinheiro da Junta e das distintas classes sociais galegas. Também neste reinado vai ter lugar a Guerra da Independência de Portugal, grandemente impopular na Galiza que se vê obrigada a contribuir com o Império contra a sua vontade manifestada na Junta e de profunda incidência na vida social e económica. Estas guerras continuarám com o Carlos II e ajudarám à total desolaçom do nosso país tanto do ponto de vista económico, como demográfico, social e cultural-intelectual (Cf. González López; 1969; González López; 1973).

As penúrias dos galegos como conseqüência das guerras, e da sua dependência fazem que a Galiza fique reduzida a um povo camponês e marinheiro sem autêntica vida cultural nem política própria. Os poucos nobres galegos que ficam tenhem os seus interesses longe e a sociedade galega começa um longo percurso ignorada polo mundo e ignorante do mesmo.

* * *

—Os Países Baixos

Os Países Baixos incorporarám-se ao império hispânico da mao de Carlos I, mas desseguida encontrárom razons para o desacordo. Quase ao mesmo tempo que Carlos de Habsburgo cinge a coroa, Martin Luther faz que o protestantismo percorra Europa incluídos os Países Baixos. Parker comenta que aliás, quase todo o mundo nos Países Baixos estava de acordo em dous princípios políticos: as províncias deveriam manter o controlo dos seus assuntos locais, e as questons de importância geral deveriam ser decididas, ou polo menos, discutidas pola classe gobernante dos Países Baixos. A política religiosa do governo nom respeitou nengum dos dous princípios. Interferiu na autonomia provincial porque a Inquisiçom desejava a extradiçom dos hereges para julgá-los fora das suas províncias particulares; e foi desenvolvida em segredo em Espanha (sic) e imposta à elite política de Bruxelas (Parker G, 1996).

Esta elite estava incómoda com Filipe e optou por atacá-lo por onde mais lhe doía: pola religiom, embora nengum dos nobres principais fosse protestante. O representante desta elite, o Conde de Egmont, foi à corte para negociar com o rei, mas a política religiosa nom era negociável. Filipe depois de muita dilaçom e com o fim de adiar a soluçom última, decidiu nom mudar as leis contra a heresia, o que provocou a reacçom dos neerlandeses, cujos nobres chegárom a assinar o chamado "Compromisso da Nobreza" em defesa dos seus interesses. A governadora dos Países Baixos, Margarida de Parma, tivo que fazer concessons, à vez que começa a revoluçom. Isto foi conhecido como "A Revolta Iconoclasta". Margarida cedia a todo o que lhe pediam os rebeldes e Filipe decidiu utilizar a força contra eles. Imediatamente criou o "Consejo de los Tumultos" que se ia ocupar dos dissidentes, embora Guilherme de Orange e uns poucos fieis lográrom fugir a Alemanha. (Cf. Parker G, 1996; Kossmann-Putto J.A., Kossmann E.H., 1988: 23-30)

A luita prolongaria-se oitenta anos mais, tempo que ajudaria a clarificar posiçons, pois nem todos os Países Baixos estavam unidos com respeito à religiom. Assim surgiu a divisom dos Países Baixos: o Sul, a futura Bélgica, de maioria católica, e o Norte, o que logo serám as Províncias Unidas, de confissom dupla, mas vinculado à revolta protestante (Cf. Bennassar M.B. et al., 1994: 370-376; Parker G, 1996:100-113, 159-163; Kossmann-Putto J.A., Kossmann E.H., 1988: 23-30).

No ano 1572, os protestantes calvinistas refugiados no estrangeiro, apoiados por corsários franceses e ingleses desembarcam na foz do rio Escalda, à vez que nas cidades começa umha nova revolta. Os neerlan-

deses avantam contra o Império, mas Filipe, aceita a matança de Sam Bartolomeu. Isto ajuda ao Duque de Alba a passar à ofensiva e recuperar o terreno perdido (Cf. Bennassar et al., 1994; Parker G, 1996; Domínguez Ortiz A, 1992: 191-195).

A partir deste momento, as complicaçons nas que se acha o I.H. na sua luita em várias frentes, levam a sua economia à falência, obrigando-a a negociar; à vez os soldados dos "tércios" vam à rebeliom por nom receberem os seus prés. Esta desordem ajuda à reorganizaçom das províncias do Norte mas o I.H. reage com umha grande violência provocando a divisom dos Países Baixos, criando-se no Sul a Uniom de Arras, enquanto o Norte responde com a Uniom de Utreque. Espanha esfregava as maos perante a divisom, mas o exército imperial tivo de marchar a França para gestionar os assuntos espanhóis em Paris, favorecendo a Paz de Arras que entre outras cousas propunha a marcha das tropas invasoras. O Norte nas maos de Guilherme de Orange e o Sul nas maos espanholas tentárom cumprir a paz, porém estes últimos nom quigérom perder oportunidades e tentárom reconquistar o Norte, mas já era tarde. Desde 1598 os espanhóis ficam resignados a perder os territórios septentrionais, enquanto a futura Bélgica vai às maos de Isabel Clara Eugénia, filha de Filipe e ao seu esposo Alberte de Austria baixo umha certa autonomia (Cf. Parker G, 1996; Domínguez Ortiz A, 1992).

Os Países Baixos espanhóis, depois da perda das agora chamadas Províncias Unidas, ficam reduzidos a Flandres, Brabante, Malines, Namur, Henao, Tournaisis, Artois e o bispado de Liège, a Güeldria espanhola, Limburgo e Luxemburgo. Desde 1598, ano em que o Norte fica fora das maos imperiais, até bem entrado o século XVII, o conflito com as Províncias Unidas continua polo nom reconhecimento oficial da sua Independência por parte do Império. Entretanto, o Sul, satisfeito polo governo nom directo do rei do I.H, volta à coroa em 1621, tendo sido esses anos de recuperaçom económica. Mas, com a volta ao controlo por parte de Madrid, as guerras começam de novo contra as Províncias Unidas e França, o que ocasiona o desastre económico. Os governantes sucessivos nom se preocupam dos verdadeiros interesses das províncias que administram. Esta situaçom continua até o começo do século XVIII no que mudam de dono, do I.H. para a dominaçom austríaca. O povo, farto dos espanhóis e com temor tanto aos franceses como aos calvinistas holandeses, acolhe indiferente o novo submetimento (Cf. Bennassar M.B. et al., 1994:540).

—Portugal

Com a morte do rei Sebastião I, sobrinho de Filipe II, sem filhos, a sucessom de Portugal estava em jogo, com o rei espanhol como umha das possibilidades a ter em conta.

Os jesuítas portugueses por razons religiosas, os comerciantes por razons económicas e certa nobreza por razons de prestígio, apoiárom Filipe II. Perante as primeiras dificuldades Filipe optou polo uso da força incorporando Portugal à coroa imediatamente e exercendo a repressom da mesma forma que tinha feito nos Países Baixos. Dom António, exilado, tentou toda a vida livrar o seu país das unhas imperiais sem nengum sucesso. Em Abril de 1581 Filipe já se viu livre para atender outros problemas e no 1583 regressou a Madrid. A anexaçom estava consumada. (Cf. Parker, G., 1996)

O período filipino em Portugal tem, segundo José Hermano Saraiva duas etapas: a primeira até 1620, caracterizada pola acalmia e um relativo progresso, e a partir dos anos 20, quando começa a segunda etapa, e sobretodo dos anos 30, as rebelions contra a metrópole começam com certa força, tanto mais quanto que a atitude política imperial estava orientada para a completa unidade peninsular e a aboliçom dos compromissos de semi-independência que se pactaram no momento da uniom no 1580 (Cf. Hermano Saraiva, 1993: 207-210).

O Conde-Duque de Olivares, que é quem possui o poder real no I.H., leva a cabo umha política de brutal centralismo e de intervencionismo em todos os assuntos da Europa, tentando seguir as directrizes dos primeiros Habsburgos.

Muitos nobres espanhóis foram nomeados para exercerem os cargos em Portugal e muitos portugueses obrigados a servir nas guerras que o I.H. continuava a manter no resto da Europa. Perante isto e a revolta de Catalunha em 1640, Portugal ergue-se em armas contra o I.H., com o João de Bragança como herdeiro da coroa portuguesa, enquanto o próprio povo português, decidido a recobrar as liberdades perdidas, reage (Cf. Domínguez Ortiz, Artola (dir), 1988: 317). Depois dumha guerra cruel, no ano 1668, o I.H. reconhece a independência de Portugal, embora ficando com alguns territórios deste último, como, por exemplo, Ceuta, mas em todo este processo, já desde começo do século XVII, ingleses e holandeses aproveitando a falta de independência de Portugal e o seu antagonismo contra o I.H., começam a conquista do império português, que, ao cabo, é parte do Império Hispanico (Cf. Mousnier, Crouzet (dir), 1981: 805-808).

A versom patriótica que atribui ao domínio espanhol a perda dos territórios de ultramar do Índico só contém meia verdade porque as perdas mais graves foram o preço da Restautaçom da Independência, ficando Portugal com os territórios que chegárom até os nossos dias.

A desídia e a indolência espanholas com respeito às colónias do Índico, a impotência portuguesa, devido ao desgaste da guerra da sua independência e a insolidariedade internacional fizérom que Portugal tivesse que pagar um alto preço pola sua libertaçom. o I.H. perdeu, mas perdeu fazendo dano.

—A Guerra dos 30 anos, a paz de Vestefália e a paz dos Pirinéus

Se bem a guerra da Independência portuguesa está enquadrada dentro da Guerra dos Trinta Anos, achamos que deviam ser tratados de forma diferente pola especial caracterologia do assunto português com respeito ao resto dos problemas com os que a Espanha se enfrenta no centro da Europa.

Aos começos do século XVII, os Habsburgo dominavam Europa e o rei do I.H. chefiava a Casa de Áustria, isto é, a família dos Habsburgo, a qual dizia defender a causa do catolicismo face aos protestantes. O começo do conflito, no centro do império alemám, concretamente em Boémia, confronta as duas concepçons do cristianismo, enquanto a França, polo contrário, católica, mas anti-espanhola, apoia os reis e principes protestantes com o fim de livrar-se da ameaça que lhe vem do Sul dos Pirenéus. Entrementres, o imperador alemám Fernando II e os reis espanhóis começam o confronto com vantagem, mas desde que França intervém, a balança muda a sua posiçom dando-lhe a vantagem à coligaçom anti-espanhola.

Neste contexto, surge a guerra da independência de Portugal e de Catalunha, vendo-se apoiadas por França, mas a própria Catalunha vê ocupado o seu território nortenho do Rossilhom e a Cerdanha polas tropas da Flor de Lis (Bennassar. et al., 1994: 463). Os espanhóis, com a fama, desde Carlos I, de invencíveis, vam perder esse qualificativo de forma definitiva em Rocroi, vencidos polas tropas francesas, que, ajudadas polos príncipes e reis protestantes da Europa, obrigam a umha paz pactuada no centro da Europa no ano 1644. Som os tratados de Vestefália, que deitam por terra o objectivo fundamental dos Habsburgos, qual é a dominaçom universal da Casa de Áustria. Enquanto, no centro da Europa, as cousas começam a ver um final, França segue na guerra contra o I.H., crescida por ganhos territoriais a conta do império alemám. As revoltas e os distúrbios no interior de França impedem o final, mas a o

I.H. nom pode aproveitar a debilidade do seu inimigo, tanto mais quanto que Inglaterra decide entrar no conflito pactuando com Paris. Em 1655, Inglaterra apodera-se da ilha espanhola de Jamaica e, por fim, em Novembro de 1659, assina-se o Tratado dos Pirenéus que obriga o I.H. a ceder à França parte de Catalunha, concretamente o território do Rossilhom, Artois, nos Países Baixos e umha série de praças fortes entre Flandres e Luxemburgo: Gravelinnes, Le Quesnoy, Landrecies, Avesnes, Phillippeville, Marienbourg, Montmédy e Thionville. Além de mais, o I.H. cede outras pequenas praças e deixa em maos francesas a sucessom da coroa espanhola. França faz-se árbitro da política europeia (Cf. Bennassar. et al., 1994: 467-470).

—O Franco Condado

O Franco Condado, como herança borgonhona, possuía umha comunidade de destino histórico com os Países Baixos, mas a sua circunstância foi original ao nom fusionar-se nem com territórios franceses, nem alemáns, apesar de ficar incluído dentro do Império Germânico. Conservava a sua autonomia de forma zelosa face a França e Alemanha, possuía umhas instituiçons autóctones e as suas classes dirigentes desenvolvêrom com inteligência as liberdades do Condado. Carlos I da Espanha e V da Alemanha continuou o governo prudente mantendo os vínculos com os Países Baixos, embora com a sua autonomia presente, mas quando a sua prosperidade foi atacada, o seu nacionalismo ficou mobilizado. Os Áustrias chamados menores víromse nas guerras contra França, que mais acima temos comentado, levando o Condado a uns anos terríveis, em que o país ficou desfeito, despovoado e desvastado e onde a peste e a guerra eram o normal. No ano 1648, a paz volta, enquanto Luis XIV ocupa o país para voltar ao I.H.no 1668, mas os inseguros espanhóis tentam consolidar o seu poder contra a França cometendo erros de todo tipo, torpezas políticas contra a sua autonomia, exigências económicas dos governadores a um, historicamente, próspero país. Por isto, parte da populaçom ergue-se contra Madrid, até o momento tranqüila graças ao bem-estar e falta de problemas. O descontrolo da situaçom favorece a segunda conquista francesa no ano 1674, esta vez definitiva (Cf. Bennassar, 1994: 73 e 538; Febvre, 1970).

A sua história dentro da França é outro problema que já nom nos compete, só salientar, mais umha vez, outro fracasso da Monarquia Hispânica, que vê como os seus territórios vam sendo pouco a pouco perdidos pola sua ineptidom e nescidade.

—A Itália espanhola e a Guerra de Sucessom

Na época hispânica, Itália viu reafirmado o domínio das altas classes e do clero que reafirmavam os seus privilégios, sobretodo em Calábria, mas tivo a parte positiva de ver como certos abusos feudais eram reprimidos e também de ver como isto nom é sinónimo de decadência, polo menos no século XVI que é quando Filipe II tem de ser aceite pola populaçom italiana.

Evidentemente, umha vez consolidado o poder espanhol em Itália, esta começa a sua decadência. Milám vê-se no século XVII estancada economicamente, dominada politicamente por vice-reis espanhóis que som os que nomeam ao funcionariado "às vezes" italiano, além do mais, o país despovoa-se, perdendo dous terços da populaçom em todo esse século (Bennassar, et al., 1994: 316-317).

Em Nápoles e Sicília a autonomia é só aparente, nom se discutem os impostos, sacrificam-se os seus interesses polos do I.H., os impostos nom se investem ali, mas vam para a metrópole, sacrificam-se as indústrias... Os vice-reis apoiam-se na nobreza e no clero possuidores de grandes latifúndios à vez que os camponeses passam fame, miséria e abusos. Todo isto provoca sublevaçons populares contra a metrópole, as mais das vezes sem objectivo político, o que as faz fracassar. As revoltas mais importantes som as dos anos 1647 e 1674, esta última dirigida polo pescador Tomaso Aniello, chamado Mesaniello que foi executado umha vez reprimida a sublevaçom (Cf. Bennassar, et al., 1994: 540; Mousnier, Crouzet, (dir), 1981: 351-369).

Esse mesmo ano em Mesina, surge outra revoluçom em que se faz um chamamento à França contra o inimigo espanhol. No entanto, Luis XIV nom tenta ajudar aos rebeldes, mas sim debilitar o I.H.

O último dos Habsburgo, o deficiente Carlos II, nom estava capacitado para a procriaçom, o que agoirava um grave problema sucessório à vez que o espectáculo de aquela época (1665-1700) nom podia ser mais deprimente para o Império: sensaçom de desgoverno, queda do prestígio em favor da França, perda da populaçom devido às epidemias, ruína económica... Entretanto, Luis XIV de França aproveitava a oportunidade para ganhar territórios, momento no que o Franco Condado passou a fazer parte do território francês e aproveitava o mais grave problema da Corte espanhola, a falta de herdeiros ao trono. O Rei-Sol soubo mover as suas peças fazendo do assunto o elemento fulcral sobre o que se centrava toda a política europeia. Luis XIV, filho e esposo de espanholas, buscou a forma de fazer-se com a coroa imperial espanhola bem para ele ou

bem para o seu neto Filipe de Borbom, Duque de Anjou. Para isso criou um partido pro-Borbom espanhol, à vez que se oferecia generoso aos olhos dos espanhóis. Habsburgos austríacos e Borbons franceses começárom a guerra diplomática pola sucessom da trono de Madrid, caíndo o mesmo, ao final, nas maos de Filipe de Borbom como Filipe V. Isto incomodava a Inglaterra e Holanda que viam como a França se fazia com mais força e poder. Dentro do Império havia divisons e outros países da Europa apoiárom quer umha causa francesa e borbónica, quer outra pro-Habsburgo-austríaca. Com isto veu a guerra de Sucessom, que foi, à vez, guerra europeia e guerra espanhola (Cf. Bennassar, et al., 1994: 679-687).

Esta durou vários anos até que no 1713 a paz de Utreque consolida Filipe V de Borbom como rei do Império, renunciando à coroa francesa, que deveria herdar do seu avô o Rei-Sol, além de todos os territórios espanhóis na Europa central e Sul. O I.H. acabou sem Milám, Sardenha, Reino de Nápoles, Sicília, Estados dos Presídios, todo isto na Itália e ainda também sem os Países Baixos do Sul, o que hoje conhecemos como a Bélgica. Inglaterra obterá com todo isto benefícios económicos, políticos e comerciais além de fazer-se com os territórios de Gibraltar e Menorca. Portugal fizo-se com a colónia americana do Sacramento

O Império ficava na Europa com só o território da península Ibérica menos Gibraltar e as Ilhas Baleares excepto Menorca. (Cf. Bennassar, et al., 1994: 687-689).

Na Galiza

1.2.2. *De 1700 a 1833*

Os Borbons vam trazer o Decreto de Nova Planta depois da guerra de Sucessom que vai unificar todos os reinos sob as leis de Castela, mesmo, e nomeadamente, os que ainda vivem fora delas como é o caso dos reinos orientais de Aragom, Catalunha, Valência e Baleares o que é um passo mais na construçom da Espanha.

O conflito bélico e a penúria continuam na Galiza com os Borbons que fazem dos galegos carne de canhom. As milícias galegas eram obrigadas a defender quaisquer território menos o seu próprio, polo que o país fica indefenso (Cf: González López; 1978b).

Algo de sossego chega na época de Fernando VI favorecendo o apogeu do Barroco galego, mas já com Carlos III e Carlos IV as guerras voltam outra vez contra Inglaterra e Portugal.

A Galiza nestes momentos vê, sobretodo a fins do século XVIII, como certas mentes lúcidas como os Padres Sarmiento, Feijô, Sobreira e o cura de Fruime, alçam a voz por Galiza criticando o seu estado cultural, político e económico. A Junta do Reino tivo nesta época a inspiraçom e a aspiraçom de reivindicar para a Galiza um regime foral como o de Navarra ou Catalunha, com poder executivo, resolutivo de carácter político administrativo, (Cf. González López; 1977), mas a situaçom nom deu para muito mais, o conflito volta, esta vez terrivelmente, já que a revoluçom francesa e as guerras napoleónicas vam trazer um brusco despertar e um violento reagir às consciências dos galegos que vam ver como o seu velho reino se vai ver ocupado primeiro e posteriormente livre dos ocupantes franceses sem mais forças do que as suas próprias, com um comportamento heroico e digno de qualquer país soberano da Europa. Galiza nom estava morta mas os acontecimentos se vam suceder com rapidez e a mudança de Idade histórica vai trazer o ressurgimento da consciência nacional galega à vez que o obstáculo que o impede desde há séculos, o Império Hispánico, se vai conformar definitivamente em Estado unitário à morte do chamado, mesmo polos cronistas espanhóis "El Rey felón": Fernando VII.

* * *

—O século XVIII hispânico

Este século para o Império é de recuperaçom política, económica e às vezes territorial, mercê da chegada ao poder dos Borbons, todo isto depois das perdas graves de todo o século anterior rematadas com as perdas da guerra de Sucessom e ratificadas polo tratado de Utreque de 1713.

No Interior assina-se o Decreto de Nova Planta que unificava todo o território peninsular espanhol sob as leis de Castela. A reforma administrativa e o fortalecimento do centralismo ajudariam à maior castelhanizaçom de todos os reinos nom castelhanos, mas a pobreza e a má administraçom económica seguirám fazendo da Monarquia Hispânica um Império de segunda.

Os reis espanhóis do XVIII tentam evitar mais perdas territoriais e conseguem fazer-se com novos territórios que perderám, mais umha vez, ao final. A mais importante tentativa faz-se com a intençom de recuperar os territórios italianos perdidos, que começa no 1718 com o desastroso desembarque em Palermo (Sicília), a posse de Parma, Toscana e Piacenza por parte de Carlos de Borbom, assim como a consecuçom do reino de Nápoles no 1734.

Carlos, o futuro Carlos III, faz-se Duque de Parma, Toscana e Piacenza, mas muda o ducado cedendo-lho a Francisco de Habsburgo-Lorena, em troca do reino de Nápoles. Em troca, a tentativa de recuperaçom do Milanesado nom vê os seus frutos seguindo a estratégia de conseguí-lo por meio dos segundons da casa Borbónica que operam aproveitando a guerra de Sucessom em Polónia, entre 1733 e 1738 e Áustria, entre 1740 e 1748. Mas Carlos de Borbom, seguindo a legislaçom, deve entregar os seus territórios napolitanos ao seu segundo filho Fernando enquanto o primeiro, Carlos, vai herdar a coroa Imperial com o nome de Carlos IV nom ajudando à consolidaçom do Sul italiano como território espanhol, agora chamado Reino das Duas Sicílias (Cf. Fernández, 1996: 26-33).

Outras expediçons que pretendiam recompor o império fôrom a tentativa infrutuosa de reconquista de Gibraltar no 1727, a ocupaçom espanhola mais umha vez de Sacramento e a possessom da ilha de Taiti.

Por outro lado, umha vez acaba a Guerra dos Sete Anos, chega-se à Paz de Paris de 1763, pola que a Gram-Bretanha ganha à coligaçom franco-espanhola. Por isto, a Império perde a Florida, no Norte de América e a Colónia sudamericana do Sacramento que volta a Portugal, mas, em troca recebe a Luisiana francesa e outras praças menores em Cuba e Filipinas, perdidas antes.

Aliás, poucos anos mais tarde, polo tratado de Sam Ildefonso, nos anos 1777 e 1778, o Sacramento volta para maos espanholas enquanto o Rio Grande e Santa Catarina passarám-se a Portugal. Com isto, o Império receberia também as ilhas de Annobom, Corisco e Fernando Poo em África, assim como o direito ao livre comércio na costa da Guiné, no futuro Rio Muni.

Entretanto, o final do século XVIII vê como a Florida volta para o Império com a Paz de Versailles no 1783, conseqüência do fim da guerra da independência dos Estados Unidos, a ilha de Menorca e outras prazas inglesas de Centro-américa, mas nom Gibraltar (Fernández, 1996: 32).

Os anos seguintes vam ser o começo dumha nova etapa de perdas desastrosas, que começam com a perda da ilha de Sam Domingos no 1795 para maos francesas e da ilha da Trindade no 1797 para Inglaterra; isto continua com a perda já no começo do XIX da Luisiana no 1803, para a França mais outra vez (Cf. Fernández, 1996; Domínguez Ortiz, 1992: 468-470).

Temos um século de muito movimento territorial, mas insuficiente para a recuperaçom de todo o que o Império tinha perdido. Afinal, os territórios reconquistados, como o Sul da Itália, nom som consolidados,

outros retornam ao antigo dono, e já a estas alturas, muitas ilhas das Caraíbas já nom som espanholas.

O século XVIII foi umha parêntese relativamente tranquila entre o século anterior de desastre e o posterior também de desastre, mas sem nengum resultado positivo, ficando os limites do I.H. quase exactamente iguais ao começo do XIX do que depois da guerra de Sucessom, ao começo do XVIII. A falta de força impedia que a Coroa ergue-se a sua cabeça, mas ainda ia baixá-la muito mais no século seguinte.

A visom deste século XVIII dá-nos como resultado o nom retrocesso territorial do Império mas também a falta de avanço. As tentativas por erguer cabeça fôrom evidentes mas infrutuosas. O I.H. segue a ser um Império de segunda que perde territórios como por conta-gotas, sem poder fazer nada por impedi-lo. Agora, com Napoleom no poder na França, as cousas vam mudar em todo o Continente e também na metrópole, que vai ver a perda maior e mais importante da sua história. Agora o sangue verterá-se na América.

4.O DESASTRE

—A Independência americana

Anteriormente à independência dos países americanos, já no século XVII, O I.H. perdeu de mao de ingleses, franceses e holandeses muitas ilhas das Caraíbas. No 1697 polo Tratado de Ryswick, em época do rei Luis XIV, o ocidente da ilha da Hispaniola ou ilha de Santo Domingo foi para a França, as Baamas, Bermudas, ilhas Virgens, Leeward e Windward, Barbados, Antilhas francesas e holandesas fizérom o mar das Caraíbas um lugar nom unicamente espanhol, embora as grandes Antilhas (Cuba, Oriente de Santo Domingo e Porto Rico) ainda seguiam sob o domínio da Espanha, mas nom por muito tempo.

Umha das mais grandes barbaridades que tem cometido a humanidade foi a conquista e colonizaçom da América. A conquista espanhola originou umha catástrofe demográfica nunca antes conhecida polo ser humano. A populaçom ameríndia diminuiu radicalmente até o ponto da total extinçom em zonas como as Antilhas e certos lugares do México ou do Peru. Outras regions vírom reduzidos brutalmente os seus contingentes humanos, sendo difícil falar de números pola inexistência de dados científicos e exactos[9].

A chegada dos espanhóis, a impossibilidade índia perante as novas condiçons de vida e sobrevivência e a chegada de escravos africanos faz

aumentar a mestizagem e isto reordena a escala social. Assim, quanto mais branco, mais acima socialmente, e quanto mais negro, ou índio, mais abaixo. De outro lado, a sociedade branca também se hierarquiza, pois um espanhol peninsular era melhor visto do que um crioulo (Cf. Laviana Cuetos, 1996: 42-48).

A populaçom americana sofreu assim a imposiçom religiosa por mao de jesuítas e franciscanos, os quais levavam a cabo missons que lhes serviam para estender à força o catolicismo com o fim de reduzir e colonizar novos povos e terras. Contodo, as debilidades humanas dos cregos espanhóis obrigavam os índios à submissom que era aproveitada polos interesses egoístas dos brancos.

Já no século XVIII e consolidado o poder espanhol na América, a rivalidade entre o I.H., a França, Holanda e a Gram-Bretanha, faz que o primeiro perda alguns territórios, como algumhas ilhas nom colonizadas das Antilhas, Belize ou Haiti, ou outros territórios como as Guianas. Com Carlos III perdérom por vezes a Havana, a Florida e a Luisiana, que mudárom de maos várias vezes, como também as ilhas Malvinas que passárom a ser ocupadas polos ingleses.

Mas, enquanto os limites do império espanhol, tanto no Norte como no Sul, sofriam variaçons, para Sul, na Patagónia e Chile, os índios insubmissos faziam puramente nominal a presença espanhola. Nas fronteiras com o Brasil, as incursons dos bandeirantes faz diminuir o território espanhol, enquanto os imensos territórios selváticos do Amazonas e do Orinoco nom ficavam incorporados à Coroa. Na América Central, os índios e os negros chimarrons ocupavam lugares ainda nom explorados. No Norte, os índios das pradeiras norte-americanas viviam alheios ao que se lhe achegava polo Leste, enquanto, tinham pequenos contactos com os espanhóis, sobre todo em Califórnia, Novo México e Arizona, onde os franciscanos e jesuítas fundárom novas cidades e aventurárom as suas incursons até Vancouver e até à mesma Alasca. Ali topariam-se com os russos que atravessaram o estreito de Béringue.

No fundo, a independência americana é simplesmente um problema entre brancos polo poder, pois, além disso, há outros sentimentos inde-

(9) O I.H. exerceu a técnica conhecida actualmente como “limpeza étnica” em todos os territórios polos que passou. Além de limparem de judeus os seus respectivos reinos na época de Isabel de Castela e Fernando de Aragom, também se procedeu a limpar de populaçom mourisca o correspondente território em época de Filipe III com métodos pouco “católicos” -nome com que se definiam os reis espanhóis-, que também sofrérom as populaçons guanches nas Ilhas Canárias, nas que empregárom a brutalidade mais inumana, os índios americanos, e sobre todo os índios das Caraíbas, extinguidos pola acçom dos conquistadores, chegando a ficar desalojadas de nativos ilhas inteiras como Cuba, Porto-Rico, Jamaica, A Hispaniola, e todas as ilhas menores. Haveria que falar também dos africanos que roubados das suas terras fôrom a América como escravos, sofrendo todo tipo de humilhaçons.

pendentistas mais legítimos nas intençons de alguns indígenas, centrados mais do que noutra cousa, em contra da opressom branca à que estavam submetidos, forem estes europeus ou crioulos. Os abusos eram constantes e comuns e os descontentos revoltavam-se, como foi o caso do cacique Condorcanqui que tomou o nome dum antepassado seu: Tupac Amaru, Inca degolado no século XVI polo Vice-rei de Toledo. A revolta foi sufocada no ano 1783, depois de anos de luita, mas quando os crioulos conseguírom a independência, a situaçom dos índios nom melhorou (Cf. Domínguez Ortiz, 1992: 469-474).

Porém, pode-se dizer que, depois de todo, o principal fracasso da colonizaçom espanhola foi a nom assimilaçom dos índios, raça considerada por eles inferior. Na tentativa de imposiçom colonial foi de grande importância a imposiçom religiosa, mas embora isto tenha sido assim, o que nom deu o seu fruto foi a imposiçom lingüistica, apesar das chamadas reduçons, criadas polos jesuítas para agruparem os índios nómadas convertidos (Cf. Bennassar, et al. 1994: 577-579).

Afinal, infelizmente, nom som os índios os que luitam pola sua independência, mas os crioulos, descendentes dos espanhóis em América. Assim, os crioulos reclamam a independência e é o Conde de Aranda, embaixador da Corte espanhola em Paris no 1783, quem argumenta contra a situaçom de injustiça em América com o fim de evitar umha revolta independentista, mais bem com pouco sucesso perante as autoridades espanholas. As antipatias crioulas nom iam contra a Coroa, mais bem foi a falta de poder central durante a chamada Guerra da Independência Espanhola contra os franceses e o exemplo norte-americano. O Conde de Aranda propunha ao rei um novo sistema de governo de América, baseado numha monarquia federal e semi-independente, mas solidária com a metrópole, umha espécie de Commonwealth hispânico. E nom foi o único: Campomanes, Floridablanca e outros propugérom algo semelhante com o fim de retardar o mais possível a perda das colónias americanas. Foi, portanto, a própria lógica colonial a que levaria à independência. Só faltava que chegasse o momento oportuno, que foi no 1808 quando as tropas napoleónicas entram na península provocando a queda das Instituiçons do Império Espanhol e um vazio de poder que aproveitarám os americanos (Cf. Fernandez R, 1996: 122).

Desde 1810, ano do começo da luita pola independência americana nos países do Sul, isto é, a Argentina, Chile e Paraguai, continuando nos anos 20 com a guerra em México e Centro-América, por um lado, e Nova Granada por outro, a favor do infrutuoso ideal bolivariano da República da Grande Colômbia, o conflito contra o Império vai durar até os anos 30,

continuando posteriormente em guerras interamericanas, devido à imprecissom das fronteiras e aos interesses britânicos e norte-americanos, que queriam umha hispano-américa fragmentada e constituída por múltiplos e pequenos países sem poder. Há que salientar as perdas de territórios dos países hispano-americanos de maos do Brasil. Assim, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela chegam a perder imensos territórios selváticos que salientam o retrocesso do espaço ex-espanhol. Também Venezuela perde a sua parte mais oriental de maos britânicas, ficando anexados esses territórios à Guiana britânica. No Norte, em todo este processo, tanto o território de Texas, como o de Novo México e California, —tendo perdido por venda muito tempo antes a Florida—, passam-se a fazer parte dos Estados Unidos mercê dos tratados de Guadalupe-Hidalgo (1848) e Gadsen (1853). As Malvinas acabam por passar-se à Gram-Bretanha definitivamente, ficando, com isto, o território originariamente espanhol muito reduzido.

Achamos que esta perda de territórios é importante, devido a que se os descendentes de espanhóis na América operam igualmente como colonos em todo o território ex-espanhol, espalhando a língua, cultura, mentalidade e carácter espanhol sobre outros povos, os novos donos operarám portanto, em favor do espírito anglo-saxónico e luso-brasileiro.

Um caso especial é o da ilha chamada Hispaniola ou Espanhola que muda de maos desde 1795 várias vezes, umhas para a França, outras fazendo parte do Haiti independente e outras querendo ser espanhola por própria vontade. No ano 1861 volta a Espanha depois de muitas idas e vindas, mas a metrópole, nom faz absolutamente nada em benefício da ilha, por isso começa a revolta anti-espanhola e no ano 1865 é proclamada a República Dominicana definitivamente independente.

Em resumo, seguindo autores como Laviana Cuetos, o que pujo fim, neste caso, ao poder colonial espanhol, nom foi o reforçamento da autoridade e o absolutismo como foi em tantos casos anteriores, mas bem todo o contrário, foi o progressivo debilitamente dessa mesma autoridade a conseqüência da política liberal na península.

Na Galiza

2. *De 1833 até o 2000*

2.1. *De 1833 a 1898*

Nem sequer com a unidade político-legal do século XVIII depois da Nova Planta se pode falar de Estado Espanhol até 1833 com os acontece-

res posteriores à morte de Fernando VII. De facto a chamada Coroa de Castela durou oficialmente até a aprovaçom da Constituiçom de 1837 quando calha o modelo de Estado surgido na revoluçom francesa (Sort i Jané J: 1997: 24).

Desde este momento toda a legislaçom do, já, Estado Espanhol ou Reino da Espanha vai destinado a unificar e uniformar nacionalmente as gentes que conformam o seu território. Assim, procede-se à castelhanizaçom profunda do ponto de vista lingüístico e mental, à criaçom das províncias e à morte dos diferentes reinos, entre eles o Reino da Galiza, criam-se instituiçons como a Guarda Civil, de tipo policial-militar com competência em todo o novo reino unificado, faz-se a reforma fiscal, a Lei Moyano de Instruçom Pública com o fim de criar umha consciência espanhola, a lei do Notariado, etc... (Cf. Paredes J: 1998: 142-143). Com isto, o novo Estado Espanhol unitário incide nas mentalidades fazendo ranger os alicerces das comunidades nacionais peninsulares nom castelhanas integradas dentro do mesmo, e que reagem na sua autodefesa com o surgimento do catalanismo, a defesa dos foros bascos que originarám mais tarde o nacionalismo basco e o primeiro galeguismo que terá a sua génese na contestaçom ao desmembramento da Galiza em cinco e posteriormente quatro províncias e a morte do Reino da Galiza, gerando o provincialismo e a revoluçom de 1846 .

—Cuba, Porto Rico e Filipinas

Cuba luita pola sua independência durante todo o final do século XIX sobretodo por razons económicas, mas, também, por interesse dos Estados Unidos, que seguia umha política expansionista com os olhos postos tanto nesta ilha como no Porto Rico. Cuba vê duas guerras: a do 1868-1878 e a segunda do 1895 a 1898, que acaba com a intervençom americana.

Porto Rico começa a sua guerra no 1868 vendo-se ajudada pola Cuba de José Marti, mas ao final, polos tratados do 1898, acaba fazendo parte dos Estados Unidos.

Com respeito às Filipinas, há que dizer que nunca deu grandes riquezas à Espanha, nem esta foi capaz de sufocar o bandoleirismo, nem as continuas revoltas. Aqui, a Espanha tentava abrir rutas comerciais rumo a América polo pacífico, à vez que tinha umha cunha em território colonial português. Fizo-se famoso o "Galeón de Manila" que levava a Oriente a prata da Nova Espanha que trocariam por espécias e seda chinesa a qual mais tarde chegaria a Espanha. Fôrom governadas com o mesmo sistema legislativo do que a América espanhola, com o mesmo

paternalismo face ao indígena e os mesmos abusos que incluíam torturas por parte dos espanhóis com o fim de obterem benefícios dos tagalos, económicos até. Fôrom ilhas afastadas e de menor importância económica do que América, menos espanholizadas e menos protegidas militarmente e portanto mais insubmissas.

No ano 1872 os indígenas sublevárom-se em Cavite contra os abusos aos que estavam submetidos mas descuberta a conjura polos religiosos espanhóis acabou todo com a execuçom de 41 pessoas, entre elas vários sacerdotes nativos.

Nos anos 90 começárom-se a criar associaçons nacionalistas e anticlericais —já que os sacerdotes espanhóis eram os que realmente exerciam o controlo ideológico sobre a populaçom filipina— para alçarem-se em rebeliom no 1896 em Luzón dirigida por Emílio Aguinaldo que refugiado em Biac-na-Lató proclamou a república e adoptou umha constituiçom semelhante à cubana. Os espanhóis reagírom impondo a mao dura militar e fusilando a Rizal, um dos chefes indígenas. A insurreiçom estendeu-se até que Fernando Primo de Rivera acaba negociando com Aguinaldo, o qual deixa as armas e foge a Hong-Kong a câmbio dumha compensaçom económica, mas o 6 de Março do 1898 começam de novo as insurreiçons até que os filipinos, ajudados polos norte-americanos provocam o chamado polos espanhóis, o "Desastre de Cavite" em Abril-Maio de 1898 polo qual os espanhóis acabam capitulando (Cf. Sastrón M, 1901; Mabini, 1931; Calvo, 1915).

O dia 10 de Dezembro de 1898 assinava-se o tratado de Paris polo que os espanhóis deixam as ilhas Filipinas, agora em maos dos norte-americanos até o 1946, ano no que conseguem umha pseudo-independência tutelada polos EEUU (Cf. Laviana Cuetos, 1996: 136-138).

Em conseqüência, a independência destes países é devida, sobretodo, a conflitos económicos com a metrópole, pola má administraçom, polo encontro com outros colonialismos como o norte-americano e o inglês, mas também pola necessidade crioula de libertar-se do monopólio do poder por parte da metrópole, que se comporta como estrangeira. Por todo isto, nasce a ideia da exploraçom espanhola sem benefício para América. As ideias da modificaçom da relaçom entre América e a Espanha já vinham de atrás, com o antes dito Duque de Aranda, que propugnava umha confederaçom hispano-americana, situando em pé de igualdade aos peninsulares e aos crioulos, mas o despotismo ilustrado e a mentalidade imperial espanhola nom querem ouvir falar destas cousas.

Por fim, o império hispano-americano está morto, enquanto, os reis espanhóis "no dejarán de emplear la fuerza armada contra sus subditos rebeldes" como manifestaria Fernando VII. Espanha, curta de vista ou cega, nom quer ver a realidade. A sua miséria económica e humana abre a porta do século XX (Témime É et al., 1997: 49).

Na Galiza

2.2. *Do 1898 até 1936*

O ano 1898 tem especial importância, porque com a perda de Cuba, Porto-Rico e Filipinas, o nacionalismo espanhol fica reafirmado como um projecto de futuro, assim surge na "intelligentzia" espanhola o regeneracionismo e posteriormente um conjunto de ideólogos nacionalistas espanhóis que porám a base teórica do projecto nacional espanhol de base castelhana: Ortega y Gasset, Manuel Azaña, Juan Negrín, Salvador de Madariaga... (Cf. Sort i Jané: 1997)

A Galiza organiza o seu nacionalismo e consegue umha autonomia que nom poderá consolidar por causa do golpe militar do 18 de Julho.

2.3. ***Do 1936 até o 1975***

Com o ano 1936 e a instalaçom dum regime declaradamente nacionalista espanhol de traças totalitárias e depois dumha guerra que durou até o 1939, o projecto nacional espanhol encontra a sua máxima expressom e maos livres para agir. A vertebraçom da Espanha começa a sentir-se pola força, com autoritarismo e sem oposiçom, aliás, as infraestruturas intercomunicam todo o Estado; o idioma caste-lhano, agora denominado espanhol abre-se caminho em territórios nom castelhanos favorecido polo ensino e polos meios de comunicaçom e informaçom escritos e, já, audio-visuais.

Na Galiza todo isto se deixa sentir com força, deteriorando o nosso país nom só do ponto de vista lingüístico-cultural, mas também do ponto de vista económico e social provocando pobreza e emigraçom, e todo isto com maior intensidade e rapidez do que em outras épocas históricas.

—O século XX. Marrocos e o Sara Ocidental

O século XX começa de forma humilhante para a Espanha pola perda das últimas colónias americanas de maos dos Estados Unidos, fazendo surgir o chamado Regeneracionismo, que insiste em lembrar a missom de Espanha, que é, tanto se exerce, como nom, um domínio colonial, transmitir e perpetuar umha "Civiliza-çom Superior". A língua, presente na

América, e a manutençom das missons religiosas som o nexo de uniom de hispano-américa com a ex-metrópole, mas agora que África está de moda, os olhos espanhóis ponhem a sua intençom no grande reparto colonial por fazer do continente que fica para Sul da Península Ibérica. O regeneracionismo volta-se africanista, dando nova vida a um velho sonho, e fazendo renascer a ideia da cruzada e a missom civilizadora da Espanha cristá face aos mouros, por isso, os interesses espanhóis dirigem a olhada para Marrocos e o Sara Ocidental, para o Rio Muni e as ilhas do Golfo da Guiné. O ultranacionalismo encontra razons para a existência e a "raza" espanhola, o "casticismo" e a "hispanidad" som os novos argumentos (Cf. Témime et al., 1997: 43-50 e 173-177).

Já, a meados do XIX, as tropas espanholas tinham entrado no norte de Marrocos com intençons colonialistas, mas os obstáculos físicos e a oposiçom também tinham sido importantes. Os acordos entre a França e a Espanha estabelecerám um projecto de reparto no 1904, correspondendo-lhe a esta última a pior parte, a mais difícil orográfica e militarmente: o Norte tingitano. Assim, os sucessivos fracassos militares, como o do "Barranco del Lobo", leva o assunto marroquino à impopularidade, enquanto os governos som duramente criticados polas forças políticas e polo povo, chegando a umha situaçom conflituosa que gera acontecimentos como o da Semana Trágica de Barcelona no 1909. A pouca preparaçom militar e a mediocridade dos mandos, conduzem à humilhaçom no ano 1921 com o dessastre de Annual que provoca contestaçom e revoltas na península. A ditadura de Primo de Rivera nom consegue solucionar nada, e os fracassos acumulam-se. Abd-el-Krim, chefe dos marroquinos, castiga os espanhóis que pedem ajuda ao chefe do exercito francês, o Marechal Pétain, graças ao qual, o país magrebi fica pacificado polas armas no 1926. Mais umha vez, os espanhóis devem-lhe a fachenda às potências estrangeiras, enquanto eles ficam com a miséria moral e militar. O seu nom é um império, mais bem semelha umha caricatura disso (Cf. Témime, et al., 1997: 178).

Desde a vitória francesa perante um problema nom francês, mas espanhol, a Espanha governa o território marroquino desde Madrid directamente. A colonizaçom económica e humana começou posicionando as forças políticas do país que reclamavam, algumhas, a independência. Com a guerra mundial, a Espanha aproveita para ocupar territórios franceses até 1945, que é quando deve marchar por decissom internacional. A partir do fim da guerra mundial, os ânimos estám quentes e a luita pola independência começava com atentados, matanças e a revolta do Rif nos anos 50. O Sultám de Marrocos, Muhammad V organiza a tentativa

no exílio, até que no ano 1956, Marrocos, consegue a sua independência da França em Março e da Espanha em Abril (Cf. García Figueras T, 1957).

Um caso especial é o do território de Ifni, espanhol desde 1476, que continuou sendo-o depois da independência de Marrocos, mas no 1957, um exército de libertaçom ataca desde Marrocos a regiom, embora a ofensiva franco-espanhola impida a independência. Em Janeiro do 1958, Ifni converte-se em província espanhola e no 1969, um acordo entre Marrocos e a Espanha, impulsionado pola comunidade internacional faz que a regiom volte para Marrocos (Cf. Ortega Canadell, 1962).

O Sara Ocidental espanhol foi reconhecido como território de expansom espanhola polos portugueses no 1509, mas nom acabou de ser submetido; só os seus chefes, como Uad Nun fôrom tributários do reino de Castela e em Tarudant residia um representante da monarquia espanhola. Mas no século XIX, começou a autêntica penetraçom espanhola com carácter principalmente económico. Construírom-se feitorias em Rio de Oro e Villa Cisneros, enquanto o Sultám reconhecia no 1886 a soberania espanhola. No 1920 estabelecêrom-se as fronteiras do território que se chamou Rio de Oro. No 1934, em troca, na época da República, chamou-se África Ocidental espanhola e no ano 1957 foi província, mas em 1966 a ONU determinou a necessidade de descolonizar o território. Espanha fizo ouvidos surdos ao assunto, até que no ano 1975, com a iminente morte do ditador Franco, Marrocos decidiu ocupar pacificamente o território como forma de reclamá-lo para si; foi a chamada Marcha Verde. Finalmente, os governos espanhóis fizérom deixaçom das suas responsabilidades e o Sara ficou dentro de Marrocos à espera dum referendo de autodeterminaçom que o novo Estado ao que pertence tenta adiar o mais possível para favorecer a sua anexaçom legal (Cf. Rumeu de Armas A, 1957).

—Guiné Equatorial

Este território chamado antes Rio Múni, com as ilhas de Annobom, Fernando Poo e outras ilhas menores passárom-se ao Império Espanhol com o tratado de Sam Ildefonso e o Pardo, nos anos 1777 e 1778. As ilhas e a regiom continental estivérom isoladas durante muito tempo, até que no 1832 se lhe começou a dar algo mais de importância ao levar a cabo expediçons e missons religiosas. No 1858 tivo o primeiro governador com o estatuto de Colónia, enquanto no 1901 reconheceu-se-lhe a Espanha o direito à parte continental, reduzida polos interesses franceses, ingleses e alemáns. No 1904 começou a colonizaçom económica e humana à vez que poucos anos mais tarde começavam as tensons agravadas na época da República espanhola.

Depois da Guerra dos Três Anos na Espanha (1936-1939) mudou o nome para o de "Província del Golfo de Guinea" e no 1959, os direitos dos habitantes do território fôrom equiparados aos dos da península surgindo duas províncias: Rio Múni e Fernando Poo. Começou, com isto, a luita pola sua independência, até o ponto de operarem com acçons armadas e reclamarem a independência à ONU, a qual pressionou sobre a Espanha, que só foi capaz de conceder umha mínima autonomia com certas doses de discriminaçom para os habitantes da ilha de Fernando Poo, a gente da etnia bubi. Mas o problema nom acabou e a Espanha viu-se obrigada pola ONU a conceder a independência que foi real o 12 de Outubro de 1968 (Cf. Moreno, 1952).

Na Galiza

2.4. *Do ano 1975 até o 2000*

No 1975 abre-se umha nova etapa com a morte do ditador Franco. Feito o trabalho sujo da imposiçom nacionalitária convém tranqüilizar os "nacionalismos periféricos" com a concessom de autonomias aos territórios nacionais nom caste-lhanos. E o que num começo parecia boa vontade por parte dalguns políticos com o fim de pacificar a conflituosa convivência hispânica, acabou sendo a forma de pôr freio legal à reivindicaçom nacionalista, à vez que se diluía o ideal das naçons sem Estado da península ao serem-lhe concededidas autonomias a regions que nom o necessitavam dum ponto de vista nacionalitário, mesmo as que nunca tivêrom personalidade regional, nem demanda social, como Madrid ou a Rioja. Com isso igualavam-se províncias e naçons como forma de tirarem-lhe importância ao espírito de diferença à vez que só se percebia desde o comum à Espanha como única naçom. Dum ponto de vista estritamente espanholista, o processo autonómico tentaria justificar democraticamente os seguintes passos nacionalizadores que se levariam a cabo no momento em que os partidos espanhóis tomassem o poder nas três naçons sem Estado, nomeadamente a Galiza, Euzkal-Herria e os Países Cataláns, mas como no caso dos dous últimos tem sido impossível e no caso da Galiza o nacionalismo tivo e tem umha certa força social, embora tenha tido pouco poder, o nacionalismo espanhol mais radical tirou a máscara desde o começo dos anos 90 e com umha política mais preocupada por conseguirem o poder onde nom o tinha ou tem, botou mao da demagogia e dos meios de informaçom como armas, num Estado que se autodenomina democrático. Os posicionamentos espanhóis virárom mais intolerantes, faltos de diálogo e até agressivos. Mas se isto é assim é que

a naçom espanhola ainda está por fazer e conseqüentemente a reacçom contra essa imposiçom também se faz ver.

5. A SITUAÇOM GLOBAL DA GALIZA NESTE MOMENTO

Do ponto de vista económico vemos umha situaçom de grande desmantelamento com o sector primário (agricultura, pesca e fazenda) ferido de morte como conseqüência da entrada do Estado Espanhol, e com ele a Galiza, na Uniom Europeia, sem que este mesmo Estado tenha feito nada, nem pouco nem muito por este sector básico para o nosso país, mas também é certo, e todo há que dizê-lo, que os galegos seguindo a inércia de século, nom escolhêrom representantes que nos defendessem para podermos tirar um mínimo de proveito à nossa entrada no mercado único.

O sector secundário conta no nosso país com pouca representaçom. O tecido industrial na Galiza é de algumhas empresas dependentes do sector primário o qual garante o seu declínio, outras simplesmente estám assentadas no nosso território porque é aqui onde estám as matérias primas, mas estas empresas nom criam um tecido industrial beneficioso para nós, nem os seus benefícios redundam em bem para a Galiza, o que é como dizer que a Galiza nom tira proveito destas empresas, mas som estas empresas as que tiram proveito da Galiza (Empresas hidroeléctricas, Ence Elnosa, Parques Eólicos, Térmicas, etc). Som as chamadas pólos economistas empresas de Enclave.

Outras empresas, tipo Citröen, vinculadas fortemente à Galiza, nom podem ser consideradas propriamente galegas, pois, pertencem a multinacionais estrangeiras que repatriam o seu excedente ao país de origem, outras, que como o sector naval, esmorecem polas reconversons feitas, etc.

O sector terciário, os serviços, é um sector em alça, mas é dependente de factores externos como a climatologia (a hotelaria e o turismo em geral), ou outros. Neste sector, nomeadamente o funcionariado, é onde por necessidade vam parar a maioria dos galegos dedicados a opositar por nom encontrarem na sua Terra nengum outro tipo de saída laboral. Enquanto, o subsector privado, o mesmo que outros entramados empresariais galegos, encontra autênticos problemas para sobreviver e para concorrer com multinacionais estrangeiras de grande poder.

Este contexto económico, incide na demografia, que nunca na Galiza tivo umha boa expressom, já que a carência económica e a incapacidade do nosso país para absorver o excedente laboral obrigou a muitos galegos

à emigraçom, o que impediu o desenvolvimento normal da Nossa Terra. Mas parece que desde 1975 a emigraçom vai decaindo embora nom seja porque a Galiza poda dar saída à sua própria mao de obra, mas porque os países tradicionalmente receptores mudárom as suas condiçons económicas a pior e aliás pola entrada de emigrantes nesses países procedentes da Europa Oriental e África, que suponhem mao de obra mais barata.

Além do mais, o crescimento da populaçom galega ficou freado e até descendeu, dando como resultado umha baixa perigosa da populaçom galega e um ave-lhentamento da mesma com tendência a fazer-se pior no futuro. Esta situaçom pode incidir negativamente sobre a dinâmica económica e social da Galiza se nom se age de forma adequada, que é como nos tem afeitos historicamente este Estado ao qual pertencemos (Cf. Fdez Leiceaga, X e Lopez Iglésias, E; 2000).

A incidência desta situaçom económica também impede a criaçom dumha classe social empresarial vinculada politicamente com a Galiza, o qual seria a correspondente classe dirigente no mundo burguês e capitalista no que vivemos e da que o nosso país carece desde sempre, seguindo a mesma linha que seguimos em época do Antigo Regime onde a classe dirigente de aquel momento, a Nobreza, ficou primeiro anulada, e logo erradicada e substituída, dando como resultado umha populaçom fundamentalmente camponesa e marinheira, nom capacitada naqueles tempos para guiar o nosso país por caminhos mais prósperos e dignos. Seguindo esse mesmo destino teremos no que hoje vem sendo "La Comunidad Autónoma de Galicia" umha populaçom dependente, dumha ou doutra forma, do Estado e/ou de pequenos empresários sem autêntico peso, voz, nem poder para incidir na política nem no destino do país.

Também do mesmo modo que no Antigo Regime havia umha classe encarregada de controlar ideologicamente à populaçom, —isto é, o clero—, hoje encontramo-nos com outra forma de fazê-lo, e mesmo fazê-lo melhor, como som os meios de informaçom, nomeadamente a Televisom, a Rádio, a imprensa escrita e o ensino. Com isto, mesmo muitas mentes que potencialmente som críticas, acabam caindo na armadilha que impede identificar o autêntico problema da Galiza e portanto impede também aplicar o antídoto adequado contra esse mal. Assim, o seu reflexo na política é imediato, a nom ser que as mentes críticas reajam convenientemente, o que poderia ser mais fácil neste final do século XX e começo do XXI, por termos assimilado o pouso histórico da Ilustraçom, já transcorridos mais de douscentos anos, cousa que nom se dava na

Idade Moderna ou Séculos Obscuros. A falta dum poder decissório e executivo autocentrado leva à falência económica e isto cria pobreza e desastre social e intelectual.

No político, a Galiza leva quase vinte anos com umha autonomia política, que foi polo que luitárom todos os galeguistas desde o século XIX até que se conseguiu, com o fim de termos um mínimo de poder político para começar o longo caminho da autorrealizaçom, reconstruçom, regeneraçom e liberdade da Galiza, mas o controlo deste governo autónomo nom tem estado nas maos dos herdeiros desse galeguismo generoso que luitou e morreu pola Galiza, mas por aqueles que precissamente luitárom contra esse galeguismo e essa autonomia, encarnados nestes, quase, vinte anos no partido conservador espanhol herdeiro do franquismo, primeiro com as siglas AP e posteriormente PP e que som os responsáveis da situaçom da Galiza nos fins do século XX e começo do XXI. Aliás o outro partido espanhol por excelência, o Partido Socialista é co-responsável por ter sido o que levou os destinos do Estado e com ele os da Galiza nos anos fundamentais do descolar da autonomia, nos anos 80 e a maior parte dos 90, mas este partido, o PSOE, conta com pouco apoio popular para ser um dos dous partidos mais importantes da Espanha, ter sido o partido do governo durante vários anos e estar constantemente nos meios de informaçom do Estado.

Porém, a estrutura partidária na Galiza completaria-se com outros partidos e/ou sectores sociais representados partidariamente ou nom, que atingiriam o chamado nacionalismo, descendente directo e herdeiro dos históricos galeguistas dos que acima temos falado. Por umha parte estaria um sector social liberal-conservador que seria representado em alguns momentos destes últimos anos pola chamada Coligaçom Galega, partido que tivo ampla representaçom política e até responsabilidades de governo entre 1987 e 1989 mas que foi rebentado nos começos dos 90 pola acçom exercida polo PP que foi quem se aproveitou absorvendo muitíssima militância e até dirigência. Este partido, a CG, despertou muitas esperanças no seu momento mas acabou ficando fora do chamado arco parlamentar como partido testemunhal e sem nengumha representaçom institucional a nom ser um número mínimo de concelheiros em dous ou tres Câmaras Municipais da Província de Ourense. Aliás, existem outros dous partidos enquadrados dentro deste sector sócio-político como som Democracia Galega e Convergência Nacionalista Galega. A sua debilidade política e praticamente nula representaçom institucional fazem que este espaço político esteja em maos do partido hegemónico da Galiza, o PP, e seja com isto difícil de recuperar para um nacionalismo de centro-

direita.

A esquerda nacionalista está mais e melhor representada polo BNG, coligaçom política que englova vários partidos e agrupaçons e que conta com umha importante representaçom institucional, bem nas Câmaras Municipais onde tem conce-lheiros e mesmo o governo de algumhas delas, embora pouca, se o compararmos com o número de presidências municipais que tem o PP; tem, aliás, representaçom no Parlamento Autónomo como segundo partido em número de votos e escanos, e mesmo conta com representaçom no Parlamento do Estado com três representantes assim como um no Europeu.

Há que comentar a dificuldade que tem esta agrupaçom política para cumprir com os seus objectivos em qualquer instituiçom na que estiver, pois de falarmos por exemplo da Câmara Europeia, vemos a oposiçom radical e mediática que se faz quando o parlamentar usa o galego em público, ou se falarmos dos Alcaides de cidades como Ponte-Vedra vemos a grande oposiçom que tem quando age coerentemente em relaçom às touradas, até mesmo, de ver tentativas de moçons de censura, já nom pola sua melhor ou pior gestom, mas por cumprir com um programa de governo a favor da cultura em geral e em contra da cultura forânea das touradas em concreto; se falarmos do parlamento espanhol haveria que falar do trato discriminatório que tem quando nom se lhe permite formar grupo parlamentar com ajuda de CiU e PNV, à vez que outras formaçons políticas sim podem fazê-lo nas mesmas condiçons, como é o caso da Coligaçom Canária.

Por fim, vemos o nacionalismo independentista, representado por agrupaçons políticas como som a AMI, Primeira Linha (MLN), e a FPG que vem nos últimos tempos a necessidade de se unirem, mas que encontram no seu caminho obstáculos grandes como som, por exemplo, a conceiçom da língua galega e no que a FPG, ancorada no seu conceito da mesma dos anos 60, é protagonista.

Para além, dizer que a estrutura partidária da Galiza está em plena efervescência bem pola necessidade que tem o país de contar com representaçom política plena de todos os sectores sociais implicados na sua reconstruçom, vertebraçom e regeneraçom, bem pola desorganizaçom na que estám, exceptuando o BNG que é o que melhor o leva e o que melhor organizado está, até o ponto de copiarem a sua organizaçom partidos de Valência, como é o Bloc Nacionalista Valencià, e agrupaçons políticas próprias de Estados Independentes como é em Portugal o Bloco de Esquerdas.

Do ponto de vista cultural, todo esse entramado político-social e económico de dependência age sobre a psicologia dos galegos que acabam vendo como normal o que em realidade é anormal para nós. O ataque a hábitos culturais galegos vinculados e relacionados com o mais profundo do nosso ser e da nossa conceiçom da existência vem complementado com a imposiçom de outros costumes e hábitos afastados da nossa sensibilidade[10]. A impossibilidade de ensinarmos a nossa história nas aulas de pontos de vista mais próximos às fontes históricas e mais objectivos do que a história passada por peneiras políticas interesseiras e parciais, mas em troca de atragoarmo-nos com as glórias épicas do Cid, os Comuneros e os Reis Católicos onde a Galiza nem existe nem tem nada a dizer fazendo-nos ver que nom somos ninguém, nem sequer na Espanha, sem história, sem reis, sem reino e sem personagens lúcidas a nom ser as que acreditam no projecto nacional castelhano-espanhol.

A impossibilidade de recuperarmos a nossa língua, com perda massiva de falantes, sobretodo na juventude, com umha conceiçom dela própria dum dialecto aletrado, desvinculada da sua própria história e impedindo o seu futuro com leis obstaculizadoras, com limites para o seu ensino, com perseguiçom para os defensores da sua autêntica e real normalizaçom, com prémios aos que luitam por mantê-la subdesenvolvida... Eis a nossa realidade hoje e a situaçom na que nos encontramos, mas os galegos seguimos existindo com um mínimo de memória histórica e vontade de existir, o qual pode ser fundamental para a nossa recuperaçom e salvaçom como povo.

6. CONCLUSONS

Visto o percurso do acontecer imperialista espanhol e o seu fracasso, podemos tirar umhas conclusons e reconhecer umhas causas de tam má gestom histórica da Espanha. As causas do fracasso histórico espanhol fôrom:

• A intolerância tanto religiosa, nacional e étnica que levou ao confronto, e portanto, em muitos casos, à perda de territórios e ao desastre económico.

• O centralismo, que gerou umha má gestom e a umha deficiente administraçom do império, razom principal argumentada polos que se revoltárom contra a Espanha.

(10) Reparemos na dupla moral de proibir tradiçons como as chegas de bois na Límia ou limitar legalmente outras tradiçons, por outra parte necessárias para a subsistência, como a forma em como se leva a cabo a matança do porco e em troca a imposiçom das touradas contra as que ninguém pode alçar a voz sob pena de ser motivo, mesmo, de vilipêndio político e escárnio mediático.

• A corrupçom foi conseqüência do centralismo e ajudou a conscientizar muitos povos da incomodidade de ser governados por espanhóis.

• Embora o centralismo tenha sido forte, o imobilismo da administraçom e a posse dela por maos interessadas vinculadas ao poder e alheias aos interesses das naçons submetidas, favorecêrom a desordem, o que, unido ao centralismo, empeceu a administraçom dos países, que, por si próprios, teriam sido mais prósperos e ordenados.

• O uniformismo castelhanizador tem sido mais outra razom do conflito. A impossiçom cultural da língua, leis, e costumes castelhanas a povos que nom aceitárom o assimilismo, ajudou no posicionamento antiespanhol. A falta de respeito às particularidades nacionais faz que o conflito seja fácil e o confronto bélico seja visto como umha saída possível para preservar a idiossincrasia dos povos agravados.

Portanto as conseqüências de todo isto fôrom:

• Confrontos sangrentos com naçons de dentro do império que se vírom impulsadas à independência ou à revoluçom por nom existir possibilidades de convivência.

• Confrontos com outras potências imperiais, melhor organizadas e com uns imperialismos mais inteligentes, que engrandecêrom os seus territórios coloniais ou imperiais à conta da Espanha.

• As soluçons aos problemas em que se viu a Espanha sempre fôrom ofensivos e agressivos, o qual, longe de solucionar os conflitos, ainda os complicavam mais. Exemplos: A matança de Sam Bartolomeu contra os neerlandeses; ataques à França e a outras potências no começo da Guerra dos Trinta Anos que acabou com a hegemonia espanhola na Europa e com a perda de muitos territórios; centralismo de Olivares que gerou as revoltas de Catalunha —que acabou perdendo o Rossi-lhom— e Portugal que conseguiu a independência.

• A Espanha, polo facto de expansionar-se passando por acima de povos e naçons, viu o seu futuro complicado polos chamados, com terminologia de hoje, “conflitos nacionalistas”, que ela desprestigiou e que ela provocou, sendo o pior nacionalismo de todos o nacionalismo espanhol que resultou sempre agressivo, e nom os outros que só fôrom defensivos.

• Os melhores contributos, para a emancipaçom dos diferentes povos, fôrom essas características espanholas das que falamos acima: a intolerância, o centralismo, a corrupçom, a desordem e o castelhanismo cultural e lingüístico.

Afinal, vemos que o que nos séculos XV e XVI surgiu como um poder imperial de projecçom inter-continental, com mais territórios do que nengum outro no mundo, nem na história, acabou sendo um Império de segunda que ficou só com os territórios Ibéricos, excepto Portugal, —que sempre figurou nos seu planos—, Gibraltar, —ainda britânica quando se escreve este trabalho, e que seguirá sendo muitos anos mais—, e Andorra; além do mais, conta com os territórios das ilhas Baleares, as ilhas Canárias e as praças de Ceuta e Melilha, assim como pequenos ilhéus mediterrâneos entre Andaluzia e Marrocos.

Toda a história da Espanha, entendida como tal, tem sido a história dum ente intolerante que pretendeu assimilar todo aquilo que fizo seu para a "Castilian way of life", sendo as suas principais armas: a religiom católica, pola qual surgírom problemas em Centro-Europa, contra o protestantismo e que foi utilizada como meio de repressom, mercê da Inquisiçom; também a religiom foi a excusa para submeter América e transculturizar civilizaçons inteiras, muito superiores em algumhas cousas concretas, do que a "Civilizaçom Superior" que os espanhóis quigêrom e seguem querendo deixar como herança à humanidade.

Outra arma foi o exército, elemento que entrou em jogo quando qualquer país que ficasse em desacordo com as pretensons imperiais manifestasse a sua vontade real de nom participar no projecto imperial espanhol, o que sempre tivo sido obrigatório para todos os súbditos dos diferentes e católicos reis espanhóis. A submissom, a ordem, a paz e o normal desenvolvimento do processo castelhanizador ou espanholizador, foi sempre garantido polo exército, que segue mantendo hoje esse labor, como garante o artigo 8.1. da Constituiçom espanhola de 1978, que faz que o próprio povo nom seja tam soberano, que nom poda impedir um pronunciamento militar perante umha situaçom, que qualquer outro Estado como, por exemplo, o Canadá ou a ex-Checoslováquia nom tenham podido solucionar por via pacífica, democrática e civilizada.

Por fim, o terceiro elemento de assimilaçom é a língua castelhana ou espanhola, à qual lhe estivo e lhe estám garantidos todos os seus direitos, enquanto às que compitem territorialmente com ela lhe som negados os mais básicos. Ultimamente, na segunda metade do século XX a língua vê-se rearmada com os meios de comunicaçom audio-visual, mesmo nos últimos anos com a ideologizaçom dos mesmos, marcando linhas de opiniom que som adoptadas polas pessoas menos preparadas culturalmente e mais fáceis de manipular.

Aliás, percebemos no percurso da história política do espaço territórial peninsular que hoje chamamos Reino da Espanha, umha sucessom de momentos conflituosos originados por umha situaçom anterior de intolerância que à sua vez tivo a sua origem numha crise provocada por algumha perda territorial. A actidom centrípeta tem como contestaçom a acçom centrífuga. Isto podemo-lo demonstrar centrando a nossa atençom nos seguintes momentos históricos:

A política imperial de Filipe II traz como conseqüência a guerra de Flandres. Seguidamente o debilitamento hispânico dos Áustrias menores traz o ideal centralista do Conde-Duque de Olivares que provoca tentativas de separaçom em Catalunha e Portugal, além de noutros territórios da península, mesmo em Andaluzia ou Aragom. Portugal logra a independência e Catalunha perde o Rossilhom. Estas guerras debilitam o poder hispânico que junto com a decadência física dos últimos Áustrias trazem como resultado a guerra de Sucessom, pola que tenhem que pagar com os Países Baixos do Sul e a Itália espanhola, Menorca, Gibraltar e territórios americanos.

Umha vez instalados os Borbons impom-se a Nova Planta e assentam o novo poder, mas com isto chega a crispaçom até as Américas que aproveitando a entrada dos franceses na península proclamam as suas independências. Como resposta a Espanha constitui-se em reino unitário e mais centralista, provocando à sua vez o surgimento das primeiras forças políticas que defendem os, chamados por eles, "nacionalismos periféricos". Com a perda de Cuba, Porto-Rico e Filipinas, o nacionalismo espanhol cria o regeneracionismo e a reafirmaçom da vontade de "vertebraçom da Espanha" que ainda se tenta levar a cabo neste século XX que termina. Nesta linha dialéctica está o endurecimento do nacionalismo espanhol a final do século XX e a conseqüente reacçom dos nacionalismo galego, catalám e especialmente basco[11].

Todo isto fizo da Espanha um projecto nacional tremendamente agressivo, repressor e violento, que criou reacçom ali por onde passava: Os

(11) A história oficial da Espanha oculta todos estes processos que devemos deduzir, investigar e tirar à luz os que somos críticos com a ideia da Espanha castelhana à vez que se ocultam e silenciam as histórias dos países peninsulares que como a Galiza tivêrom um protagonismo muito grande durante muito tempo com projectos nacionais nom castelhanos. Nom há que demonstrar que a história da Galiza, ou melhor, a história do projecto nacional galaico, do qual Portugal é um exemplo vivo, ainda a estejamos a tirar à luz hoje, com as dificuldades de termos umhas instituiçons, as do Estado Espanhol, que tentam pôr obstáculo ao assunto por medo a ver o projecto nacional castelhano de unificaçom peninsular em perigo. Aliás, o nacionalismo radical espanhol pretende a estas alturas de fins do século XX e começos do XXI, dar marcha atrás no conseguido na chamada transiçom democrática levada a cabo com a reintauraçom Borbónica desde 1975 em adiante, no relativo a tolerar a existência de realidades nacionais nom castelhanas com certas competências no político-administrativo e no lingüístico-cultural.

Países Baixos reagírom a umha imposiçom religiosa no Norte e económico-nacionalitária tanto no Norte como no Sul; Portugal reagiu a umha imposiçom económica, institucional, dinástica e de falta de respeito e cuidado com os seus interesses coloniais; as colonias espanholas da Itália e Franco Condado pagárom cara a política imperial espanhola no centro da Europa, vendo-se envoltas en guerras, desastres e mortes, os antes prósperos e pacíficos países; na América o poder espanhol vaziou de indígenas países inteiros e imensas zonas do continente, rebaixando os que ficárom a algo parecido a umha raça inferior; a mesma política de olhar narcisistamente o próprio umbigo posicionou os crioulos, filhos de espanhóis, a libertarem-se da vampírica metrópole que nom foi o suficientemente lúcida como para decatar-se de que o abuso nom é rendível...

Vê-se com isto que toda perda territorial radicaliza o espanholismo e este posicionamento radical leva consigo a contestaçom do "nacionalismo periférico" mais maduro do momento. Deduzimos que no momento em que escrevemos estas li-nhas, a agressividade centrípeta está preparando algo que nom saberíamos concretizar por nom sermos adivinhos, mas que podemos intuir.

Esta intolerância espanhola, unida à sua incompetência de Império governado por ineptos, à prepotência e à incompreensom para solucionar os problemas que ela própria provocou, fôrom os argumentos fundamentais de todos aqueles povos que um dia estivêrom submetidos e que em todo isso encontrárom a razom e a força da sua libertaçom. Para além de todo isto, quando historicamente tenhem surgido dirigentes brilhantes, como alguns ilustrados, ou certos progressistas dos séculos XIX ou XX, as forças reaccionárias esforçam-se em botá-lo do meio.

Nom houvo século em que a Espanha nom perdesse territórios desde a época de Filipe II. Todos, fôrom, desde o XVI, séculos de modificaçom e variaçons de limites, e em todos os casos o resultado foi negativo, excepto no século XVIII, que foi um século em que, além de perder uns, ganhou outros que mais tarde também acabou perdendo. O processo de contracçom sistólica tem sido contínuo e constante e nom temos razons para pensar que esse processo se vaia deter, tanto mais quanto que razons e vontade dentro do actual Estado Espanhol seguem existindo. Nom vemos que Espanha mude caracterologicamente, segue sendo intolerante, militarista, prepotente, corrupta, centralista, uniformista e castelhana embora se adapte aos tempos. As causas do seu declive, que fôrom estas, seguem existindo, e povos agraviados também há. Nom somos capazes de predizer o futuro, mas sim podemos dizer que, a seguirmos assim, a Espanha seguirá tendo problemas com os "nacionalismos periféricos". O

que sim desejamos com todo o coraçom é que esses problemas se solucionem em paz, em harmonia e civilizadamente.

As conclusons que podemos tirar a respeito do percurso histórico que atinge à Galiza na sua relaçom, primeiro com a Coroa de Castela e posteriormente com o Reino da Espanha é o seguinte:

A Galiza sofreu e sofre intolerância nacional e étnica manifestada em todos os âmbitos do seu ser: no económico, no sócio-político, no histórico-cultural e lingüístico e no psicológico, como se leva demonstrado no transcurso deste trabalho. O etno-centrismo castelhano-espanhol tem incidido e incide muito negativamente nom só no espiritual, mas também no material, pois a corrupçom é o normal na nossa vida política por causa da sua dependência, e com isto nom falamos dumha corrupçom na mesma medida que se pode dar em qualquer sociedade civilizada e progredida, nom, falamos do caciquismo, fenómeno tipicamente galego favorecido pola situaçom política excêntrica do nosso país, mal histórico e endémico da Galiza que nom se dá em outros contextos nacionais ou estatais da Europa Ocidental, embora sim da América Latina ou África; o imobilismo da administraçom do Estado tem sido e é obstáculo para o nosso desenvolvimento, pois nom só nom ajuda ao nosso progresso, mas também impede que nós o fagamos pola nossa conta; o uniformismo do que falava Castelao no seu *Sempre em Galiza* e a imposiçom das leis, língua e cultura procedente do Centro e Sul peninsular é um facto, assim como a falta de respeito ao que é genuinamente galego com o argumento de que todos somos espanhóis...

A Galiza sofreu no seu corpo os confrontos sangrentos aos que a Coroa de Castela e/ou posteriormente o Reino da Espanha ou República espanhola a levou, embora nom estiver de acordo com eles. Os galegos tenhem sido historicamente carne de canhom, mesmo contra os seus próprios e legítimos interesses, mesmo, até, em alguns conflitos como a francesada a começos do Século XIX contra o Império Napoleónico, no que a Galiza luitou pola Coroa e esta nom lhe deu nem o pam nem o sal.

Ali onde a Galiza decidiu rebelar-se contra o poder do Estado, ali foi esmagada polo mesmo, sofrendo o agressivo nacionalismo espanhol; sofreu empobrecimento cultural e o impedimento de enriquecer-se e tornar-se próspera por nom poder tomar contacto com outras culturas europeias por causa da intolerância religiosa dos Áustrias e dos Borbons; sofreu o exército espanhol em épocas tam próximas como no 1936-1939, por nom falar de épocas anteriores mais afastadas no tempo e na memória mas nom por isso menos selvagens. **Todo o acontecer da história da**

Galiza desde o momento em que se integrou na Coroa de Castela, e o que logo foi a Espanha, tem sido um brutal e histórico desprezo que tem levado à Galiza à humilhaçom e à progressiva perda da autoestima.

E todo isto, porquê?

Achamos que se deve ao medo, também histórico, que o poder espanhol de signo castelhano nos tivo e nos tem, devido à força da personalidade da Galiza que mesmo concorreu com Castela por um projecto nacional e que no pior dos momentos nunca se deixou assimilar facilmente, assim mesmo deve-se ao medo à reacçom dumha Galiza organizada e consciente de si própria. Isto vem reafirmado polos seguintes factos:

• A Galiza perdeu a sua independência em 1230, muitos séculos antes do que outros territórios peninsulares que perdêrom a sua identidade política no século XVIII, e mesmo passou umha época histórica, de fins do XV até o XIX e mesmo até hoje, em total e absoluto silêncio, sem nada que dizer como povo e no entanto a Galiza ainda existe hoje como naçom. Esses outros povos, como Aragom, por exemplo, nom tenhem hoje personalidade nacional diferenciada e original ou nom tenhem a força partidária nacionalista como a tem Galiza, embora conservem a sua personalidade nacional, como Valência, ou mesmo legal-institucional, além de nacional basca como Navarra. Se compararmos relativamente e nom absolutamente a situaçom nacionalitária da Galiza com a da Catalunha, que perdeu a sua personalidade política recentemente e nom tivo nengumha época histórica paralela ou semelhante aos nossos Séculos Obscuros o resultado poderia ser favorável à Galiza que perdeu a sua personalidade política há quase oitocentos anos, e o cultivo da sua língua no seu território há aproximadamente cinco séculos.

• De perdermos a nossa língua, signo e símbolo absoluto de nacionalidade, temos a possibilidade sempre real de recuperarmo-la via português. Daí a vontade proveniente do poder de diferenciarem galego e português, para que nom fique consciência de identidade e impedirem de todas as formas possíveis a regeneraçom e a recuperaçom.

• Portugal é originariamente um retalho da Galiza, como diz Castelao, e produto histórico do projecto nacional galaico, dizemos nós, portanto, um Estado independente fruto do nosso génio nacional ao qual podemos e devemos recorrer em caso de necessidade, umha vez salvada a situaçom de adormecimento que Portugal tem a respeito da Galiza e ao revês, e da qual só nós nos podemos tirar. Essa necessidade de Portugal nom só é válida do ponto de vista lingüístico-cultural mas também do ponto de vista político e essa é umha vantagem que nom tenhem bascos

nem cataláns. Portanto, o nacionalismo galego entendido na sua plenitude é muito mais incómodo para o projecto nacional panibérico de signo castelhano do que o basco ou o catalám, de aí a estratégia do desprezo e do ocultamento histórico, de ignorarem-nos na sua história oficial.

• A Galiza nom está morta, vive, resiste e manifesta-se, polo qual o sentimento de medo que o centralismo historico manifesta com a reacçom dos partidos políticos espanhóis contra o nacionalismo galego gera mais injustiça contra a Galiza e sentimento de agrávio nos galegos, e isto devém em consciência, que o Estado tenta frear com as armadilhas oportunas facilitadas pola posse do poder, mas sabemos que toda acçom tem a sua reacçom e a mais acçom contra a Galiza mais reacçom criará esta por necessidade.

Todo isto leva-nos a umha conclusom final: A pertença da Galiza à Coroa de Castela primeiro e ao Estado Espanhol posteriormente, este herdeiro da primeira, nom leva sido beneficioso para o nosso país, nem pouco, nem muito, veja-se do ponto de vista que se queira, nem antes, nem agora, portanto achamos que é normal que na Galiza exista umha reacçom necessária contra essa situaçom de agrávio histórico que se vem dando na Galiza desde o século XIX com o nome de galeguismo, ou nacionalismo desde o começo do XX, algo que nom é estranho nem inesperado num povo que se tem de defender dumha situaçom de desprezo moral, de empobrecimento económico e cultural e de humilhaçom. Assim, a finalidade desse nacionalismo galego é em princípio a finalidade de qualquer outro "nacionalismo periférico" do que tenhamos falado neste trabalho, isto é, a recuperaçom da auto-estima, do orgulho de sermos quem somos sem desprezo de nada alheio, a recuperaçom das rédeas do nosso destino, da memória histórica, da liberdade para caminharmos onde nos convinher ao lado do resto da humanidade com a qual conviver em paz e harmonia, a capacidade para fazermo-nos respeitar como povo e a capacidade de conseguirmos um desenvolvimento e umha prosperidade digna de qualquer ser humano, o enriquecimento humano, espiritual e mental e a integraçom dentro da humanidade como povo criador, positivo, solidário e aberto.

Sabemos porém que o actual Estado Espanhol tem umha tradiçom imperial da que nom se tem livrado ao dia de hoje, umha tradiçom de intolerância e imposiçom historicamente demonstrada que nos ajuda a pensar que essa reivindicaçom que temos feito acima é totalmente subversiva e atentatória contra o projecto nacional que o primitivo Condado de Castela se marcou a si próprio no momento em que se independizou da Coroa Galaica com o fim de sobrepor-se a todos os territórios da

península, por isso usou, usa e vai usar todo nas suas maos para impedir algo tam justo como o que acima propugemos. Por isso a Galiza tem duas saídas:

a) A consecuçom dum Estado plurinacional onde todas as naçons incluídas te-nham a capacidade e o poder da autorrealizaçom e onde qualquer cheiro a imposiçom de uns sobre os outros ou de imperialismo insolidário fique anulado.

A contrapartida é umha lousa histórica a respeito da naçom central peninsular com umha trajectória no percorrer do tempo que nom favorece a confiança, e aliás, umha situaçom legal e umha praxe política actual que também nom ajudam porquanto parece que nom vam mudar no futuro próximo.

b) A mesma saída que tomárom Flandres, Portugal, os países americanos, etc.

Finalmente diremos que a Galiza existe, resiste e persiste na sua dignificaçom e a sua libertaçom o qual, independentemente de como fique o nosso país ao final do processo, faz pensar que a Espanha segue a opositar, como leva sido a tónica de toda a sua história, para seguir sendo, também a respeito da Galiza, um imperialismo fracassado.

BIBLIOGRAFIA

AA.VV.; (1976): *Los Gallegos.* Ediciones Istmo Colección Fundamentos 53. Madrid

AA.VV.; (1997): *Historia xeral de Galicia.* Edicións A Nosa Terra. Vigo.

Bennassar M.B; Jacquart J; Lebrun F; Denis M e Blayan N, (1994): *Historia moderna.* Toledo Ediciones. AKAL. Traduçons: Dolores Fonseca e Ana Clara Guerrero. Revisom: J.J. Faci.

Calvo M;(1915): *Reportaje a Filipinas.* Madrid (Cultura Hispánica).

-Domínguez Ortiz A,(1988): *3. El Antiguo Régimen. Los reyes Católicos y los Austrias.* em Artola M. (dir): *Historia de España.* Madrid. Alianza Editorial.

Domínguez Ortiz A,(1992): *Historia Universal. Edad Moderna.* TomoIII. Barcelona. Vicens Vives. 2ª Ediçom.

Febvre L,(1970): *Phillippe II et la Franche Comté.* Paris. Flammarion.

Fernández Leiceaga X e López Iglésias E, (2000): *Estrutura económica de Galiza.* Edicións Laiovento. Compostela.

Fernández R,(1996): *La España de los Borbones. Las reformas del siglo XVIII.* Historia de España. Historia 16. Temas de hoy. Volume 18. Madrid.

García de Cortazar y Ruiz de Aguirre J.A,(1984)*: Historia General de la alta Edad Media* Ed.Maife SA. Madrid.

García Figueras T,(1957): *España y su protectorado en Marruecos (1912-1956).* Madrid. Graficas Bazagal.

González López E, (1969): *Los políticos gallegos en la Corte de España y la convivencia europea. Galicia en los reinados de Felipe III y Felipe IV.* Edit. Galaxia. Vigo.

González López E, (1970a): *Bajo la doble águila. Galicia en el reinado de Carlos V.* Edicións Patronato da Cultura Galega. Montevideo.

González López E, (1970b): *Siempre de Negro. Galicia en la Contrarreforma. El reinado de Felipe II.* Edit Galaxia. Vigo.

González López E, (1973): *El Águila caida. Galicia en los reinados de Felipe IV y Carlos II.* Edit. Galaxia. Vigo.

González López E,(1978a): *Grandeza e decadencia do reino de Galicia.* Vigo. Ed. Galaxia.

González López E, (1978b): *El Alba flor de Lis. Galicia en los reinados de Felipe V, Luis I y Fernando VI.* Ediciones del Castro / Historia. Crunha.

Hermano Saraiva J,(1993): *História de Portugal.* sl. B.H. Publicações Europa-América. LDA. 3ª Edição.

Kossmann-Putto J.A. e Kossmann E.H.,(1988): *Les Pays-Bas. Histoire des Pays-Bas du nord et du sud.* Lauwe (Belgique:Bëlgie) Edité par la fondation flamando-néerlandaise "Stichtins Ons Erfdeel vzw".

Ladero Quesada. M.A.,(1992): *Historia Universal. Edad Media.* Vol.II. Vicens Vives. Barcelona.2ª Ed.

Laviana Cuetos M.L.,(1996): *La América española, 1492-1898. De las Indias a nuestra América.* Historia de España. Historia 16. Temas de hoy. Volume 14. Madrid.

Mabini A.,(1931): *La Revolución Filipina.* Manila (Bureau of printing). 2Vol.

Moreno J.A.,(1952): *Reseña histórica de la presencia de España en el Golfo de Guinea.* Madrid. C.S.I.C.

Mousnier R,(1981): *Los siglos XVI u XVII.* em Crouzet M, (dir): *Historia General de las Civilizaciones.* 2 Tomos. Destino Libro. 1ª ediçom. Barcelona.

Nogueira C,(1996): *Sobre as orixes da cuestión nacional galega.* A Trabe de Ouro. nº 25. pp: 11-25 e nº26.pp:215-235. Ed. Sotelo Blanco. Santiago de Compostela.

Nogueira C, (1997): *"Para unha crítica do castelanismo"* Grial nº 134. Tomo XXXV. Vigo. Editorial Galaxia. pp: 141-163

Ortega Canadell R,(1962): *Provincias africanas españolas. Ifni, Sahara, Fernando Poo y Rio Muni.* Barcelona. Teide.

Paredes J,(coord)(1998): *Historia Contemporánea de España (Siglo XIX).* Editorial Ariel S.A. Barcelona.

Parker G,(1996): *Felipe II.* ed.cast. Alianza Editorial. 2º De. 3ª Reimpressom em "El libro de bolsillo".

Péronnet M,(1990): *El siglo XVI, de los grandes descubrimientos a la contra - rreforma.(1492-1620). Iniciación a la historia.* Michel Balard.(dir) *Historia Moderna I.* Madrid. AKAL.Traduc. Yago Barja de Quiroga.

Rumeu de Armas A, (1957): *España en el África atlántica.* Madrid. Colecciones de África y Boletin de la Real Sociedad Geográfica. 2 vols.

Sastron M.,(1901): *La insurrección en Filipinas y guerra hispanoamericana en el archipiélago.* Madrid. (Mimesa de los Rios)

Sort y Jané J, (1997): *O nacionalismo español.* Edicións Laiovento. Santiago de Compostela. Trad. Antón G. Garrazo.

Témime É, Broder A e Chastagnaret G,(1997): *Historia de la España Contemporánea. Desde 1808 hasta nuestros días.* Barcelona. Ariel. 6ª Ediçom.

Torres C,(1997): *Galicia Sueva.* La Coruña. Fundación "Pedro Barrié de la Maza Conde de Fenosa. Galicia Histórica. Preparada por el Instituto "P. Sarmiento" de Estudios Gallegos.

Zamora Vicente A, (1989): *Dialectología española.* Biblioteca Románica Hispánica. Ed. Gredos. 2ª Ediçom muito aumentada. 5º Reimpressom. Madrid.

Os Novos Galegos e o uso do Galego como *inciso* conversacional

Mário J. Herrero Valeiro

In Galiza people talk about language. In Galiza,
now more than never,
people consider language a problematic reality.

(*Álvarez Cáccamo*, 1993b)

0. DELIMITAÇÕES[1]

0.1. Da concreção da fala à especulação ideológica de um certo discurso

A diferenciação entre a investigação (metodologia, objecto e objectivos) macrossociolinguística e a investigação microssociolinguística constitui um complexo problema epistemológico que continua a provocar uma ampla discussão entre os técnicos da Sociolinguística. Para nós, e além dos interesses dialécticos dos sociolinguistas implicados nela, tal discussão não deixa de ser essencialmente estéril. Embora aceitando a existência de uma metodologia diferenciada e talvez também de uns objectivos primários diversos, consideramos que ambas as perspectivas são e devem ser perfeitamente inter-relacionáveis. Contudo, pensamos que para nos aproximar adequadamente do conhecimento da construção da língua na sociedade e os indivíduos que a compõem, ou da construção da sociedade e os indivíduos que a compõem na língua, a análise do âmbito micro, onde a abstracção homogeneizadora, absolutizante, língua devém concreção heterogénea fala, é iniludível.

Na nossa análise, tentamos seguir esta perspectiva. O nosso interesse final consiste em opor a análise da construção de certas identidades sociais e a definição de uma possível ideologia linguística num exemplo de interacção quotidiana, não institucional, na Galiza, a uma certa interpretação de determinados aspectos da propaganda da ideologia linguística e de certas identidades sociais difundida pela Política Linguística (portanto, institucional) da Comunidade Autónoma espanhola Galicia. Combinamos, portanto, uma linha de análise microssociolinguística, interaccional, com uma linha macrossociolinguística, glotopolítica, como a que temos delimitado e aplicado elementarmente em Herrero Valeiro

(1) Desejo exprimir a minha gratidão para com Gabriela Prego Vázquez e Celso Álvarez Cáccamo pelos comentários feitos a este traballo.

(1993a, 1993b, 1993c, 1994, 1995). Decerto, admitimos desde o começo que aquele interesse final também é, no básico, o nosso interesse principal.

Mas, portanto, a **análise da fala** que vamos desenvolver em primeiro lugar não pode entender-se como uma análise da fala que prescinda da inter-relação dos fenómenos que investiga com os aspectos macrolinguísticos ou macrossociológicos, isto é, macrosso ciolinguísticos. Por outras palavras: não faremos estrita **análise da conversa**. O nosso trabalho enquadra-se na linha de análise da fala interpretativa do interaccionismo de Gumperz (1982a, 1982b), já aplicada às particularidades do contexto galego nomeadamente por Álvarez Cáccamo (p. ex. 1990a, 1990b, 1991, 1993b, 1996), e também por Rodríguez Yáñez (1994), Prego Vázquez (1994) e Domínguez Seco (1995). Neste sentido, dos três níveis de análise possíveis, **pragmático linguístico**, **interaccional-sequencial** e **social**, vamos centrar-nos basicamente no terceiro, ainda que no subapartado 1.0. (a construção do inciso) a perspectiva de análise usará a metodologia do nível interaccional-sequencial.

A análise de um único caso apresenta a deficiência de uma possível, e não fundamentada, tendência à generalização. Procuraremos não cair nesse erro. Contudo, parece que o nosso caso apresenta, segundo o conhecimento não empírico de que às vezes fazemos uso, umas particularidades tendentes à excepcionalidade no contexto galego actual. Tais particularidades serão categorizadas por nós como paradoxais em relação com a ideologia linguística difundida pela particular concretização institucional do poder na Galiza através das suas elites políticas, intelectuais e técnicas.

Dividimos este trabalho em dois blocos básicos. O apartado 1 procura realizar a análise estritamente micro, preferentemente de três perspectivas. A primeira (subapartado 1.0.) quer analisar minimamente o funcionamento do fenómeno conversacional do **inciso** (que identifi camos com a *side sequence* de Jefferson 1972), numa linha que parte da teoria à concreta prática que apresentamos. Contudo, enquanto a conversa é realizada em castelhano, o inciso —apresentado explicitamente como tal na interacção— elabora-se num determinado código da língua galega. Procuraremos neste contexto ver que pode aportar o estudo da alternância de códigos ou eleição de língua à análise de contextos como o galego (na linha desenhada por Álvarez Cáccamo 1990a:136-147, 1990b). A segunda e a terceira perspectivas (subapartados 1.1., 1.2. e 1.3.) giram ao redor da construção e definição de certas identidades sociais ou grupais, tanto socioeconómicas ou socioculturais como aquelas que uti-

lizam os conceitos **etnia**, **nação**, e, no nosso particular interesse, **Estado**, e a construção e definição de uma certa ideologia linguística, isto é, da **ideologização** das condutas linguísticas e da fala (Álvarez Cáccamo 1990a, 1993b) na Galiza actual. Falamos, em concreto, da **construção situacional** (Álvarez Cáccamo 1990a) no sujeito do nosso caso de uma **identidade social (sociocultural)**, por uma parte, fundamentada nuns certos conhecimentos linguísticos, e, por outra, de uma **identidade estatalinguística** que definiremos como *espanhola* frente a outras **identidades grupalinguísticas** *menores* (étnicas, nacionais) na sua complexidade estrutural (Herrero Valeiro 1995) e outras possíveis identidades estatalinguísticas, e, por fim, da construção situacional de uma **ideologia linguística** que vai apresentar o uso da língua galega como um factível instrumento de comunicação inter-estatal no mesmo nível que as línguas francesa ou inglesa.

O segundo bloco (apartado 2) entra numa breve análise dos concretos aspectos da Política Linguística desenvolvida na Galiza que se relacionam muito directamente com os fenómenos de identificação e de ideologização da fala que se apresentam na conversa prévia. Assim, frente a uma política institucional que primeiro parecia propugnar um uso puramente grupal, talvez étnico, do galego dentro dos limites administrativos da Galiza espanhola, depois passou a propugnar um uso que já ultrapassava as fronteiras administrativas e incluía os outros territórios galegófonos existentes no Reino da Espanha e, por fim, parece tender a situar de uma certa forma, escassa ou paradoxalmente definida, o galego também na esfera inter-estatal (ou, no uso habitual, *internacional*) mas não em identificação ou inter-relação com as outras formas do espaço linguístico origem galego-português, observamos no nosso caso a definição de uma ideologia linguística que apresenta o galego numa evidente inter-relação (mas sem indícios que nos possam fazer falar de identificação) com as outras duas formas melhor definidas de aquele espaço linguístico (o português europeu e o português brasileiro).

Contudo, e como veremos, a ideologia linguística do nosso sujeito parece reproduzir a equação básica e popular que não é para nós a clássica do nacionalismo *um povo (uma nação), uma língua*, senão mais correctamente, *um Estado, uma língua* (embora admitindo a possível existência de *outras línguas* também estatais, mas que não são, necessariamente, *a língua*), chave da identidade estatalinguística que procuramos definir. Intentaremos examinar a perspectiva institucional, ao próprio tempo que a pomos em relação com esta e outras possíveis perspectivas individuais,

e, entanto que possivelmente repetidas noutros indivíduos, também grupais. Porém, dantes de realizar nenhum comentário empírico ou especulativo, começaremos por uma essencial explicação das particularidades do caso constituído em objecto de partida deste trabalho.

0.2. Apresentação e particularidades do caso analisado

O material sobre o que trabalhamos procede do *Corpus de lingua falada na cidade da Coruña*, projecto dirigido pelo Professor Doutor Mauro Fernández[2]. É por isto que não podemos apresentar este material como procedente de uma interacção totalmente espontânea, ainda que também não pode ser considerado como uma típica entrevista, já que nem sempre se segue o esquema clássico da entrevista estruturada como pergunta-resposta[3].

O caso base sobre o que trabalhamos está constituído por uma longa conversa (perto de uma hora) *desenvolvida quase exclusivamente em castel - hano* por dois participantes: uma entrevistadora e um entrevistado. Dela temos extractado duas sequências: na primeira, acha-se o inciso que dá título ao trabalho e a segunda é um pequeno fragmento ulterior mas relacionado com o primeiro. Coincidem estes fragmentos com a única mudança de código —de castelhano para galego— significativo pela sua amplitude e possível interpretação[4].

Será o entrevistado o que leve, através de uma longa e complexa narrativa que recolhe aspectos das viagens que tem realizado nos últimos anos, o peso fundamental da conversa. Decerto, o interesse da entrevista no quadro do projecto em que se acha imersa é que o entrevistado fale o mais possível. Assim, a entrevistadora raramente realiza intervenções longas, e, muitas vezes, limita-se a realizar numerosos assentimentos (através de **conti nuadores** do tipo dos ingleses *uh huh*, *yes* ou *yeah* analisados por Schegloff 1982, como, por exemplo: *uh uh*, *umm* ou *sí*). Dado o tipo de interacção, não nos deve estranhar a absoluta tendência à **cooperação** e **concordância** (*agreement*, Schegloff 1982; Pomerantz 1984) por parte de quem deve motivar a falar ao sujeito da entrevista. Nesta linha de consecução da concordância, as numerosas sequências de

(2) Para uma descrição do projecto, veja-se Cal Varela e Fernández Ferreiro (1993).
(3) Sobre a questão pergunta-resposta, exemplo típico de par de adjacência, pode ver-se Goffman (1976).
(4) Só noutros dois momentos muito distanciados da conversação aparecem duas palavras galegas isoladas. A primeira, enxebre, introduzida —antes do inciso que nos ocupa— pela entrevistadora e repetida pelo entrevistado para se referirem a um comboio velho e incómodo (o enxebre aparece como o antigo, o não moderno), pode até ser considerada, embora de origem galega, como já pertencente ao léxico castelhano já que é usada pelos não galegos. A segunda, maxagista, muito isolada a respeito do inciso objecto da nossa análise, não parece significativa e talvez poda ser considerada como um uso humorístico no seu contexto.

risos da entrevistadora parecem procurar uma parecida função. Também as perguntas da entrevistadora parecem enquadrar-se na intenção de fazer mais ampla a narrativa do sujeito; por isto, em certo modo actuam igualmente como continuadores. Neste sentido, e como dizíamos, a interacção não segue um esquema clássico e rígido pergunta-resposta. Decerto, a isto também coopera a loquacidade do entrevistado e a escolha pela sua parte de uma narrativa que parece ter já referido em diversas ocasiões. Normalmente, as incidências ou anedotas de uma viagem costumam ser narradas mais de uma vez e a mais de um indivíduo.

Mas uma das particularidades essenciais desta interacção, relacionada directamente com os interesses que o provocam, vem reproduzida no seguinte fragmento (em adiante A será o entrevistado e B, a entrevistadora):

50 A hablo no [francés]
51 B [hablas] francés ? →
52 A [no]
53 B [no] no hablas nada ?
54 A e : : [: inglés] el l [it] tle english
B [he he he] [sí]
56 A he he he he he he he he he
57 **e e galego** →
58 **o galego é uma cousa que ..**
59 **fazemos um inciso** ↓
60 B *si *si
61 A **eh o galego é uma co [usa que] -**
62 B **[podes** f**] alar sempre que queras em galego tamém**

A última intervenção de B só é compreensível desde um interesse por captar a conduta linguística do indivíduo entrevistado. Neste projecto de captação de língua falada, os investigadores devem manter um período de observação das pessoas que vão ser entrevistadas. Estas serão abordadas na língua que o entrevistador considerar a habitual do indivíduo, mas, ao próprio tempo, terá de tentar averiguar se este utiliza também *a outra língua*. Neste sentido, o *«podes falar sempre que queras em galego tamém»* actua em certo modo como um directivo —já que parece ter-se aberto uma **expectativa**— que pode levar a interacção àqueles territórios *(meta)lin guísticos* de interesse para a investigação: os usos da língua, mas também das línguas, e as atitudes perante línguas e usos linguísticos.

Além disto, dentro da política de cooperação e concordância que caracteriza a conversa, aparece como lógica a mudança de código por parte de B em correlação imediata com o feito por A, facto que a Psicologia social (Giles & Smith 1979) caracterizaria como **acomodação do discurso** ou **convergência de língua**. Contudo, A, através de um *«não»* categórico que depois examinaremos, faz ver que a sua mudança, formal, de código tem umas intenções comunicativas perfeitamente delimitadas. Em seguida entraremos na questão de quais podem ser essas intenções. Na continuação reproduzimos o primeiro, e mais importante, dos fragmentos por nós delimitados. Usamos como método de transcrição a **transcrição interpretativa** de Álvarez Cáccamo (1990a), sobre a de Gumperz (1984a). Afinal do texto pode ver-se uma explicação das convenções usadas.

FRAGMENTO 1

A bueno
este: : e : :
la primera vez que estuve en Bruselas ↑
el primer día de viaje →
como quien dice →
que llegas virgen →
a un nuevo país .h.h
la primera experiencia *pues
ummm ..
fui a : : a un albergue ↓
allí muy agradables →
había muchos españoles →
que iban de excursión ↑
B umm
A .h.h.h y después pues : : e: →
cuando iba pal (=para el) centro →
pues pasé por un parque muy *bonito →
muy bu'cólico →
con sus 'fuen : tes →
un edi'fi : cio →
que era un te'a : tro .h.h →
muy bien cui'da : do : : ..
l : : as 'ma : dres con sus niños ↓
y vi a lo lejos una pandilla

25 {[ac] pero dije yo} →
26 bah ..
27 una pandilla ↓
28 que más da ↓
29 B he [he he
30 A [.h.h.] h.h claro e : →
inocente de mí →
32 fue : que : me acerqué a donde →
33 estaba esa pandilla y : →
34 se me acercaron dos →
35 y : me engan'charon →
36 me pegaron unos buenos puñe'tazos →
37 B SI : ?
38 A y me dijeron ↑
39 que si tenía un ([an]) franc
40 B uhuh
41 A le dije que un ([an]) MIERda
42 que te den ↑
43 B he he he he SI : ?
44 A sí, p[ero
45 B [aun]encima contestaste no ?
46 A XXX me dijeron un (/an/) franc un ([an]) franc →
47 NO : : : yo : yo
48 espa*ñol no : [: :
49 B [he] he [he he
50 A [hablo] no [francés
51 B [hablas] francés ? →
52 A [no
53 B [no] no hablas nada ?
54 A e : : [: inglés] el l[it tle english
55 B [he he he] [sí]
56 A he he he he he he he he he
57 **e e galego** →
58 **o galego é uma cousa que ..**
59 **fazemos um inciso** ↓
60 B *si *si
61 A **e: o galego é uma co[usa que -**
62 B **[podes f]alar sempre que queras**

63 **em galego também**
64 **A** **NÃO**
65 **{[ac] prefero falar em castelão}** ↓
66 **B** **uh uh**
67 **A** **pero é uma cousa que**
68 **sempre rie-se a gente ..**
69 **{[f] e 'ti que 'falas ?}**
70 **{[p] eu falo** ↓
71 **castelão** →
72 **galego e : : <2>**
73 **e : : quatro palavras em inglês** →
74 **p a (=para) sa ber que: que comer e que pagar**
75 **B** en inglés uh
76 **A** **.. e dim-me}**
77 **{[f] *pero esso do galego não sirve pra (=para) ná (=nada)}** ↓
78 **pois mira** ↑
79 **pois esso não é certo** →
80 **porque eu fum numa viage a : : ...**
81 **hasta : : : : ..**
82 **jerusalém e : : egipto** =
84 **B** jolín que vi aje
85 **A** **e p ude falar**
86 **com: seis persoas** ↑
87 **ao longo da minha viage**
88 **B** en gallego ?
89 **A** **em ga*lego**
90 **B** jolín he he ..
91 pero no iban juntas ↑
92 o sea fue a a lo la rgo del viaje
93 **A** ***si** ***si**
94 **seis persoas diferentes** →
95 **umos eram brasileiros** →
96 **outros eram galegos** →
97 **B** sí
98 **A** **outros eram portugue ses**
99 **B** por tugueses
100 **A** **e que eram curas**
101 **que estavam ali em: : .h.h**

102 **B** en egipto ? ┐
103 **A** └**ali em::**
104 **B** ah [en jerusalén] sí
105 **A** [**em gherusalém**]
106 **<3>**
107 **por esso sempre é interessante** →
108 **saber alguns idiomas ..**
109 **B** bueno
110 por supuesto que sí ↑
111 para viajar sobre todo →
112 si te gusta →
113 para enterarte mejor →
114 no ?
115 **A** ***si home** →
116 **o perfect- o melhor para mim seria: <2,5>**
117 **falar: : : inglês de corrido** ↓
118 **pe*ro ..**
119 **eu não sirvo pa (=para) esso dos idiomas** →
120 **já me chega cos que sei {[p]** [**e:: perfect**] **amente}**
121 **B** [he he he he]
122 **A** **.h.h bué (=bueno) o que ch- che estava contando**
123 **B** sí
124 **A** **de: : : bruselas**
125 **B** umm <2>
126 **A** **'pois aí me enganchárom** ↓
127 que un (/an/) franc →
128 no un (/an/) franc →
129 {[ac] porque decía} si un (/an/) franc ..
130 y *vuelan todos [los francos]
131 **B** [y vuelan to] dos
sí

Ulteriormente, a conversa continuará em castelhano até ao seguinte fragmento, que entendemos como complementar de alguns dos aspectos aparecidos no texto anterior:

FRAGMENTO

1 **A** entonces bueno →
2 aquello fue todo una batalla →

3 no ? ...
4 porque ..
5 después lo típico ↓
6 vuelves con todo el pantalón roto →
7 abierto por aquí ┐
8 **B** └al albergue he he he
9 **A** al albergue ↓
10 y la encargada del albergue →
11 que se te enrolla →
12 que te da conversación ↑
13 **B** he [he he he
14 **A** [he he XX] (h)X X(h)XX X(h)XX
15 y viene el otro ↓
16 quiero estar *so(h)lo(h) [he he
17 **B** [he he] he
18 **A** después dices ↓
19 bueno hay que ser buen ciudadano →
20 vamos a cum'plir con el de'ber de denun'ciar →
21 y aquellos imBÉciles tenían policías →
22 {[f]que habla(h)ban in(h)'glés →
23 fran(h)'cés →
24 ale(h)'mán →
25 ita(h)'[liano]}
26 **B** [y nin]guno hablaba es(h)pa(h)ñol no ?=
27 **A** = **nim ga*lego** ↑↑
28 **é uma [cousa que eu n(h)ão en(h)ten(h)dim he he**
29 **B** [ni gallego XXX XXX he he he he he he he]
A y además (...)

A partir daqui, a interacção continua até ao final em castelhano com diversas referências de interesse por parte de B como *«este país»*, *«aquí, en España»*, *«español»* (língua), *«lo dejo pa España, bueno, pa Euskadi»* e *«espa - ñoles»*, mas também *«catalanes»*, às que também nos referiremos.

1. CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE SOCIAL, MAS TAMBÉM ESTATAL

1.0. A construção de um inciso conversacional

Um analista clássico do *code-switching*, da **alternância de códigos**, talvez poderia perguntar-se em primeiro lugar qual é o motivo para que A passe num momento determinado do castelhano (um castelhano que

possui significativos traços fonéticos e prosódicos galegos) para o galego (com traços de interferência estrutural do castelhano, mas também com outros que o identificam com um código elaborado, menos coloquial). A nossa experiência como ouvintes e como analistas indica-nos que nem sempre tem por que haver um motivo perfeitamente delimitado, para além da nula consideração que numa visão tal se lhe parece conceder às **falas interferidas**, básicas nos contextos bilíngues onde os dois sistemas em contacto estejam estruturalmente muito perto (Álvarez Cáccamo 1987; Fernández Rodríguez 1991).

Porém, é a nossa assunção que neste caso concreto a mudança pode reduzir-se a uma demonstração de conhecimento ou **perícia** (*expertise*, Goodwin 1986) linguística. Isto é, partindo de que a alternância de códigos nos oferece a introdução de informação de tipo sociocultural na interacção, observaríamos no nosso caso a invocação de uma determinada identidade social por parte do sujeito caracterizada essencialmente pela demonstração de uma determinada perícia ou conhecimento linguístico. Contudo, até duvidaremos da excessiva significação para a análise geral da alternância de códigos na Galiza deste particular caso no concreto contexto em que se situa. Pensamos que o inciso poderia ter sido construído em castelhano e nada teria mudado na sua significação referencial, para além da demonstração de perícia que acabamos de referir[5]. Conecta-se isto com o nosso actual objecto de interesse: a concreta construção e significação do inciso.

Comecemos por ver como descreve Jefferson (1972:294) o inciso ou *side sequence*: «In the course of some on-going activity (for example, a game, a discussion), there are occurrences one might fell are not «part» of that activity but which appear to be in some sense relevant. Such an occurrence constitutes a break in the activity —specifically, a «break» in contrast to a «termination»; that is, the on-going activity will resume. This could be described as a 'side sequence within an on-going sequence'». Parece que o nosso exemplo se adapta perfeitamente a esta descrição nem exclusivamente linguística. Numa enumeração (um dos diversos segmentos trimembres que se acham no texto) da perícia linguística de A no contexto da narração das suas viagens, o terceiro membro, o **galego**, parece provocar em A um conflito que exige uma explicação. Este parece ser o significado interaccional do inciso: o porquê da inclusão do galego na tripartição que principia na não perícia em

(5) Neste sentido, o uso do galego neste contexto não tem por que diferir muito de qualquer demonstração de perícia ou competência sobre qualquer tema que nem implique uma mudança de código (veja-se sobre isto o artigo de Goodwin (1986) sobre interpretação, participação e diversidade da audiência).

francês, continua na perícia em *little english* que —e o facto é altamente significativo: ninguém duvida da utilidade do inglês— não se vê obrigado a demonstrar nem explicar, e finaliza na perícia (num determinado código relativamente elaborado) em galego. Assim, o inciso aparece como um aparte ou ruptura na continuidade do discurso, mas decerto, em qualquer sentido, relevante do ponto de vista conversacional.

Portanto, interpretamos que aparecem combinados neste inciso dois componentes; por uma parte, a necessidade de uma explicação ao potencial conflito que aparentemente pode provocar a inclusão do galego na listagem. Tal facto *obrigaria* a A a *romper* com o fio da sua narrativa através do inciso, que mesmo vai ser apresentado literalmente, além de ser preparado com uma breve pausa (linhas 53-59 do fragmento 1). Mas também, como dizíamos, combina-se com isto a própria demonstração de perícia no uso de galego, mas não de um galego coloquial, senão de um código relativamente elaborado que, junto a interferências habituais na fala como *«hasta»*, usos sintáticos habituais en neo-falantes como *«que sempre rie-se a gente»* ou, também, morfológicos como *«prefero»*, vulgarismos comuns a galego e castelhano como *«pa»* ou o dia lectal ou castelhanizado *«umos»*, apresenta traços que confirmam talvez a sua aprendizagem através da escola: o uso de *«longa»* frente ao mais comum e castelhano *«larga»* e a conservação do género feminino em *«numa longa viage»*, o uso de *«persoas»* e não *personas* ou a pronúncia com fricativo palatal surdo de *«Jerusalém»* e *«Egipto»* que na fala popular habitualmente aparece riam pronunciadas à maneira castelhana com fricativo velar surdo.

Pensamos que mesmo se poderia interpretar este inciso como uma **reparação** perante algo que o falante parece perceber como uma falta de **pertinência**, em que mais tarde entraremos. Contudo, não observamos no interlocutor nada que nos indique uma surpresa, ou seja, nada que nos indique que pensa que A tem violado alguma possível pertinência ao pôr num mesmo nível francês, inglês e galego. Polo contrário, B, trás-de admitir a possibilidade do inciso (*«*sí *sí»*) utiliza a mudança de código de A para tentar dirigir a conversa a um território do seu interesse: precisamente o da própria alternância dos códigos: *«podes falar sempre que queras em galego tamém»*. Destarte, também B demonstra a sua perícia relativa em galego; e num código também elaborado, pois frente ao uso de *«queras»* situa-se a forma menos coloquial *«galego»*, e não o mais habitual *gallego* (em uso comum a A).

Neste sentido, produz-se um **alinhamento** entre os dois participantes e a **invocação** de uma identidade social, a dos castelhano-falantes

capazes de se exprimirem no galego elaborado da escola, variante de prestígio, já não simplesmente o clássico *gallego* dos galego-falantes tradicionais não alfabetizados na sua língua inicial. Neste sentido, a interacção pode compreender-se, na perspectiva de Do-mínguez Seco (1995:2), através da análise do «(...) jeito em que o sistema de crenças e valores dominante na nossa comunidade representa a estratificação social por meio do facto linguístico, asignando valores de maior ou menor prestígio às diferentes variedades linguísticas que empregam os galegos na comunicação quotidiana e, em consequência, situando os seus utentes em diferentes posições estatutárias». Aquele **conhecimento compartilhado** (o do galego da escola) é o que possibilita o sucesso da interacção, e fundamenta-se no facto de os participantes «fazerem parte duma cultura comum, com um código linguístico e normas sociais comuns, o que lhes permite uma mútua caracterização como actores sociais (tipificação) com uma relação simbólica concreta e, em geral, a criação (negociação) dum quadro de referência que podem reconhecer. Por isso, ambos pressupõem que, ao jogarem com esses elementos simbólicos, têm suficiente competência como para pô-los em cena de jeito adequado» (Domínguez Seco 1995:23). Porém, neste concreto caso, B, no alinhamento onde se combinam a sua habitual preferência pela concordância e o seu interesse por dirigir a conversação sem provocar conflitos, quase gera um conflito e A vê-se obrigado a corrigir imediatamente o que se pode perceber como uma má interpretação de B no que diz respeito à sua identificação linguística e, portanto, grupal: *«NÃO, prefero falar em caste lão»*, para continuar a narração de algo que possivelmente tenha repetido de forma semelhante em diversas ocasiões. Porém, é possível, se atendemos certas interpretações de Álvarez Cáccamo (sobretudo 1993b) que, na realidade e ainda sem ser uma figura pública, A, embora empregue formas galegas, não tenha em absoluto deixado nunca de falar em castelhano, ou, antes e melhor, em espanhol[6].

Por fim, consideramos que o aqui visto poderia ser resumido, utilizando a perspectiva de Álvarez Cáccamo (1990a:141), da seguinte forma (decerto, uma interpretação global da alternância ou eleição de código):

(6) Um analista da alternância ou eleição do código também teria de se perguntar pela *aparente* contradição que suporia o uso do galego com traços prosódicos ainda mais marcados para reproduzir o discurso (**discurso referido** ou reported speech) dos que pensam que o galego não serve para nada. Cremos que este facto reforça a nossa interpretação de que o uso de galego é secundário no nível referencial (não, decerto, social), da construção do inciso, que tem por objecto a demonstração da perícia linguística. Assim, parece que se não considera necessário uma nova mudança de código par conferir mais realismo à narrativa. Neste sentido, A opera uma **manipulação do código** (Álvarez Cáccamo 1990a) ao reproduzir em galego o que devemos supor que foi realizado em castelhano.

«The *indexical* properties of code choice as a marker of social identity operate simultaneously with its *iconic* values by which code choice isomorphically expresses the speaker's linguistic background, and with its *symbolic* attributes through which a given code choice is often associated with a particular linguistic ideology».

1.1. O galego, língua de uso inter-estatal

O inciso de A, interpretado como o fazemos nós, apresenta, entre os seus diversos conteúdos, o mais explícito da definição de uma ideologia linguística que considera o galego como uma língua útil inter-estatalmente (linhas 67-99 do fragmento 1). Perante uma não excessivamente marcada surpresa de B em relação ao facto de A ter falado com *seis* pessoas (com quantas podia ter falado em inglês?) em galego, A explicará este acontecimento com uma nova estrutura trimembre: ele falou com brasileiros, galegos e portugueses. Também não existe uma continuação da possível surpresa inicial em B; um novo assentimento (*«sí»*) trás-dos dois primeiros elementos (brasileiros e galegos) e uma repetição quase simultânea do, esperável, último elemento da tripartição (*portugueses*) parecem confirmar isto. Assim, B admite e mesmo parece concordar com A nas possibilidades comunicativas do galego no âmbito inter-estatal. O potencial conflito que pode estabelecer B ao perguntar se as seis pessoas iam juntas ou por separado, é imediatamente reparado pela explicação de A, admitida e até aparentemente reforçada por B. Produz-se assim um alinhamento em que o conteúdo fundamental (a concordância) é a aceitação do galego como um possível instrumento de comunicação inter-estatal e, fundamentalmente, frente a outros (*«dim-me»*)[7], um grupo determinado que apresenta uma ideologia linguística em que o galego não serve para nada, para nada realmente útil, o que não parece implicar que não sirva para cousas (usos, contextos, intenções...) categorizadas como não-úteis. A ideologização da fala é assim evidente, também por oposição a outras ideologias contrárias e apresentadas como co-presentes. Contudo, o uso do galego definido e defendido como útil parece diferir essencialmente do tradicional, aquele que marcava *etnicamente* os galegos frente a outros grupos[8].

(7) Acho que é possível que a explicação que motiva o inciso pode encontrar-se na presunção de A da possível presença de B nesse grupo dos *outros*. Porém, como vemos, B parece alinhar-se na conversação preferentemente com a ideologia linguística de A.

(8) O fragmento 2 aporta mais um exemplo da construção e negociação na interacção da ideologia linguística de A. Perante o facto de polícias belgas falarem inglês, francês..., B introduz o espanhol, e A, imediatamente, o galego (linhas 21-30 do fragmento 2). E, agora, até no mesmo nível do que o espanhol de B, castelhano no discurso prévio de A. Frente a B, o possível uso inter-estatal do galego —numa conexão não explicitamente admitida com o português e o brasileiro— é considerando como *normal*, não-marcado.

1.2. Porém, *«Prefero o castelão»*. Definindo identidades através da fala

Dizíamos *supra* que neste inciso se está a invocar, entre outras, uma determinada identidade sociocultural e, decerto, também socioeconómica. Definíamo-la como aquela que, na Galiza, caracteriza, confere qualidade de grupo, aos falantes habituais em castelhano mas com acesso ao aprendizado e até a uma relativa perícia no uso de um código elaborado do galego, do *galego da escola* (Álvarez Cáccamo 1993b). Mas são outras as identidades invocadas em que centraremos preferentemente a nossa atenção. Perante o quase-directivo de B que parece procurar motivar o uso de galego por parte de A, este responde categoricamente de forma negativa. É por isso que dizíamos que, para nós, não é, na realidade, o marcado o uso formal de galego, mas o conteúdo emitido, o aspecto referencial. A mudança de código seria, neste sentido, secundária.

A, em princípio, parece querer se não identificar com o grupo dos *falantes de galego*, dos falantes *étnicos* que podem utilizá-lo em qualquer contexto. Ele, identificado previamente como *espanhol* perante os belgas que lhe exigem um franco, prefere o castelhano; mas *preferir* não deixa de implicar a possibilidade, a potencialidade da eleição; pode falar em galego sem deixar de ser espanhol, a oposição fundamental estabelece-se com os membros de outros Estados, incluídos os que *falam* galego: portugueses e brasileiros.

1.3. A definição da ideologia linguística e a questão da identidade *estatalinguística*

O nosso caso informa-nos do reconhecimento por parte de estratos da população galega castelhano-falantes da validade do galego como instrumento comunicativo, mas com uma função bem diferente da primitiva função grupal, étnica. A perícia em galego serve aos castelhano-falantes para a comunicação, para uma certa identificação exclusivamente linguística —nunca étnica ou nacional nem, obviamente, estatal— com outros membros de um espaço linguístico *galego* supra-estatal (galego-português-brasileiro, simplificaremos aqui como lusófono), que vem dado muito mais pela perícia em galego do que pela própria condição de galego.

Ao próprio tempo, o uso de galego tende a perder consideravelmente a sua função estritamente grupal no nível étnico. Não deixa de ser significativo que A fale com galegos em galego em Jerusalém ou Egipto e

prefira åo que não parece acarretar que não possa falar em galego em determinados momentoså utilizar o castelhano na Galiza. Ultrapassando os limites por nós impostos e entrando nos perigosos âmbitos da prospecção psicológica poderíamos fazer perguntas como as seguintes: talvez provoca este facto o reconhecimento, a lembrança causada pela distância de algum resto de uma identidade étnica em desintegração?; pode definir-se isto como um *sintoma de resistência* a uma aparentemente aceite ou não consciente assimilação cultural?

No fragmento 1, A identifica-se explicitamente como *espanhol* perante os belgas aparentemente francófonos que lhe exigem dinheiro e identificações semelhantes produzem-se noutros trechos da conversação. Mesmo num fragmento aqui não reproduzido refere-se ao *espanhol*, à língua espanhola; porém, no inciso utiliza a denominação *castelhano* (*«castelão»*) frente a *galego*. O uso nesse contexto de *espanhol* poderia categorizar talvez *galego* como *não- espanhol*.

Pensamos que no nosso caso se dão elementos definitórios do que nós categorizamos como **identidade estatalinguística** (Herrero Valeiro 1995). Caracteriza-remos, seguindo Esteva Fabregat (1984), a **etnia** como um grupo humano que compartilha um comum sistema cultural homogéneo e é consciente da sua identidade diferenciada através da consciência da sua singularidade, da sua diferenciação como forma de cultura em relação a outra ou outras comunidades, e a **nação** como o passo da identidade étnica como unidade de cultura homogénea sem mais à situação de identidade de um grupo em que o nacional é a identificação com uma definição polí tica global que assume o princípio histórico da realização de uma *organização institucional* inicialmente constituída pela ideia da autoadministração política desde a etnicidade prévia.

Porém existe um modelo organizativo dos grupos humanos muito mais complexo: o **Estado**. Segundo Esteva Fabregat (1984), a conclusão do processo que provoca o passo de etnia a nação pode ser, mas não sempre, a constituição de uma formação política institucional de poder efectivo designada Estado. O Estado aparece, entre os modelos de organização dos grupos humanos, como a função homogeneizadora absoluta. Assim, a **identidade estatal**, que deverá coincidir basicamente com a da nação dominante no caso dos Estados plurinacionais ou a etnia dominante nos Estados pluriétnicos, sobrevirá *a identidade*, sem mais, a que por cima de identidades étnicas ou nacionais dominadas deverá propagar-se e impor-se entre a população situada no espaço geográfico controlado pelo aparelho institucional, pelo Estado.

A, na construção do seu discurso, está também a definir, às vezes de forma explícita, a sua **identidade grupal**, entanto que estatal como nível estrutural máximo, também nacional e até étnica. A Espanha já é então, para além de apenas o Estado, também o *país*, a nação, e a sua língua de identificação é o espanhol. Porém, o espanhol, no discurso de A, sobrevirá *castelhano* em co-presença com outra língua também espanhola, o *galego*, a língua étnica, e até, para certos grupos conscienciados —os *nacionalistas*— também nacional, da sua comunidade de origem. Para A, o galego parece ter perdido quase totalmente (menos, talvez, na distância) a sua função de identificação étnica galega, substituído pelo espanhol como signo de identificação de uma unidade *étnica, nacional* —na realidade, estritamente estatal— *superior*: a espanhola. Assim, a possível **identidade etnolinguística galega** (etnia: os galegos; língua: o galego, ou galego-português) ou acaso **identidade nacionalinguística galega** (nação: a Galiza; língua: o galego, ou galego-português) é substituída pela única identidade que o Estado pode admitir, a **identidade estatalinguística espanhola**, com uma língua identificativa: o espa-nhol, e outras *menores*, mas úteis, como o galego[9].

Mas, enquanto se desintegra a identidade galega passiva de se constituir até em nacional e emerge, ainda, a identidade espanhola, nacional, ao igual que os dominantes nestes processos de **mestiçagem** ou **assimilação** (termos que, no básico, vêm dizendo o mesmo) tomam o que lhes interessa das identidades desintegradas, A, como integrado na identidade dominante, também, frente a aqueloutros que não tiram nenhum *provei-to*, vai-se beneficiar de um aspecto do signo linguístico (a língua) identificativo da identidade em desintegração. Destarte, o galego aparece decerto já categorizado com o traço da *estrangeirice*, como o inglês ou o francês (linhas 107- 120). Deixa de ser *interessante* (importante) falar galego para *ser* galego, mas, ao menos, pode-nos servir para viajarmos. Contudo, e não deixa de ser óbvio (concordando agora com a ideologia linguística de parte da população galega, os que pensam que o galego não serve para nada —útil—, como, no âmbito público, o Alcaide da Corunha e líder *regional* do P.S.O.E., Francisco Vázquez), o melhor é falar *«inglês de corrido»*. Sempre se poderá falar com mais de seis, ou quando menos, isso é o que se supõe.

(9) Mas, como adiantávamos, noutros segmentos aqui não reproduzidos, achamos referências como *«pa España, bueno, pa Euskadi»* ou a delimitação de uns *«catalanes»* frente a outros categorizados em diversos momentos como *«españoles»*, para elém da reproduzida de ter falado galego com *«galegos»*. Há, entendemos, uma consciência da diferenciaçom mais étnica do que nacional com respeito nomeadamente de bascos e catalães, mas aparentemente também de galegos: são, *«somos»*, espanhóis, embora possamos falar em galego.

2. A ESFERA DO (NOSSO E AUTONÓMICO) PODER INSTITUCIONAL

> Todos estes pasos dados foron posibles gracias a dúas cousas fundamentais: a estabilidade política e institucional que, por primeira vez, Galicia acadou nestes anos e a recuperación da nosa conciencia e identidade como galegos. Así conseguimos que Galicia sexa agora máis e mellor coñecida, máis valorada nacional e internacionalmente e incorporada á modernidade con decisión.
>
> (Fraga Iribarne 1993)

2.1. Contudo, uma consigna institucional: *Mellor en galego* (Qual e para quê?

A Política Linguística praticada pelas instituições políticas (*Xunta de Galicia*), educativas (*Universidades galegas*) e culturais ou de investigação linguística (*Real Academia Galega*, *Consello da Cultura Galega*, *Instituto da Lingua Galega*, *Centro de Investigacións Lingüísticas e Literarias «Ramón Piñeiro»*) espanholas na Galiza pode, talvez, ser caracterizada com os seguintes quatro traços básicos:

a. A língua galega é o sinal mais importante da identidade *diferencial*, étnica mas não nacional, galega. A identidade nacional galega é a espanhola, logo a única língua nacional dos galegos é o espanhol.

b. A língua galega pode mas não tem por que *obrigatoriamente* ser usada em todos os âmbitos institucionais ou não da Comunidade Autónoma espanhola *Galicia*. Porém, isto não poderá supor qualquer tipo de perda de espaços ou prestígio da língua nacional da Espanha, o espanhol, *também* língua galega (isto é: *dos galegos*).

c. A língua galega, como língua espanhola, não é (*não pode ser*) língua portuguesa. O povo galego sabe-o mas a propaganda institucional vê-se obrigada a lembrar-lho ciclicamente através de representantes qualificados das elites políticas, técnicas e intelectuais de poder (categorias que, na Galiza, em numerosas ocasiões podem coincidir no mesmo indivíduo).

d. O único código elaborado do galego permitido pelas instituições é e, supomos, será o criado pelo *Instituto da Lingua Galega* e também defendido pela *Real Academia Galega*. As únicas possibilidades de reforma devem partir destas instituições.

Em resumo: a Política Linguística na Galiza tem por objectivos: (1) a difusão de uma ideologia linguística que caracterize o galego como lín-

gua útil *etnicamente* (até *autonomicamente*), mas não *nacionalmente* (*galego autoidentificado*) e que, ao próprio tempo, o identifique unicamente com o código legitimado; e (2) a difusão de uma identidade grupal diferenciada (a *autoidentificação* de Fraga Iribarne) galega, étnica ou autonómica, que não possa nunca entrar em conflito com a identidade nacional galega: a espanhola.

Talvez, o leitor inteligente, o único que nos interessa, saiba ler todo isto nas seguintes declarações do catedrático de Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela, membro do Instituto da Lingua Galega e académico da Real Academia Galega, Manuel González González, discípulo privilegiado do pai da Linguística Galega e um dos criadores (inventores ou reinventores) do galego moderno, Constantino García González (em García Bayón 1991):

> La lengua, el idioma está en las corredoiras (...); y más el gallego. Nada me admira tanto como la constancia de siglos del campesino, del marinero, manteniendo contra tantos poderes como le cercaban, su habla (...) En el lenguaje, que es el máximo hecho social, el pueblo es la autoridad suprema, y diría que infalible. Nosotros sólo somos ordenadores, encauzadores, sistematizadores de lo que habla; y siempre servidores (...) No debía haber más dogma y comunión que el gallego para el gallego. Pero en Galicia todos cabemos, desde cualquier vertiente idiomática. Lo único que no entiendo son los lusistas, al margen de considerar nobilísimo el portugués. ¡Vaya casta gallega la que posee el castellano de Valle-Inclán! Sólo un poderosísimo gallego podría inventar y escribir los esperpentos. Como me duelen los agravios [*sic*]. ¿Sabes cuántos Poncios hay por ahí segregando su particular normativización del gallego? ¿Y cuántos dandys que sólo por moda cultivan el idioma vernáculo? En fin, es algo así como un sarampión. Esperemos que cese y se purifiquen las aguas.

2.2. Das corredoiras face à desintegração (talvez mestiçagem)

Um dos criadores do galego moderno e membro da *linha dura* da ideologia linguística oficialista, Ramón Lorenzo Vázquez, reproduzia numa entrevista realizada há menos de dez anos a consigna básica do poder autonómico galego: para a Galiza, o galego, para o Mundo, o espanhol. Outro representante da ideologia linguística oficialista, mas este da *linha (aparentemente) dialogante*, Monteagudo Romero (1991), teórico da apli-

cação do tipo **língua por elaboração** ao galego, por contra postula que, no caso de atingir-se *algum dia* uma hipotéti ca situação de unilinguismo social em galego (normalização linguística), haveria que discutir qual poderia ser a língua de **uso internacional** dos galegos: o espanhol ou o português.

No entanto, as afectivas consignas propagandísticas *Fálalle galego* ou *Mellor en Galego* não deixam de entrar sempre em paradoxal confrontação entre os indivíduos galegófonos com as realidades de que na *Dirección Xeral de Política Lingüística* da Xunta de Galicia os funcionários os atendam em espanhol ou de que muitos dos políticos e até os técnicos e intelectuais (incluídos os mais extremados defensores do *galego oficial*) que sustentam aquela propaganda falem galego só em contextos muito determinados: *em público*.

E mesmo vai chegar um momento em que a política institucional, uma de cujas máximas preocupações é sempre diferenciar categoricamente galego de português, parafraseie, dando-lhe um sentido totalmente inverso, umas velhas palavras de 1918 de um antigo defensor da identificação linguística plena entre galego e português, João Vicente Viqueira, e até *ousa* dizer-nos que desçamos da lua porque *«en galego, estamos no mundo»*. Mas, claro, em que galego e em que mundo? (*vide* uma resposta em Gil Hernández 1992)[10].

Porém, o sujeito do nosso caso parece ser consciente de que em galego já está no mundo, mas não já no mundo diário, quotidiano, do seu âmbito habitual, senão no extraordinário das suas viagens. A inversão dos valores tradicionais (o galego para a casa e cada vez menos, o espanhol para o mundo) é total.

Num momento em que o processo maciço de substituição linguística se acha numa fase muito avançada (Fernández Rodríguez 1991, 1993), deve ser um dos objectivos dos investigadores o desentranhamento do porquê da absoluta inutilidade da política restituidora (*normalizadora*) institucional, ou, doutro ponto de vista, da sua possível falsidade ou até da sua identificação como mais um instrumento que favorece a desintegração da identidade que diz defender ou, antes, da sua actuação como freio a que essa identidade possa sobrevir algo mais do que simplesmente étnica (autonómica), secundária.

É um facto assumido por nós que a Política Linguística desenvolvida na Galiza procura em primeiro lugar a fixação definitiva da ainda emer-

(10) As palavras originais de Viqueira, adaptadas graficamente, eram: «O galego tem-se que escrever como o português. Viver no seu seio é viver no mundo. É viver sendo nós mesmos!».

gente identidade estatal espanhola. Para tal consecução, era essencial a apropriação da língua falada pela população galegófona e uma reinvenção dessa adaptada às necessidades ideológico-identitárias das elites de poder: o galego por elaboração. Neste contexto, as novas elites técnicas e intelectuais de poder na Galiza cumprem um papel fundamental como construtoras de saber e legitimadoras simbólicas da nova realidade. O texto de González González previamente reproduzido é o suficientemente significativo na qualificação da *estrangeirice* de certas condutas linguísticas na Galiza: o galego *autêntico* é uma *língua de corredoiras*, o espanhol dos galegos é galego (mas não *de corredoiras*, mas de grande literatura); porém, o galego dos galegos que o escrevem com a ortografia unificada da Lusofonia não é galego, é *estrangeiro*; também não será, portanto, espanhol.

2.3. (como apêndice) um texto (signos de resistência?)

> [Est]as estratégias de desidentificação cultural em parte respondem às ideologias de «unidade» dominantes, e em parte são soluções de autodefesa perante a falta duma consciência de resistência cultural. Quando falar «galego» estava marcado socialmente, o conflito era tão visível que a alguns não lhes resultava difícil resistir, e a muitos outros entender, polo menos, que existisse resistência. O «acento galego», tão «musical» e «agarimoso», via-se nos discursos espanholistas como uma riqueza folclórica, um atributo cultural «idiossincrásico» precisamente porque não ameaçava *em si próprio* os mecanismos de distribuição do poder. Mas agora que já não se trata tanto da «língua» (em parte porque são as próprias instituições as que falam algo que se tenta edificar como «galego») o que resta por eliminar simbolicamente para aqueles que já educam os seus filhos em espanhol é o «acento».
>
> Simbolicamente, digo, porque na prática a tarefa de eliminar o próprio acento requere consideráveis esforços e treino consciente, e (desenganem-se) mesmo assi sempre ficará *algo* na fala que nos identifique como pertencentes a um grupo social determinado. Afortunadamente, sempre nos quedará algo assi como um acento. Na prática, a imensa maioria temos e seguiremos tendo «acento galego», isto é: uma *realidade lingüística* e uma *categoria cultural* na que, junto com a fala, a reflexão sobre a fala, e a leitura atenta do inicialmente oculto trás dos feitos sociais, podemos basear a resistência.
>
> (Álvarez Cáccamo 1993a)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ CÁCCAMO, C. (1987): **«Fala, bilingüismo, poder social»**, **Agália**, núm. 10, pp. 127-150.

ÁLVAREZ CÁCCAMO, C. (1990a): **«Rethinking conversational code-switching: codes, speech varieties, and contextualization»**, **Proceedings of the Sixteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society**, Berkeley, pp. 3-16.

ÁLVAREZ CÁCCAMO, C. (1990b): **The Institucionalization of Galician: Linguistic Practices, Power, and Ideology in Public Discourse**, Tese de Doutoramento (inédita), Universidade de Berkeley.

ÁLVAREZ CÁCCAMO, C. (1991): **«Language revival, code manipulation and social power in Galiza: off- record uses of Spanish in formal communicative events»**, KLEE, C. A. (edit.): **Sociolinguistics of the Spanhish- speaking world: Iberia, Latin America, United States**, Bilingual Press / Editorial Bilingüe, Tempe, pp. 41-73.

ÁLVAREZ CÁCCAMO, C. (1993a): **«*Acento galego* e resistência cultural»**, **A Nosa Terra**, núm. 554, p. 25.

ÁLVAREZ CÁCCAMO, C. (1993b): **«The pigeon house, the octopus and the people: The ideologization of linguistic practices in Galiza»**, **Plurilinguismes**, núm. 6, pp. 1-26.

ÁLVAREZ CÁCCAMO, C. (1996): **«The power of reflexive language(s): Code displacement in reported speech»**, **Journal of Pragmatics**, núm. 25, pp. 33-59.

CAL VARELA, M.; FERNÁNDEZ FERREIRO, M. (1993): **«La formation d'un Corpus de langue parlée dans la ville d'A Coruña (La Corogne)»**, **Plurilinguismes**, núm. 6, pp. 217-224.

DOMÍNGUEZ SECO, L. (1995): **Falando de língua. Uma aproximação à fala como marcadora da diferença social**, Tese de Licenciatura (inédita), Universidade da Corunha.

ESTEVA FABREGAT, C. (1984): **Estado, etnicidad y biculturalismo**, Ed. Península, Barcelona.

FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, M. (1991): **«Coordenadas sociais e dinámica do bilingüismo galego»**, **Grial**, núm. 110, pp. 239-262.

FRAGA IRIBARNE, M. (1993): [**«Apresentação»**], XUNTA DE GALICIA: **Galicia en feitos. Balance dunha lexislatura 1990-1993**, Xunta de Galicia.

GARCÍA BAYÓN, C. (1991): **«Variaciones filológicas y variopintas con Manuel González, catecúmeno de la Real Academia Gallega»**, **La**

Voz de Galicia , 10 de Novembro, p. 34.

GIL HERNÁNDEZ, A. P. (1992): **«O caminho da normalização para a comunidade lusófona da Galiza (espanhola). A proposta reintegracionista»**, **A.R.O.**, núm. 7, pp. 16-20; **«Linhas gerais para a normalização da comunidade lusófona da Galiza (espanhola)»**, **Agália**, núm. 30, pp. 233-243.

GILES, H.; SMITH, P. (1979): **«Accommodation Theory: Optimal Levels of Convergence»**, GILES, H.; ST. CLAIRE, R. N. (edits.): **Language and social psichology**, University Park Press, Baltimore.

GOODWIN, Ch. (1986): **«Audience diversity, participation and interpretation»**, **Text**, núm. 6, vol. 3, pp. 283- 316.

GOOFMAN, E. (1976): **«Replies and responses»**, **Language in Society**, núm. 5, pp. 257-313.

GUMPERZ, J. (1982a): **Discourse Strategies**, Cambridge University Press, Cambridge.

GUMPERZ, J. (edit.) (1982b): **Language and Social Identity**, Cambridge University Press, Cambridge.

HERRERO VALEIRO, M. J. (1993a): **Aproximação à análise do discurso sociolinguístico sobre o *caso galego***, Tese de Licenciatura (inédita), Universidade da Corunha.

HERRERO VALEIRO, M.J. (1993b): **«Guerre de graphies et conflit glottopolitique: lignes de** discours dans la sociolinguistique galicienne», **Plurilinguismes**, núm. 6, 181-209.

HERRERO VALEIRO, M. J. (1993c): **«Identidade e espaço nacional no discurso sobre a(s) língua(s) na Galiza (mínimas reflexões glotopolíticas e político-linguísticas)»**, **Atas do Congresso Internacional da Língua Portuguesa no Mundo** [Santiago de Compostela-Braga, 21-24 de Setembro de 1992] (=**Nós**, núms. 29-34), pp. 139-145.

HERRERO VALEIRO, M. J. (1994): **«'Ciência' e ideologia na 'investigação sociolinguística' na Galiza»**, **Atas do Congresso Internacional de Língua, Cultura e Literaturas Lusófonas (Homenagem ao Professor Ernesto Guerra da Cal** [Santiago de Compostela, 15-17 de Setembro de 1994] (=**Temas de O Ensino**, núms. 27-38), pp. 195-205.

HERRERO VALEIRO, M. J. (1995): **«Emergência e desintegração: elementos para uma análise da definição das identidades grupais e linguísticas nos espaços plurilingues»**, **Atas do Congresso O Mundo de Língua Portuguesa (Galiza, Portugal, Brasil, PALOPs). III Congresso Internacional de Literatura Lusófona** [Santiago de Compostela, 21-23 de Setembro de 1995] (=**Nós**, núms. 41-50), pp. 167-188.

JEFFERSON, G. (1972): **«Side Sequences»**, SUDNOW, D (edit.): **Studies in Social Interaction**, The Free Press, New York & Collier-Macmillan Lted., London, pp. 294-338 (notas, pp. 447-451).

MONTEAGUDO ROMERO, H. (1990a): **«Sobre a polémica da Normativa do Galego»**, **Grial**, núm. 107, pp. 294- 316.

POMERANTZ, A. (1984): **«Agreeing and disagreeing with assessments: Some features of preferred/dispreferred turn shapes»**, ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. (edits.): **Structure of social action**, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 57-101.

PREGO VÁZQUEZ, G. (1994): **Estrategias discursivas de regateos recogidos en las ferias rurales de Carballo y Paiosaco. Desde la microestructura discursiva de los regateos hacia la estrucutra del espacio social rural gallego**, Tese de Licenciatura (inédita), Universidade da Corunha.

RODRÍGUEZ YÁÑEZ, X. P. (1994): **Estratexias de comunicación nas interaccións cliente-vendedor no mercado da cidade de Lugo: as alternancias de lingua galego/castelán e a negociación da escolla de lingua (Estudio etnográfico e sociolingüístico da interacción campo-cidade nun espacio urbano)**, Tese de Doutoramento (inédita), Universidade da Corunha.

SCHEGLOFF, E. A. (1982): **«Discourse as an interactional achievement: some uses of `uh huh' and other things that come between sentences»**, TANNEN, D. (edit.): **Analyzing discourse: Text and Talk**, Georgetown University Press, Georgetown, pp. 71-93.

Critérios de transcrição:

Imbricaçom de vozes:		[ ]
Encadeamento de turnos:		⌐ ⌙
Continuidade de turno:		=
Pausas:		
menor de um segundo:		..
maior de um segundo:		< >
Prosódia e entoação.		
Segmento a que afecta:		{ }
Tom:		
	alto	[h]
	baixo	[l]
Intensidade:		
	forte	[f]
	suave	[p]
	volume mais alto em segmento curto	MAIÚSCULAS
Tempo:		
	acelerado	[ac]
	decelerado	[dc]
Transição final:		
	ascendente	↑
	descendente	↓
	sostida	→
	interrogativa	?
	truncada	-
Acento:		
	rítmico	‘
	contrastivo	*
Quantidade:		
	som alongado	::
	truncado	-
Outras convenções:		
Inalação		.h.h
Riso		he he
Riso intercalado		(h)
Outras indicações		[ ]
Forma padrão		( )
Som ininteligível		XX

O AMANTE SEROPOSITIVO (*)

José Manuel OUTEIRO G.

I

Se porventura, da análise que me vam fazer,
resultar que eu tenha contraído a sida,
nom deitem sobre mim todas as culpas.
Lembrem apenas
que me tocou viver num mundo
em que o amor é convertido num delito
enquanto que o ódio é livre
—como me ensinou Moustache,
o taberneiro de Irma la douce.
Umha sociedade, bem o saberám vocês,
que discrimina as pessoas
polo jeito como elas amam, confinando-as
em modernísimos campos de concentraçom
de amantes marginais.

(*) Estes poemas fôrom destacados com um accesit na XXI ediçom, correspondente ao ano 2000, do Certame Nacional de Poesia «O Facho» da Associaçom Cultural crunhesa do mesmo nome.

I I

Habituei-me a viver
e achei ser imortal.
Ouvim dizer, si, que no amor viajava a morte,
mas algo me deveu custar acreditá-lo
quando agora o sofro.
Se ainda me tivesse contagiado por odiar
entenderia nisso um justo castigo,
mas nom podo aceitar que por amar,
por roubar uns momentos como consolaçom,
como umha esmola, enfim, ao amor,
receba em troca a mais severa pena
que um home poda conhecer.
Impotente, revelo-me a essa lei desconhecida
que me condena à morte por amar.

O DESERTO E O MAR

Roberto Samartim

Ser oásis ou ser ilha é ser sempre desejo de náufrago
a Olgamaria e a Liliana
dous poemas

"Derrière les décors
De l'existence immense, au plus noir de l'abîme
Je vois distinctement des mondes singuliers,
Et, de ma clairvoyance extatique victime,
Je traîne des serpents qui mordent mes souliers.
Et c'est depuis ce temps que, pareil aux prophètes,
J'aime si tendrement le désert et la mer;"
LA VOIX. Charles Baudelaire.

na noite/ as deusas moldeam as sombras
e os simples pilares semelham sábios monges
a passear o seu destino
por praças empedradas.
Som ilusons próprias do deserto
a voz dos profetas ecoa no tédio só um instante
despois silêncio sede area e nada.

Na noite/ seria bom ser um oásis farto e verde
e receber a quem caminha coa palavra justa
com dátiles e paxaros
e nom ter deus nem destino nem area nem nada
simplesmente ser oásis
a abraçar deserto em volta tua.

(oásis)

Ao teu corpo ou praia dos espelhos
redentora de cativos
arribarám mil naves de brancas borboletas.

Navegadores com três brincos
três sinais de três tormentas
acolherám-se nas tuas costas de talco e de tristeza.

Para todos terás maçás e oco de serpe
e um lume antigo e umha cadeira predilecta
e um livro para ler à noite/
e haverá para todos abelhas e abraços
desmemória do mar e da máquina do mundo.

Amadores do teu caleidoscópio
brincarám conformes e contentes entre choupos e lontras
até que vejam passar a lua içada no pau da maior
e armar vela ao marinheiro que se afasta como estrela
para nom saber já nunca
que o teu corpo é como mar
para todas as ilhas.

(as ilhas)

"Homme libre, toujours tu chériras la mer!"
L'HOMME ET LA MER. Charles Baudelaire

Na Cidade ao Sul, em Dezembro de 1999

O Galego-Português-Brasileiro e a Política Linguística na Galiza (*)

Camilo Nogueira

Galego e português, a mesma raiz histórica

O galego e o português pertencem a um mesmo sistema linguístico originário da Galiza, contando durante séculos com uma norma escrita comum, elaborada na Corte e nas escolas eclesiásticas a partir dos séculos XII e XIII, usada na expressão literária e, também, nos registos de documentos e na administração tanto na Galiza como em Portugal desde que entre os séculos XIII e XIV o romance substituiu o latim. Pode-se ocultar, mas não desconhecer, que o galego foi a língua política e da cultura em todos os reinos centro-ocidentais da Península, com Santiago de Compostela como cidade culturalmente hegemónica, e que até finais do século XV ou princípios do século XVI, o galaico-português teve um uso praticamente oficial no território actual da Galiza, como o tinha em Portugal.

Depois, contra o que pretende a ideologia espanhola, o uso do galego como tal língua nunca *esmoreceu*. Erradicado das instituições galegas, permaneceu como língua nacional, política, administrativa, económica, literária, religiosa na constituição e no desenvolvimento do Estado português[1]. Ao serem integradas a Igreja e a nobreza no poder monárquico dos Reis Católicos e dos Habsburgo, o galego foi negado pelas instituições, mas manteve-se firmemente como língua falada.

Naturalmente, desde a consolidação da fronteira estatal, o língua comum sofreu mudanças diferenciadoras, principalmente fonéticas. Ainda assim, as mudanças mais salientáveis entre as que poderiam diferenciar o português do galego não abrangem hoje nem a totalidade do território de Portugal, nem todos os estratos sociais, nem desde logo pertencem integramente à língua de Brasil, Angola, Moçambique ou Timor Leste. Em todo o caso, por si mesmos, não seriam suficientes para justifi-

(*) Texto da conferência proferida em Vigo o dia 16 de setembro de 2000, no Curso de Verão do BNG organizado pola Fundaçom Galiza Sempre.

(1) Ver: *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Organização e Coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Editorial Caminho. Lisboa. 1993.

carem uma norma ortográfica diferente para o galego da Galiza, como não são os que acompanharam a evolução doutras línguas universais como o inglês ou o espanhol.

O galego e o português no galeguismo histórico

A identidade da língua galega e do português foi inequivocamente defendida polo galeguismo histórico, e particularmente pelas figuras mais sobranceiras como Murguia e Castelao. Manuel Murguia sempre e significativamente em 1906, no discurso[2] proferido na sessão inaugural da Real Academia Gallega afirmou a continuidade do galego na língua que falavam daquela "três milhões de galegos, dezoito milhões de habitantes de Portugal e os seus domínios, doce no Brasil".

Na mesma linha, em plena Segunda Guerra Mundial, Castelao diz no *Sempre em Galiza*[3], que o castelhano se impôs em Galiza não por "superioridade cultural de Castela", senão por imposição oficial do Estado ("desde a Escola, a Cátedra, o Púlpito, a Tribuna, o Tribunal, a Oficina e o Cuartel, o dedo erguido do Estado hespañol impoñía silenzo aos que intentaban falar en galego"), não podendo impedir, apesar de tudo, que Galiza conservasse o seu idioma. Para Castelao o galego tem através do português um carácter universal, sendo um idioma "estenso e útil" que "con pequenas variantes" se fala no Brasil, em Portugal e nas colónias portuguesas"[4].

As decisões linguísticas na transição. O carácter da normativa oficial

Mas esta posição histórica não foi exprimida polo galeguismo cultural no tempo escuro da Ditadura de Franco, nem foi aplicada quando se conseguiu a aceitação constitucional e estatutária do galego como língua cooficial. Na transição democrática, num momento em que o nacionalismo político se encontrava ainda em difícil restruturação depois da ruptura do galeguismo do interior com a tradição política do Partido Galeguista representada especialmente por Castelao, o galeguismo cultural, de acordo com o poder autonómico e com a direita galeguista nele integrada, propiciou uma normativa ortograficamente não conflituosa com a do castelhano e divergente da galega histórica e da portuguesa.

Foi uma decisão de carácter político que rompeu com a tradição precisamente quando foi possível pôr em prática as teses linguísticas do gale-

(2) *Discurso del Presidente*. M. Murguía. CG. VR. Pag 126 e segs.
(3) SG. Castelao. Pag 240-250.
(4) SG. Castelao. Pag 42.

guismo histórico, e não contou com o acordo duma parte notável do nacionalismo político, do nacionalismo mais activo na reivindicação e na pedagogia pública sobre a normalização do uso da língua galega. Como consequência nasceu uma normativa rara, estranha para qualquer pessoa conhecedora da origem e da realidade actual das línguas romances ocidentais, que desde fora é mesmo definida pola surpreendente sobreabundância do *xis*.

No caso de contarmos com a boa vontade dos galeguistas defensores da actual norma oficial, poderíamos conceder-lhes que daquela pensassem que as coisas não estavam suficientemente maduras para ser tomada uma determinação galega contraditória com a mentalidade e o poder cultural e político espanhol e superadora, ademais, dos preconceitos históricos existentes na própria sociedade galega.

Mas agora estamos numa situação diferente. Temos nas nossas mãos instrumentos políticos relativamente válidos para normalizar o uso do galego de que antes carecíamos, e suficiente experiência para sabermos que a nossa sociedade aceita expressa e maioritariamente a normalização, face à posição dum poder político autonómico que a obstaculiza. Agora não existem dificuldades objectivas que impeçam um novo acordo que, partindo da actual norma oficial e acolhendo-nos às próprias previsões da Lei de Normalização Linguística, nos achegue a uma solução normativa convergente com a galaico-portuguesa.

A identidade linguística

Do ponto de vista linguístico não deveriam apresentar-se obstáculos que impedissem a aceitação de umha prudente prática convergente que, em todo caso, não tem porque pôr em questão o carácter histórico e actual do galego. Pode dizer-se, inclusivamente, que não existem, apenas soluções linguísticas que sendo determinantes da diferença entre as actuais normas oficiais galega e portuguesa não apareçam também no galego falado. As diversas soluções linguísticas são em muitos casos consequência de uma diferente selecção dentro de um património linguístico comum, quer em questões léxicas ou morfológicas (houve/houvo, vêm/venhem, têm/tenhem, perguntar, fechar/pechar, fame/fome, pantalons/pantalões, coiro/couro, miradoiro/miradouro), quer nas opções fonéticas. De facto existe mais proximidade entre a fonologia portuguesa e a da Costa da Morte que entre esta e a tida por oficial na norma galega. As diferenças que existam entre o galego e o português sem que tenham por que desaparecer, são perfeitamente inte-

gráveis numa norma linguística comum, que em todo o caso seria coerente com a realidade histórica do galego-português, mesmo do ponto de vista normativo.

Ainda mais, resulta significativo que os próprios linguistas portugueses quando definem os caracteres específicos da sua língua adoitem escolher o infinitivo pessoal ou a resposta afirmativa mediante o verbo, isto é elementos linguísticos que coincidem com os do galego, como também é notável que reconheçam a existência no português falado de vacilações próprias do galego (calidade / qualidade, esprito / espirito, frol / flor, milhor / melhor, titor / tutor, estrumento / instrumento, co'ele / com ele).

A experiência diz-nos, aliás, que a variante galega da língua comum é perfeitamente transparente para os outros falantes de quatro continentes. Permiti-me que faça notar aqui as alentadoras experiências que, no exercício da minha responsabilidade política no ámbito internacional, tivem no último ano, quer no próprio Parlamento Europeu, que vão desde a tradução do meu galego-português polos intérpretes nos Plenários e Comissões a todas as línguas oficiais da União Europeia, do grego ao finês, até o trato com os parlamentares, ou com personalidades como o líder timorense Xanana Gusmão, quer nas reuniões oficiais exteriores como deputado, especialmente no Brasil. De facto, a variante brasileira, falada já por 170 milhões de pessoas, que se achegaram no próximo século aos 300 milhões —lembremos os 12 milhões de brasileiros de há menos de cem anos, de que falava Murguia no seu discurso inaugural da Real Academia Galega— é mais próximo ao galego que ao lisboeta que se costuma ter, equivocamente, como o português maioritário.

Sendo isto assim, as diferenças mais graves reais que existem hoje entre o galego e o português falados no que se refere a Galiza, estám possivelmente causadas —numa magoante experiência que estamos a sofrer diariamente— por opções fonéticas tomadas de facto pela normativa oficial e pelo desleixo das instituições e dos meios de comunicação audiovisuais, particularmente a televisão autonómica, que tendem a converter o galego numa forma dialectal do castelhano, perdendo a sua extraordinária riqueza e os matizes fonéticos mais determinantes da língua falada pelo povo.

O galego e as circunstâncias políticas e económicas

Do ponto de vista político e económico, depois de séculos de negação política e com a oficialização parcial na autonomia, a normalização da língua galega enfrenta-se com dois desafios relacionados. O primeiro refere

à normalização do seu uso em todos os aspectos da vida económica, social, cultural e política interna da Galiza. O segundo tem a ver com o seu uso na comunicação internacional da sociedade galega. Sendo a normalização do seu uso interno o repto principal e básico da normalização língua galega, este objectivo não é hoje separável do segundo. O incremento dos intercâmbios culturais, económicos, sociais e tecnológicos, e especialmente os distintos e determinantes aspectos da telecomunicação, também constituem neste momento histórico fenómenos de relação linguística insoslaiábeis que atingem a totalidade da vida interna da sociedade galega.

Para fazer frente a estes problemas e desafios, parece absurdo que se possa rechaçar a realidade de que o galego, por fortuna, pertence a um sistema linguístico que se estende por países de diversos continentes, sendo a língua nacional dum estado como o Brasil, situado entre os de maior dimensão territorial e potencialmente entre os mais habitados e poderosos da Terra.

No caso concreto da relação com Portugal, as normas galega e portuguesa, uma língua do povo em recuperação culta e a outra língua oficial dum Estado, não podem permanecer de costas voltadas. Especialmente quando desapareceu a fronteira histórica que as separou pola entrada comum na Comunidade Europeia. Qual será a língua de comunicação mútua numa relação que se ampliará de jeito espontáneo até níveis semelhantes a uma relação intra-estatal superadora duma divisão que foi a causa determinante das consolidação de diferenças fonéticas e ortográficas que hoje existem sem lograr, apesar de todo, separar as duas línguas? A não tomar-se medidas político-linguísticas perfeitamente praticáveis, se não existe a vontade de contar com uma norma que aproxime de novo as distintas variantes oficiais do galego-português, pode ocorrer, já está ocorrendo, que de jeito absurdo e paradoxal o castelhano, senão o inglês a certos níveis, se normalize como língua de comunicação entre as empresas galegas ou portuguesas, como já está a ocorrer, reproducindo-se assim dramaticamente a marginação provinciana da Galiza, quando tem a oportunidade histórica de abrir-se às relações internacionais também desde a sua própria língua.

Por todo isto, acho que todos os interessados na normalização do uso do galego devemos fazer um esforço de reflexão e diálogo sobre as perspectivas da normalização do uso da nossa língua. Começando por reconhecer que as circunstâncias políticas e da comunicação têm pouco a ver com aquelas que na transição política desde a Ditadura puderam justificar a normativa oficial em vigor. Parece chegado o tempo no que seja

aconselhável a utilização dos próprios preceitos da Lei de Normalização Linguística para encaminhar a norma galega numa direcção convergente no seio da língua universal a que legítima e afortunadamente pertence o galego.

Os argumentos da normativa oficial

Mas este parecer não é compartilhado por uma parte sensível das pessoas e grupos interessados na normalização do uso do galego —deixando aqui de lado todos os que se situam no ámbito da, para eles, supremacia indiscutível do castelhano e que estám consequentemente contra uma autêntica normalização do galego como língua própria e nacional da Galiza.

A posição defensora da actual normativa está baseada na concepção e construção do galego *standard* como uma língua divergente do galego histórico e do português. Devedores desta posição política, orientam as suas investigações filológicas cara a demonstração das diferencias actuais e históricas entre o galego e o português —considerando entre elas mesmo as diferenças fonéticas exacerbadas ou criadas artificialmente pola acção da própria norma oficial do galego— e tendem a escolher para o galego normativo soluções ortográficas distintas das portuguesa oficiais. Dentro destas posições existem posturas não expressas, mas determinantes em momentos chave, que trataram a construção da normativa do galego como se tratando-se dum *patois* ou dum *bable* sem história culta, e que agora, não atrevendo-se já a negar a origem comum galego-portuguesa, atribuem ao galego uma independência moderna supostamente semelhante á que teria o brasileiro em relação com o português europeu. Nas posições mais extremas chega-se a argumentar que para comunicar-se com o exterior é preferível fazê-lo em castelhano ou inglês, como se estas possibilidades, num mundo plurilinguístico, fossem equivalentes para o galego ou contraditórias com o uso do galego sob forma galego-portuguesa.

De todas as formas a argumentação mas conflituosa e profundamente demagógica é aquela que identifica a actual normativa oficial com a que corresponde necessariamente ao galego como *língua de seu*, como se qualquer mudança ortográfica ou morfológica convergente, mesmo aqueles que são a consequência da recuperação de normas tradicionais ou etimológicas do galego, significassem a desaparição da nossa língua ou a aceitação duma língua estrangeira, eivada ademais por preconceitos históricos espanholistas que, de todas as maneiras, os galegos devemos arrom-

bar. Chega a dizer-se que o galego seria *língua de seu* só no caso de ser totalmente distinta a qualquer outra de fora de Galiza, desprezando á inteligência que indica o castelhano da Argentina, o português do Brasil ou o inglês dos EEUU são para aqueles estados *línguas de seu*, apesar de serem coincidintes normativamente com as próprias das antigas metrópoles europeias.

Uma decisão convergente

A decisão convergente é a mais sensata e racional e a mais respeitosa do galego histórico e do galego falado hoje. Deve ser defendida por todo o nacionalismo político, pode ter o apoio dos meios económicos e culturais abertos tanto à recuperação da identidade galega como e às novas realidades europeias e internacionais, sendo susceptível de ser considerada como apropriada desde qualquer outra posição política e cultural que analise sem preconceitos a história da normativa e as actuais circunstâncias interiores e exteriores em que se produz a normalização do uso do galego.

A solução convergente é a mas respeitosa da realidade actual e histórica do galego, e mais conveniente também para conservar o galego realmente falado na nossa nação, especialmente como *língua de seu* frente ao castelhano. Tem a virtude da *diferenciação*, esta sim estritamente necessária, da norma galega em relação coa castelhana.

Naturalmente, esta posição não ignora que, sendo certo que a língua evoluciona de jeito livre, através do uso popular, da criação literária e das transformações tecnológicas, ou pola interacção com outros sistemas linguísticos, a normativa canónica de qualquer língua sempre teve um carácter político, de maneira que são necessários os acordos e consensos desse tipo lograr uma saída pacífica e construtiva sobre uma questão tam transcendental para, com essa arma, dedicar todos os esforços à normalização.

Para a mudança da normativa hoje não é necessário mais que rechaçar a estratégia divergente e assumir a conveniência da *convergência* no sistema linguístico galego-português. Partindo da actual norma oficial, os passos a dar nessa direcção viriam ditados pela prudência política e cultural pela evolução do sentir social, tendo como objectivo e medida a própria normalização do uso do galego.

Notas sobre Variedades do Alemão

Carlos Durão

Como a nossa, o alemão é língua transfronteiriça e transnacional, com a correspondente multiplicidade de variedades e variantes, testemunha da sua vitalidade, em equilíbrio dinâmico entre o localismo e a universalidade. Brevemente, a língua alemã é falada não só como língua oficial na Alemanha (aliás, língua única deste país chave da Europa, se deixamos de parte a excepção do sórbico, lusácio ou vêndico, incrustação eslava no território da Alemanha oriental), na Áustria e na Suíça (aqui cooficial), mas também em certos territórios ou comunidades germanófonas mais ou menos assimiladas de todos os estados limítrofes destes (dous exemplos com forte dialetalização: Tirol e Alsácia), e até na Roménia, Ucrânia, Rússia e além mar.

Em todo este grande domínio linguístico, esta língua tem uma enorme variedade, nas categorias gramaticais, fonética, morfologia, semântica, léxico, etc., o qual não impede, como no caso do galegoportuguês, o reconhecimento por todos duma língua padrão alemã, utilizada no ensino, ciência, literatura, política, meios de comunicação, forças armadas, e demais âmbitos, a qual é o *Hochdeutsch*, ou alto alemão (procedente dum alemão comum falado desde a Idade Média nas chancelarias imperiais, com elementos saxónicos empregados por Lutero na sua tradução da Bíblia). Dele diferenciam-se, de sul a norte, o *Mitteldeutsch*, alemão médio ou central, e mailo *Niederdeutsch* ou *Plattdeutsch*, o baixo alemão, muito próximo do holandês ou neerlandês (o qual emprega ortografia divergente). Há ademais dialetos menores como o frâncico, francónico, suábio (suévico ou suevo), turíngico, ripuárico, alemânico, bávaro e outros. Finalmente, o *Oberdeutsch*, ou alemão meridional, fala-se no sul da Alemanha, Suíça, Áustria e zonas limítrofes. O *Jüdisch* , ou judeoalemão, (escrito com caracteres hebraicos e falado, além da Alemanha, em comunidades judias asquenázis europeias, donde seguiu para a diáspora americana e a Palestina) é um dialeto do alto alemão, com acrescências hebraicas e mais de línguas românicas e eslavas.

Uma breve exemplificação pode-nos caracterizar as principais diferenças fonéticas entre o alto e o baixo alemão: a *Pfund, Apfel, Schiff, Wasser*,

ich, *schwarz*, do alto alemão, correspondem *Punt*, *Äppel*, *Schipp*, *Water*, *ick*, *swart*, do baixo alemão. De jeito análogo *Wasserkante* (a. a.) e *Waterkant* (b. a.); *Werft* (a. a.) e *Warft* (b. a.), etc. O *s* dos grupos *sp-* e *st-* (*Spitze*, *Stein*) soa *sch* em a. a. e *ss* em b. a. A pronúncia padrão do *r* é uvular fricativa (como no francês padrão), mas no sul ou dialetalmente pode soar como lateral vibrante (como no sul da França e nas outras línguas românicas). Relaxam-se dialetalmente as vogais átonas (*G'fühl=Gefühl*, *d'Welt=die Welt*), e no bávaro perdem-se também consoantes (*i=ich*, *is'=ist*, *mei'=mein*, *a'=ein*, *net=nicht*). No suíço *komm* soa *khom*; *hinein* perde o *h*, etc.

A pronúncia individualiza as variedades linguísticas, mas as diferenças lexicais são por vezes fortes. Ao *Sonnabend* do norte e centro corresponde o *Samstag* no sul, Áustria e Suíça. À fórmula padrão *guten Tag!* corresponde a meridional e austríaca *grüß Gott!*; *Krankenhaus* é dialetalmente no sul ou na Áustria *Spittel* ou *Spital*.

A mesma palavra pode ter diferente género: *das Taxi* (a.a.), *der Taxi* (suíço); *das Polster* (a.a.), *der Polster* (austr.) ou *der Pölster* (austr.); *der Sakko* (a.a), *das Sakko* (austr.); *der Schwertel* (a.a), *das Schwertel* (austr.); *der Zigarillo* (a.a.), *die Zigarillo* (coloq.); *der Kai* (a.a.), *die Kaje* (b.a.).

alto alemão	**austríaco**	**suíço**	**outros**
Kostüm		*Tailleur*	
Damenunterwäsche		*Dessous*	
Knabe			*Bube* (sul da Alemanha)
Reinmachefrau			*Zugehfrau* (sul da Alem.)
Napfkuchen			*Gugelhupf* (al. meridional)
Blumentopf			*Blumenscherben* (a. merid.)
Bohnerbesen		*Blocher*	*Blocker* (al. meridional)
Schrubber			*Leuwagen* (baixo alemão)
Scheuertuch			*Feudel* (baixo alemão)
Schuppen			*Schauer* (dialetal)
			Schupfen (al. meridional)
			Schopf (alemânico)
Tomate	*Paradeiser*		
Meerrettich	*Kren*		
Gurke	*Kümmerling*		*Kukumer* (suábio)
Rettich			*Radi* (alemão meridional)
Mohrrübe			*gelbe Rübe* (al. meridional)
			Möhre (alemão central)
			Wurzel (baixo alemão)

alto alemão	**austríaco**	**suíço**	**outros**
Sellerie	*Zeller*		
Blumenkohl	*Karfiol*		
Johannisbeere	*Ribisel*	*Trübli*	
Kerngehäuse			*Butzen* (alemão meridional)
			Griebs (alemão central)
Zwetsche			*Zwetschge* (dialetal)
Aprikose	*Marille*		
Lilie			*Gilge*, *Ilge* (al. meridional)
Klatschmohn	*Feldmohn*	*Kornrose*	
Bauernwirtschaft			*Ökonomie* (bávaro)
Storch			*Klapperstorch* (coloquial)
Holzstapel / *Holzstoß*			*Beuge* / *Beige* (al. meridional)
Scheune			*Stadel* (alemão meridional)
			Scheuer (sudoeste da A.)
			Städel (sul da Alemanha)
Jauche			*Gülle* (alemão meridional)
Grummet			*Öhmd* (sudoeste da A.)
			Emd (sul da Alemanha)
Kartoffel	*Erdapfel*		*Erdbirne* (sul da Alemanha)
Schwedenklee			*Alsike* (baixo alemão)
(vielbrättrige) Kleeblatt			*Glücksklee* (popular)
Eiweiß	*Eiklar*		
Wurzelstock			*Stumpf* (popular)
Abschnitt			*Bloch* (alemão meridional)
Gehörn			*Gewichtl* (bávaro e austr.)
Schlächter / *Fleischer*	*Fleischhauer*		*Schlachter* (norte da Al.)
			Metzger (sul e oeste da Al.)
Hachse			*Haxe* (sul da Alemanha)
Fleischerei			*Metzgerei* (a. meri. e O da A.)
			Schlachterei (baixo alemão)
Ladentisch			*Theke* (alemão central)
Dürrfleisch			*Dörrfleisch* (a. m. e O da A.)
Schlagsahne	*(Schlag)obers*		
Endstück			*Kanten* (norte da Alemanha)
Frisör		*Coiffeur*	
Klempner	*Spengler* (e al.mer.)	*Stürzner*	
Gasmesser			*Gasuhr* (coloquial)
Hahn			*Kran* (baixo alemão)

alto alemão	**austríaco**	**suíço**	**outros**
Stellmacher			*Wagner* (sul da Alemanha)
Autobus		*Autocar*	
Personenzug			*Bummelzug* (coloquial)
Schleppkahn			*Zille* (alemão central)
Kellnerin		*Saaltochter*	
Speisekarte		*Menukarte*	
Menüplatte		*Menuplatte*	
Büfettfräulein	*Büffetdame*		
Baiser	*Meringe* (e al.mer.)	*Meringue*	
Sprachrohr			*Flüstertüte* (jocoso)
schlittern			*ranscheln* (bávaro)
Stutzer	*Gigerl*		
Jahrmarkt	*Dult*		*Messe* (sudoeste da Alema.)
Vorbühne			*Rampe* (coloquial)
Drache	*Tatzelwurm* (e bávaro)		
Dolmen			*Hünengrab* (coloquial)
Stechmücke	*Gelse*		*Schnake* (alemão meridional)
Hirschkäfer	*Schmidkäfer*		*Schröter* (alemão meridional)
			Hausbrenner (alemão central)
Siebenpunkt		*Frauenkäfer*	*Gottesgiebchen* (al. central)
Spinnengewebe	*Spinnweb*		
Elster		*Atzel*	
Amsel		*Amstel*	
Erdkröte			*Padde* (baixo alemão)
			Protz (alemão meridional)
Maiglöckchen		*Maierisli*	
Bärenlauch	*Faltigron*		
Donnerbart		*Schuhputzer*	
Herbstzeitlose	*Lausblume*	*Herbstblume*	
Schwarze Nachtschatten	*Mondscheinkraut*		
Tollkirsche	*Tintenbeere*	*Wolfsbeere*	
Lavendel		*Valander*	

Em geral no sul, na Áustria e na Suíça permitem-se mais estrangeirismos: *salutieren* por *grüßen*, *servieren* (*dienen*), *annoncieren* (*ankündigen*), *Department* ou *Departement* (*Abteilung*), *Dependence* ou *Dependenz* (*Annex*), *Apparat* (*Gerät*), *Radio* (*Rundfunk*), *Television* (*Fernsehen*), *Telefon*

(*Fernsprecher*), *Parapluie* (*Regenschirm*), *Veloziped* (*Fahrrad*), *Quartier* (*Viertel*) e assim por diante.

O austríaco tem preferência pela desinência *-el* ou *-erl* (em lugar do padrão *-chen* ou *-ein*) para o diminutivo: *Mädel* (*Mädchen*), *Stüberl* (*Stübchen*), *Nagerl* (*Näglein*) e emprega *schauen* em vez de *sehen*: *auf Wiederschauen*, por *auf Wiedersehen*.

Todo isto vem a dizer que, seguindo um critério puramente foneticista, o alto alemão padrão não existe: só as diversas variedades e variantes alemãs; mas todos sabemos o que se quer significar quando se diz, por exemplo, que o alemão é língua ofical de determinado organismo internacional (e os delegados dos respetivos países soberanos esperam textos normalizados nesse padrão, que não é o que eles empregam coloquialmente).

Acontece o mesmo, evidentemente, com as outras línguas de grande projeção internacional (para as que não temos aqui espaço), das quais todos temos notícia, perto e longe do nosso lar linguístico. Por outras palavras: não se furtam a esta multiplicidade de variantes todas as demais línguas que, como a nossa, têm espalhamento universal. O qual, é claro, não resta à sua unidade fundamental.

O remate de umha grande obra e umha nova proposta normativa (*)

Luís Gonçález Blasco

Saiu a lume o esperado segundo tomo da *Gramática da lingua galega* de Ramón Freixeiro Mato. Este tomo completa a obra de que previamente apareceram os volumes I e III. Depois de ler a obra na sua totalidade considero o título de *Gramática da lingua galega* nom ser o mais adequado para ela, pois deveria chamar-se *Gramática e estilística da lingua galega* por serem as questons estilísticas ampla e rigorosamente tratadas nela.

Antes de começar com umha análise pormenorizada da obra vou fazer algumhas observaçons (positivas e negativas) de carácter geral.

O primeiro a salientar na obra é a sua exaustividade. Isto nom surpreende em absoluto já que nom fai mais que seguir na linha dos volumes anteriores. Também há que salientar a magnífica diferenciaçom que se fai na obra dos diferentes níveis de língua, algo ignorado quase completamente por muitos dos "nossos" normativizadores, correctores e outros "lingüistas oficiais".

O achegamento ao português standard é mais que evidente e o afastamento do "estándar oficial" muito mais grande do anunciado na introduçom:

> Desta forma, e por último, dentro da liña normativa en que esta obra se vén desenvolvendo, manteñense nos diferentes paradigmas gramaticais certas duplicidades que, sen obviaren a forma do estándar oficial, oferecen outras alternativas reais existentes tanto na lingua falada como recollidas na nosa tradición literaria e gramatical (inclusive tamén normativizadora) sempre na procura desa desexábel aproximación ao portugués, para nós cada vez máis necesaria. Asumindo como asumimos que o galego precisa dunha única norma e que a actual grafía oficial do galego é fundamentalmente a castelá, sen a considerarmos adecuada, [o sublinhado é meu] seguímola en liñas xerais, coa esperanza de que pola vía do consenso, a única posíbel, un día entre todos a podamos modificar para a facermos máis nosa e máis auténtica. Procuramos tamén neste sentido sermos coherentes cos volumes I e III desta gramática, xa publicados. Mais, aínda así, a nosa propria aprendizaxe e reflexión ao longo do traballo desenvolvido levounos a algunha pequena adaptación ou modificación, basicamente no tocante á representación como unha unidade gráfica de **talvez, através, portanto, decontado**, etc., por trascender da simples cuestión gráfica ao afectar a própria configuración e clasificación das palabras, tarefa que, do ponto de vista morfolóxico, aquí levamos a cabo.

Neste aspecto, quando Freixeiro di que nom obvia as soluçons oficiais o

(*) FREIXEIRO MATO, Ramón: *Gramática da lingua galega. Tomo II. Morfosintaxe*. A Nosa Terra. Vigo. 2000.

que fai é introduzi-las em nota de rodapé e criticá-las na maioria dos casos. De forma discreta mas contundente tanto a normativa ILG-RAG como a Gramática de Álvarez *et alii* levam um bom varapau na obra; igualmente dá-se-lhe a importáncia merecida à Gramática de Carvalho Calero tam menosprezada e vilipendiada polo oficialismo. Neste tema das notas de rodapé devo fazer umha crítica, cuja responsabilidade atribuo à editorial: o tipo de letra é tam pequeno que, até com óculos de presbita, resultam de leitura algo difícil.

O respeito com que som tratados os textos originais é muito de agradecer, mas considero que o autor ainda deveu ir mais além nesse caminho. Um dos aspectos atinge às ediçons utilizadas para as citaçons: isto leva a contradiçons como aparecerem Valladares e Pondal umhas vezes como etimologistas e outras como foneticistas, isto passa-lhe por utilizar a ediçom de *Majina* de Via Láctea e nom a da *Ilustración gallega y asturiana*; no caso de Pondal, ao citar pola ediçom de Ferreiro de *Queixumes* Pondal é etimologista, mas quando cita o *Hino* aparece como foneticista. Outro aspecto de menor relevância consiste em eliminar apóstrofos, acentos, traços e até letras, e também outras mudanças ortográficas em casos em que hoje há um certo acordo, modernizando levemente a ortografia original: *no* por *n-o*, *qu'eu* por *q'eu*, *do* por *d'o*, *nas* por *n'as*, *tódolos* por *todol-os*, *el* por *él*, *móbil* por *móvil*, etc.; isto é muito menos importante, mas num texto universitário, como este, penso que nada sobra e todo resulta útil para estudarmos a evoluçom ortográfica da língua. Neste mesmo caso —com algo mais de gravidade— fai-se desaparecer o trema que Rosalia usa sobre o *x* em *Follas Novas*: inclino-me a pensar que se a poetisa usou o *x* sem trema em *Cantares* e o introduz numha obra posterior é porque nom devia estar completamente segura da forma mais correcta de grafar a fricativa palatal.

Também acho muito acertado o facto de utilizar, em minha opiniom melhorando-a, a nomenclatura e a classificaçom usadas na gramática de Costa Casas *et alii*. Julgo que com isso vai-se caminhando na criaçom de umha escola lingüística galega, bem diferente por certo da "oficial"; de passagem acrescento que nom me parece —no fundo— a obra de Freixeiro menos reintegracionista do que a de Costa Casas *et alii*.

Muito acertada achei a escolha de exemplos "patrióticos", quer próprios (como nas páginas 351, 354, 357, 629, 640, etc.), quer alheios. Neste aspecto devo salientar a quantidade de exemplos tirados de *Sempre en Galiza*, rematando —nunca melhor utilizada a palavra— o livro com um exemplo de dita obra. Como todos devíamos saber, a lingüística —como as outras ciências— nom é política nem ideologicamente neutra e os cientistas que falam da sua neutralidade apenas tentam ocultar a sua ideologia, algo que raras vezes conseguem. Suponho que

a obra de Freixeiro nom será do agrado de muitos lingüistas espanhóis por este pormenor.

Ainda que algumhas destas cousas serám repetidas nesta recensom, quero adiantar que Freixeiro usa formas proscritas, ou claramente preteridas como *Galiza, heroi, mau, xudeu, calquer, proprio, tais, licenza, presenza, apare - cimento, terza feira, vinte e un, quiñentos, meio, nengún, prouver, reticencias* (...), *sequer, somente, alén diso, até, sob, conso - ante* (por *consonte), *perto, embora, dicer*, etc. Tudo isto e o que se verá mais adiante leva-me a afirmar que estamos em presença de umha nova normativa que provisoriamente chamarei "normativa Freixeiro"; esta normativa inscreve-se firmemente no campo do reintegracionismo, além disso o autor anuncia a sua intençom de seguir a dar passos nesse caminho. A "normativa Freixeiro", deixando de parte questons gráficas, parece-me tam reintegracionista como a chamada de mínimos e, em muitos casos, Freixeiro vai mais além e é mais coerente e rigoroso que muitos utentes dos "mínimos".

Finalmente percebe-se no processo de elaboraçom da obra que o achegamento do autor a soluçons "portuguesas" (melhor seria dizer galego-portuguesas) vai a mais, compreendendo que a verdadeira forma de salvaguardarmos a nossa independência lingüística (tantas vezes invocada em vao) reside em seguir esse caminho e nom umha alternativa, batizada às avessas de autóctone, que levaria o galego à orbita lingüística do espanhol. A independência do galego temo-la que construir face ao espanhol e a ajuda que nisso nos prestar o padrom português nom fará apenas mais que reforçá-la.

A obra, para além da *Apresentación*, estrutura-se em 11 apartados:

> 1. Introdución, 2. O nome, 3 Os pronomes, 4. O verbo, 5. O adverbio, 6. A preposición, 7. A conxunción, 8. A sintaxe: estrutura do enunciado, 9. Desen-volvimentos das abreviaturas usadas nos textos literarios, 10. Bibliografía e 11. Índices.

Em cada um dos apartados onde é pertinente estudam-se as funçons sintácticas, os usos e o rendimento estilístico das formas tratadas. Algum leitor nom avisado pode achar que o apartado 8, apenas 88 páginas de um total de 748, está um tanto desequilibrado; mas engana-se, já que, como dixem, as questom sintácticas som tratadas ao longo de toda a obra e esta parte da gramática é estudada com a exaustividade a que nos tem acostumados o autor.

Na introduçom define Freixeiro a morfossintaxe e as unidades significativas (morfemas e palavras) que classifica de maneira adequada.

No segundo apartado (o nome) define e classifica os nomes fazendo depois um estudo pormenorizado do nome substantivo e do nome adjectivo. Nesta parte afasta-se da normativa ILG-RAG na formaçom dos plurais dos paroxítonos em *-el*, e em nota de rodapé apoia-se na autoridade de Joám Carlos Rábade Castinheira para

criticar devidamente a precitada normativa. O mesmo ocorre na página 50 a propósito dos paroxítonos em *-il* ainda que na nota a rodapé desta página nom critique as soluçons ILG-RAG limitando-se apenas a citá-las.

Na página 80, afasta-se de novo das preferências e das imposiçons oficialistas para a formaçom do feminino dos acabados em *-án* fazendo referência à norma "oficial" em nota; o mesmo ocorre na página 81 com o feminino dos em *-ón*.

Nom concordo com o autor quando fala do morfema de masculino e os seus alomorfes. Aceitando, como é o meu caso, umha estrutura fonológica profunda da língua nom se pode falar de um morfema de masculino da mesma forma que nom se fala de um morfema de singular a nom ser de considerarmos um morfema zero. Tanto o singular como o masculino som formas nom marcadas que se transformam em feminino e plural acrescentando-lhes o morfema correspondente. O polimorfismo do pretendido morfema é, para mim, umha boa prova da sua inexistência: o feminino de *avô* é *avô + a: avoa* (considero-o preferível ao standard português e dialectal galego *avó*); o feminino de *doutor* é *doutor + a: doutora*; o feminino de *mestre* é *mestre + a: mestrea: mestra*, umha regra —justificada também noutras partes da gramática galega— elimina umha vogal átona no contexto fronteira de morfema + vogal; o mesmo ocorre no caso de *irmao* produzindo-se depois umha contracçom dos dous *a* resultantes; o feminino de *bom* é *bon + a: bona: boa*, a regra bem conhecida que elimina um *n* intervocálico e que deve ser ordenada antes da formaçom do feminino e da velarizaçom da consoante nasal final, é a que age neste caso; o caso mais complicado seria o de *judeu* que tambem me parece de fácil soluçom: teríamos *judeu + a* na base ou estrutura profunda, a desapariçom do *u* já fica explicada polo seu caracer átono e o passo de *ea* a *ia* pode-se explicar por um fenómeno de dissimilaçom vocálica similar -mas nom idêntico- ao que explica o feminino de *seu* em *sua*.

No apartado referido aos pronomes, depois de caracterizá-los e classificá-los em pessoais, demonstrativos, possessivos, relativos, interrogativos e exclamativos, identificadores, ordinais e quantificadores, o autor procede a um estudo pormenorizado de cada classe.

No referente aos pronomes pessoais o autor utiliza a forma de cortesia *vosté*, ficando a meio caminho entre o reintegracionismo e o isolacionismo; contudo, informa em nota da soluçom ILG--RAG e da soluçom *você* que considera *máis acorde coa evolución histórica da lingua e máis próxima do portugués*.

Encontrei excelente o tratamento que se lhe dá ao dativo de solidariedade ligando-o à existência de *che*, tanto no galego como no português dialectal. O autor considera que a sua abundáncia é própria dos níveis populares da língua e fala da sua possível perda de vitalidade se a nossa língua —e

acrescento eu, a nossa naçom— chegar a se normalizar no sentido pleno da palavra.

Freixeiro presta umha especial atençom aos clíticos e aos problemas que levanta a sua colocaçom, e sobre este tema volverá a insistir no final da obra. Polo seu interesse e pola claridade com que se exprime o pensamento do autor, vou citar *in extenso* a página 175 da obra:

> Por último, e a modo de conclusión, a colocación dos clíticos en cláusulas de verbo finito está suxeita a unhas normas de natureza sintáctica polo xeral claras e indiscutidas, ainda que tamén cunha marxe relativamente ampla de opcionalidade de acordo coa estrutura da información apresentada nun determinado enunciado, isto é, de acordo con intereses comunicativos concretos en cada caso.Talvez neste sentido conviría abandonar por parte do profesorado de lingua galega, así como dos correctores e asesores lingüísticos un exceso de rixidez normativa que pode afogar algunhas das posibilidades expresivas da lingua non facilmente submetíbeis a regras gramaticais. Mais, evidentemente, sen perdermos de vista a constante presión do castelán como lingua que está a interferir profundamente tamén as estruturas sintácticas do galego no que di respeito á posición dos clíticos. Malia estas interferencias se produciren con relativa frecuencia en certos niveis da fala, son facilmente detectábeis e raras veces se transladan hoxe aos textos escritos.
>
> Ora ben, diferente é a cuestión da posición dos clíticos cos infinitivos e xerundios, por gozaren dunha grande liberdade, sen case regras que a limiten ou orienten. Certo é que o galego na maior parte das ocorrencias permite a dupla posibilidade, próclise e énclise, e así se rexistra tanto na lingua oral como na escrita. Mais tamén é certo que a tendencia xeral cara á simplificación da opcionalidade arredor da énclise vén supor, máis unha vez, a confluencia coa solución castelá e o afastamento da tradición lingüística galego-portuguesa e da práctica dominante no portugués actual. Tamén máis unha vez, a este feito non pode ser allea a interferencia exercida pola lingua dominante, interferencia agravada neste caso pola súa opacidade, pois a converxencia na énclise non pode ser en abstracto atribuída á lingua española por estar tamén presente no galego desde antigo. Ao noso modo de ver, o modelo de lingua culta que se está a conformar debe, en consecuencia, privilexiar a posición do clítico entre o nexo e a forma infinita do verbo (Veño para te ver; Temos de o agardar; Fai-no de o creres conveniente;...), tanto pola súa autoctonía e valor tradicional prestixiado por vía literaria, como por nos manter máis próximos do portugués e por supor máis unha pequena barreira frente á perigosa deriva cara á confluencia tamén sintáctica co castelán.

No meio deste texto, Freixeiro insere a nota 172, onde, com a subtileza que o caracteriza, critica as opinions de Álvarez Blanco que nom vê —ou nom quer ver— a interferência do espanhol nesta evoluçom que se está a dar no galego.

Na página 183, falando da interpolaçom de certos elementos entre o clítico e o verbo, Freixeiro volta a falar do secular condicionamento do galego polo espanhol. Duas páginas mais adiante insiste no mesmo sujeito sempre defendendo o galego da sua desnaturalizaçom polo espanhol e postulando, conseqüentemente, revitalizar e reforçar o uso da interpolaçom.

Na página 204 fala do carácter popular de *aquela*, *aquelar*, *aqueloutrar*, etc. Estou completamente de acordo e julgo que um dos mais graves problemas que tem o galego na actualidade é a parcial ou absoluta ignorância do que som os níveis de língua por parte

dos seus utentes —especialmente grave nos "oficialistas"—. Podem-se encontrar os exemplos que se quigerem, tanto na língua escrita como na falada a níveis formais; por citar só um caso referirei-me à língua utilizada na TVG, tanto em informativos como em filmes dobrados: nos informativos som muitas as vezes que ouvim, falando de um acidente aeronáutico: *o aviom esnafrou-se* (!!!); nos filmes, é freqüentíssimo ouvir, quando umha pessoa incomoda involuntariamente outra, pedir desculpas com um terrível *amolei-no?* completamente fóra de contexto.

Na página 212 criticam-se de excelente maneira as construçons tipo *diante sua*, etc.; de passagem o autor aproveita a oportunidade para criticar, mais umha vez, Álvarez *et alii*; acho que nom é necessário ser um grande lingüista para descobrir que se trata de decalques do espanhol vulgar.

Na página 221 fala o autor do possessivo enfático, chamado polos isolacionistas de exclusiva pertença, indicando que o seu uso deve ser limitado à língua popular. O mesmo ocorre (página 225) com as horríveis —numha língua culta— contracçons *cadanseu*, *cadansua*, etc., intoleráveis num nível medianamente elevado onde seriam aceitáveis *cada um o seu* ou *cada um a sua*. Porém, existem muitos manuais e livros de texto que dam estas formas como normativas sem advertirem que som formas populares.

Na página 228 condenam-se os chamados "possessivos de respeito" *mi, tu, su*, etc., considerando-os, acertadamente, umha interferência do espanhol.

Freixeiro postula *cais* como plural de *cal* na página 236.

Muito acertada acho a defesa que fai (páginas 236 e 237) do relativo *cuxo*, próprio dos níveis formais da língua; o autor aproveita a oportunidade para criticar, mais umha vez, com a sua subtileza habitual, Álvarez *et alii*:

> Nada, pois, de circunloquios e de inúteis exercicios de alteración da cláusula para desa maneira evitarmos a utilización dunha forma totalmente lexítima e inclusive necesaria nalgúns contextos, sobretodo na precisa linguaxe xurídica e burocrática, onde con frecuencia se torna imprescindíbel (...)
>
> Novamente estamos perante un caso de diferenciación de rexistros lingüísticos: a fala popular espontánea, por moi auténtica e enxebre que ela sexa, non debe ser transladada automática ou mecanicamente ao ámbito formalizado da linguaxe técnica e especializada e, en consecuencia, hai formas da lingua coloquial que non se utilizan, nen deben utilizarse, na lingua formalizada, e á inversa, formas empregadas nos rexistros formais que non teñen reflexo na oralidade. Así acontece na xeneralidade das linguas e o galego tamén non debe ser nisto unha excepción.

Nas páginas 249-250 postulam-se como formas normativas, em contra do binómio ILG-RAG, para os pronomes identificadores *proprio*, *calquer* e *tais* como plural de *tal*.

Na página 251 o autor dá-nos mostras da sua inclinaçom polas construçons do tipo *gostar de...*; mais além dirá (p. 570):

> Neste sentido, obsérvase vontade de estilo nos escritores que utilizan a construción **gostar de**.(Acrescentaria que nom é só vontade de estilo o que se observa).

No estudo particular que fai do artigo volta a demonstrar, mais umha vez, o seu domínio dos níveis lingüísticos ao indicar o carácter coloquial do artigo com os nomes de pessoa.

Na página 281 Freixeiro dá um lista de ordinais mais longa que Álvarez *et alii* ou as *Normas*, com isso introduz um *ducentísimo* de que nom creio gostem os isolacionistas. Na mesma página figura *terza feira* mentres os isolacionistas apenas "toleram" *terceira feira*.

Também nos pronomes quantificadores definidos e absolutos marca as suas distáncias com a normativa ILG-RAG. Assi nos unitários, dá como normativos *vinte e un, vinte e dous,...* e *qui - ñentos* relegando *cincocentos* à fala popular da qual nunca deveu sair:

> Tamén existe na fala popular **cincocentos / cincocentas**, forma mais adecuada para contar por centos obxectos ou produtos materiais.

Igualmente ocorre com os partitivos onde defende a forma *meio*, distinguindo-a de *medio* e indicando com precisom os uso de ambos os vocábulos. Nos colectivos cumpre salientar a nom aceitaçom de *mil* como tal. Dentro dos colectivos, Freixeiro opta polo proscrito *nengún*.

A parte do verbo achei-na especialmente bem tratada e ainda que segue —em geral— o caminho de Costa Casas *et alii*, está tratado com muita mais profundidade e afasta-se deles nalgumhas ocasions em que, muitas das vezes, a razom está da sua parte.

Depois de defini-lo e classificá-lo nos seus diferentes tipos, começa Freixeiro por estudar a morfologia dos verbos regulares de forma atinada e coerente. Dissinto del no atinente aos alomorfes da vogal temática, em cuja existência nom acredito; trata-se, como no caso do morfema de masculino, de umha questom de escolas lingüísticas; aceitando na fonologia das línguas umha estrutura profunda e outra superficial, há umha série de regras para passar da primeira à segunda que fam que as diferenças apreciáveis na estrutura superficial derivem de formas únicas na estrutura profunda.

O autor fala de formas alternantes como *sais / saes* e *posuis / posues*; isto é um passo adiante mas eu animaria Freixeiro a dar mais um passo e abandonar as formas que dá em segundo lugar.

No MNP da segunda pessoa do pretérito, opta-se decididididamente pola forma *-che*, informando em nota que nom é esta a escolhida pola normativa ILG-RAG e procurando exemplos populares para apoiar *-che*.

Na página 311 começam os modelos e paradigmas da conjugaçom verbal, citando-se em nota os guias existentes e aparecendo em primeiro lugar o da AGAL. Os modelos (*andar, bater, partir, cear, perdoar* e *traducir*) coincidem em boa medida com os de Costa *et alii*. No caso das chamadas "formas longas" já na página 309 se

dava em segundo lugar a soluçom oficial *marchabamos, marcharamos e marchariamos* (pondo-lhe mais reparos a esta última e sem fazer mençom do horrível *marchasemos*) mas agora tenhem desaparecido completamente e só figuram as formas com acentuaçom proparoxítona.

Na página 316 incluem-se entre os semi-regulares *ler, crer* e os findos em *-oer* aceitando-se, portanto, as formas *creio, leio, doio,* etc. Porém, quando na página 322 aparece o paradigma de ler nom figuram as formas com *i,* concluo que o autor prefere as formas sem *i* apesar de aceitá-las; no paradigma de doer figuram *doo ou doio, doi ou doe,* etc.; vê-se que Freixeiro aceita de melhor gana, neste caso, as formas reintegracionistas apesar de dá-las em segundo lugar; com *posuir* ocorre à inversa: figuram em segundo lugar as formas isolacionistas: *posuis ou posúes, posui ou posúe,* aqui já o autor prefere, decididamente, as formas reintegracionistas. Seguindo com os verbos semi-regulares, no atinente às alternáncias da CIII com vogal temática *e* Freixeiro também segue a via reintegracionista buscando exemplos de Curros, Pondal e Manuel António (*repétese, despede* e *repétema*) para justificar as alternánancias nom aceites pola "norma"

Nos modelos e paradigmas dos verbos irregulares o autor coincide, em grande medida, com Costa *et alii*. No verbo *dar* nom aceita as formas populares do subjuntivo sem aludir sequer a serem as propugnadas pola "norma", o mesmo ocorre com o verbo *estar*. No caso de *dicer* acho mais umha vez a subtileza de procurar um exemplo popular para justificar a forma correcta. Ao falar de *ouvir* nom se fai referência algumha a *oír*, única forma autorizada polo "oficialíssimo" livro de Díaz Regueiro: *Os verbos galegos,* editado pola Dirección Xeral de Política Lingüística e distribuído gratuitamente em todos os centros de ensino. O autor inclui *parir* que nom figura em Costa Casas *et alii* por considerá-lo regular, neste caso concordo com el em aceitar as formas populares com *i* que evitam a homonimia com formas de *parar*. O razoamento que se dá na nota 38 da página 332 para justificar a escolha da raiz *prouv-* em vez de *prougu-* parece-me impecável. Na nota 39 volta a se apoiar em exemplos populares para a defesa de *quer*.

Falando do pretérito de subjuntivo Freixeiro condena decididamente as formas em *-ra*:

> Aínda que na fala a constante interferencia do español está a provocar a confusión de usos entre o antepretérito (**-ra**) e o pretérito de Subx (**-se**), só é con este valor desiderativo que o primeiro se pode utilizar en lugar do segundo...

Na nota 52 critica Álvarez *et alii* por nom considerarem tal uso umha evidente interferência do espanhol.

O autor fai um estudo particular do futuro do subjuntivo dividido numha introduçom, evoluçom histórica e causas do declive, o futuro de subjuntivo nas gramáticas galegas, usos prescritivos e rendibilidade e expressividade. Nel fai-se umha defesa decidida do seu uso ao tempo que se critica, subtilmen-

te, os que o ignoram ou os que falam de evoluçom paralela em galego e espanhol (!), defesa que me parece fundamental e acertadíssima. Freixeiro comeza o seu estudo dizendo:

> O futuro de Subx. fica hoxe, dentro dos estudos gramaticais do galego, nunha espécie de tempo "fantasma" que case todos citan dentro do paradigma verbal, para logo afirmaren que se non usa ou para o ignoraren na indicación do valor dos tempos e modos verbais. Inclusive algúns estudiosos xa prescinden totalmente deste tempo.

Ao falar da sua evoluçom e declive, o autor dá abundantes exemplos do seu uso no século XIX, tanto populares como literários. Pergunta-se depois se o forte recuamento do seu uso no século XX até, praticamente, desaparecer da fala popular é um fenómeno natural ou nom; eis a sua resposta:

> Coidamos que se debe procurar a resposta no confronto co portugués, de forma que, se un trazo lingüístico característico do galego-portugués medieval está aínda plenamente vixente no portugués actual e tivo certa presenza no galego oral decimonónico, manténdose ademais ininterrompidamente, con maior ou menor fortuna, en toda a nosa tradición literaria até a actualidade, tal trazo debe ser recuperado no modelo estándar do idioma para así intentarmos restabelecer a autenticidade lingüística. Se, para alén disto, se dá a circunstáncia de a perda de tal trazo se producir en coincidencia co castelán, contribuíndo así a unha maior aproximación do galego a esta lingua e de paso a un maior afastamento do portugués, á parte de considerarmos tal proceso como unha interferencia allea ao proprio sistema lingüístico, xulgamolo así mesmo como duplamente prexudicial para a pervivencia da lingua e como máis un paso cara á conversión do galego nun dialecto do español. Parece lóxico, pois, pensarmos que o proceso de desaparición do uso do futuro de Subx., en coincidencia co que aconteceu no castelán, é máis unha consecuencia da presión desta lingua sobre o galego, polo que se converte en lexítima e mesmo necesaria a súa revitalización desde unha óptica restauradora do idioma.

No apartado referido às gramáticas constata o autor a sua constante presença desde Mirás, Saco e Valladares até Carvalho Calero, passando por García de Diego, Lugris, Carré Alvarellos, etc. Sinala que é nos trabalhos mais próximos à actualidade onde desaparece dos paradigmas verbais ou se fai constar a sua desapariçom da fala. Quero salientar o tratamento que dá a Álvarez *et alii*, e Costa Casas *et alii*; a primeira é criticada apesar de o incluir nos paradigmas verbais, da segunda, depois de fazer constar que também o recolhe nos paradigmas verbais, di:

> ...a **Nova gramática para a aprendizaxe da língua**, que asinala o tipo de cláusulas en que se usa, sen máis limitacións...

Finaliza o seu repasso falando de *as actuais normas oficiais* que o incluem nos paradigmas verbais e nom proibem o seu uso apesar de dizerem que carece de suporte na fala viva.

Nos seguintes apartados indica os casos em que deve ser utilizado de forma prescritiva e estuda a sua rendibilidade e expressividade com abundantes exemplos, tanto da literatura culta como da popular, na linha geral da obra de ser *também* umha autêntica estilística da língua.

Nas páginas 387-389 o autor fala muito atinadamente da relaçom entre futuro de subjuntivo e infinitivo flexio-

nado acabando por fazer umha acesa defesa do seu uso que nos singulariza dentro da Romániа. No apartado *ámbitos de uso: evolución e causas* fala o autor, apoiando-se em Gondar, do seu declive:

> As causas desta restrición de usos orais está para el na castelanización dos falantes, sendo decisiva a influencia da morfoloxía castelá e a ausencia de escolarización en galego nesa altura, falta por sabermos se hoxe, transcorridos máis de vinte anos desde aquelas impresións e co galego incorporado ao ensino, a utilización na lingua oral do infinitivo flexionado se ten incrementado, feito que nos parece evidente nos usos formalizado da lingua, mais non tanto na fala popular.

Menos prudente e optimista do que Freixeiro opino que o infinitivo flexionado continua a perder terreno na fala popular. O problema, em minha opiniom, para recuperar este tipo de formas (futuro de subjuntivo, infinitivo flexionado, sistema nom pagao dos dias da semana, etc.) está na própria escola, desde os seus níveis mais baixos, que continua a agir como elemento desgaleguizador. A imensa maioria dos mestres, no melhor dos casos, limitam-se a ensinar, quando as ensinam, estas formas de umha maneira livresca podendo chegar a fazerem exercícios, mas nom as usam eles próprios na sua relaçom com os alunos nem sequer quando estám dando aulas (salvo no momento de explicá-las) por nom as terem integradas no seu sistema lingüístico. Os professores teriam de fazer o esforço de as integrarem e usá-las normalmente. A culpa nom é principalmente deles mas da formaçom que recebem e da falta de interesse das autoridades académicas —e nom só— na recuperaçom destes traços tam genuínos. Parece-me que isto é tam importante ou mais do que a eliminaçom de espanholismos léxicos do tipo: *Dios, escuela, parexa, conexo, tixeiras*, etc.

Freixeiro critica duramente os que consideram optativo o uso do infinitivo flexionado ou nom insistem suficientemente na sua obrigatoriedade em determinados casos e volta a salientar positivamente a obra de Costa Casas *et alii*:

> É na **Nova gramática para a aprendizaxe da língua** onde se achan claramente explicitados como obrigatorios dous usos do infinitivo flexionado (...) Tamén se asinalan casos de uso obrigatorio da forma invariábel (...) Nos demais casos fálase de uso opcional do infinitivo flexionado ou da forma invariábel en función do interese en salientar o suxeito ou só a acción verbal.

Freixeiro dá umhas regras claras para o uso *obrigatório* do infinitivo flexionado, ampliando as de Costa Casas *et alii* e segue insistindo na necessidade de fomentar o seu uso e criticando os que nom o fam:

> Está claro que o galego tan hoxe, felizmente, determinados ámbitos de uso que fan conveniente e mesmo necesario un modelo culto e unificado de lingua, para o que en ocasións se acode a asesores e correctores lingüísticos que na maior parte dos casos se limitan a aspectos puramente ortográficos e deixan de lado outros igualmente incorrectos e estruturalmente mais graves. Un deles é a falta de uso do infinitivo flexionado cando a sintaxe galega o demanda ou exixe.

É difícil denunciar melhor do que o fai Freixeiro —nom só aqui— o nefas-

to papel que estám a desempenhar a imensa maioria dos assessores e correctores lingüíticos à soldo da *Xunta de Galicia*. Como conlusom do uso que se deve fazer das formas flexionadas do infinitivo, di-nos:

> Fora destes casos, o uso do inflinitivo flexionado será facultativo, aínda que existen factores que favorecen claramente o seu emprego:...
>
> Como criterio xeral, nun rexistro culto de língua propomos o uso do infinitivo flexionado sempre que for posíbel gramaticalmente e que non resultar estilisticamente desaconsellábel. (...)
>
> Dada a tendencia actual da lingua á diminución de usos do infinitivo flexionado, convén insistirmos no carácter prescritivo dos mesmos e determinadas circunstancias. Algo parecido acontece, como xa vimos, no caso do futuro de Subx. Para garantirmos a pervivencia dos dous trazos morfosintácticos parece necesario tal carácter prescritivo nos usos formalizados da lingua. Se as gramáticas portuguesas non inciden especialmente neste aspecto é por estas formas teren plena vixencia na lingua de alén Miño e por o portugués non estar submetido a interferencias estruturais graves; mais a este lado a situación do galego é diferente e precisa tamén un tratamento específico.

A propósito do infinitivo gerundial, o autor fala do seu carácter dialectal em galego e geral em português e sinala o fenómeno do seu uso literário, cada vez mais freqüente em galego por escritores de zonas onde nom se usa popularmente; atribuindo-o a um traço de estilo e a um possível afám diferencialista com respeito ao espanhol. Citarei, outra vez, as palavras do autor:

> A xeito de conclusión, debemos constatar que o infinitivo xerundial é unha construción característica do ámbito galaico-portugués ... aínda que ao norte do Miño a súa implantación só se fixese notar na zona do sul. (...) desde o último período medieval a lingua falada no noso territorio vai seguir un camiño proprio, diferente da variante portuguesa, que non terá nengunha posibilidade real, por factores sociopolíticos, de influír nela, sendo só interferida polo castelán, lingua que neste caso non conseguiu deter a expansión do fenómeno, talvez polo prestixio literario alcanzado.
>
> Así pois, cabe pensarmos que o vigor que esta construción foi adquirindo en Portugal aquí se vise freado primeiramente, en parte por non existir na lingua de Castela e, en parte, pola extrema debilidade dunha tradición escrita que en Portugal parece ter contribuído decididamente á súa xeneralización en todo o territorio e que aquí a deixou reducida a trazo dialectal até que a literatura galega resurxiu na segunda metade do XIX e se consolidou con forza no século XX. (...)
>
> (...) A partir disto, e tendo en conta que tal trazo nos afasta do castelán e nos aproxima máis do portugués, parece lóxico considerarmos útil e conveniente, desde os postulados que vimos defendendo para outros casos similares (...) a súa potenciación como característica importante do galego común desde o modelo culto de lingua que se está a construír, sempre, claro está, dentro dos límites do bon uso e da corrección lingüística.

Mais umha vez, Freixeiro explicita-nos a sua filosofia lingüística, situada nas antípodas dos partidários de um galego "construído por elaboraçom".

Também concordo com o autor a respeito do gerúndio flexionado, é claro que sem abusar do seu uso e reconhecendo —como ele próprio fai— que é mais umha peculiaridade que partilhamos com o português dialectal.

No espinhento assunto das perífrases verbais estimo que o autor é indul-

gente de mais, aceitando alguns complexos verbais que o nom som como perífrases; assi ocorre na página 444 onde se aceita como perífrase incoactiva *comezar (principiar, empezar) + infinitivo*; neste caso coincido com Costa Casas *et alii*, que nom a incluem; o aspecto incoactivo vem dado polo próprio significado dos verbos "auxiliadores". O mesmo ocorre com *continuar (ou seguir) + xerundio* e a sua variante *continuar (ou seguir) a + infinitivo*; tampouco figura em Costa Casas *et alii* e também, como no caso anterior, o aspecto imperfectivo está contido no significado próprio dos verbos "auxiliadores". O autor parece aceitar como perífrases perfectivas as que tenhem como auxiliares *acabar, rematar, deixar, etc.*, citando como exemplo *acabou de contar o conto* que eu nom considero perífrase. Na p. 459 afirma claramente serem perífrases terminativas as construídas com *acabar (rematar, terminar) de + infinitivo*, máis umha vez concordo com Costa Casas *et alii*, que nom as incluem. Algo diferente é o caso de *deixar(se) de + infinitivo*, aqui parece-me produzir-se umha perda parcial do significado originário, portanto estou mais de acordo com Freixeiro do que com Costa Casas *et alii*, que tampouco a incluem.

Também concordo no interesse de potenciar *ter de + infinitivo* face a *ter que + infinitivo* que, como di o autor na nota 71 da página 467 é considerada umha influência do espanhol no português (deveria-se acrescentar *e no galego*).

No apartado consagrado ao advérbio, Freixeiro insere umha nota na página 497 que nom resisto a tentaçom de transcrever:

> Para distinguirmos os adverbios e as locucións adverbiais o criterio utilizado é o de conformaren graficamente unha palabra (adverbio) ou máis de unha (locución). Perante o confusionismo reinante nalgúns casos, tanto con adverbios como con preposicións (**talvez / tal vez, amodo / a modo, devagar / de vagar, acarón / a carón, através / através**, etc), optamos por escoller aquela opción coincidente coa norma portuguesa ao considerarmola a máis coherente mesmo co propósito declarado nas normas oficiais, tendo en conta, ademais, que na nosa tradición escrita está suficientemente consolidada. É este un dos casos en que a coincidencia coa solución portuguesa non implica en absoluto nengunha renuncia do galego a algo de seu nen supón nengún problema de aprendizaxe ou socialización. E neste caso tal cuestión ten unha especial relevancia, que transcende a estritamente gráfica, por ser determinante para a identificación de adverbios, preposicións e conxuncións frente ás locucións correspondentes.

Nos advérbios de quantidade, falando da anteposiçom de *máis* a certos quantificadores, di-nos:

> Canto a **máis**, convén precisarmos que acompañando certos cuantificadores, aínda podéndose colocar antes ou despois deles, tradicionalmente, tende a se colocar antes (**Non veu máis ninguén; ..**), posición que debe ser privilexiada para preservarmos tal construción.(Justifica-o de novo com exemplos populares, umha excelente estratégia).

Na página 509 Freixeiro dá entrada nas locuçons adverbiais de afirmaçom a *con efeito* ignorando o decalque *en efeito*.

Nos advérbios de negaçon dá-se preferência a *nen* face a *nin*, e nas

locuçons citam-se *de xeito nengún, de maneira nengunha* e *de nengún xeito* sem citar sequer as formas com **ningún / *ningunha*. Nos advérbios de dúvida *quizá* é claramente preferido face a *quizás, quizais e quizabes*; dentro das locuçons introduz *se callar*. Nos advérbios de realce postulam-se as formas *sequer* e *somente* (que exclui um feminino **soa*) sem fazer nengumha referência a *sequera* e *soamente*. Entre as locuçons de inclusom introduz-se *alén diso*.

Passando às preposiçons, Freixeiro distingue entre preposiçons propriamente ditas e outras classes de palavras que também podem cumprir a funçom relacionante das mesmas; dentro das primeiras, o autor dá preferência a *até* sobre *ata* e a *sob sobre so* (no estudo particular de *sob*, limita *so* a variante literária, à mesma altura de *su*); nas segundas inclui *consoante* sem citar sequer *consoante*. No atinente às locuçons prepositivas inclui *perto de* sem considerar *preto de*.

No apartado dedicado a outras preposiçons concordo absolutamente com o autor quando fala de outras preposiçons criadas popularmente e que se utilizan na língua literária, nelas inclui *agás, deica, malia* e *cas*; nas locuçons inclui *cando a, onde a* e *xunto a*; o tratamento que se fai das contracçons de uso popular (inadmisíveis num nível culto) *canda, onda* e *xunta* é impecável.

Entrando nas conjunçons: Nas copulativas inclui-se *nen* na lista inicial ainda que mais adiante se aceite *nin* como variante. Entre as disjuntivas e distributivas situa-se *quer...quer*. Dentro das adversativas inclui-se *porén*, indicando em nota o "respeito" que lhe merecem ao autor *non embargantes* e as suas variantes. Dentro das concessivas fai-se figurar *embora*. No atinente às temporais concordo completamente com o autor no que di a propósito de *que/ca* e *como/coma*; além disso utiliza duas notas para com a habilidade de sempre —mau de ferro em luva de veludo— criticar as posturas "oficialistas".

No apartado 8 estuda Freixeiro a sintaxe e a estrutura do enunciado; começa estudando as unidades sintácicas: morfema, palavra, cláusula e enuciado. No seguinte subapartado trata das funçons sintácticas da frase na cláusula; achei muito interessante a subsecçom 8.2.3.2. que se ocupa da preposiçom *a* com o complemento directo. Falando do seu uso nas diferente línguas románicas, di:

> ... entanto que no sistema lingüístico galego-portugués é considerablemente máis reducida, malia na estrutura gramatical do galego ter avanzado modernamente por presión da que durante séculos foi no seu territorio lingua oficial.

Discrepo, levemente, com o autor por crer que esse pretérito nom é correcto, o espa-nhol continua a ser língua oficial na Galiza apesar da co-oficialidade do galego. Também di:

> Os casos en que pode utilizarse **a** preposición aco Cd, sen ser <u>polo xeral</u> [o sublinhado é meu] obrigatoria salvo por nececesidade de comprensión e / ou clarificación, son os seguintes:...

Também neste caso dissinto parcialmente com Freixeiro, estimo que devia ser um pouco mais claro especificando em cada um dos casos; em minha opiniom, só os caso *b)* e *f)* (salvo a restriçom que o próprio autor fai) exigem de forma obrigatória a preposiçom; nos demais deveria-se proscrever o seu uso. A conclusom, porém, encontro-a, mais umha vez, esplêndida; vou-na citar parcialmente:

> En resumo, como fío argumental que caso por caso se vai repetindo ao longo desta obra, tamén no uso da preposición **a** con CD se produciu o paso dunha situación inicial na época medieval en que o galego (-portugués) a non usaba como norma xeral, frente ao que acontecía en castelán, até a situación actual, onde o emprego da preposición con nomes de persoa está bastante estendido na fala habitual en galego e na súa proxección á literatura dos dous últimos séculos. Como en boa parte dos casos en que a deriva do galego o foi afastando da situación inicial, o resultado acabou por ser a separación da solución común galego-portuguesa, presente na norma de alén Miño, e a aproximación á do español, se ben mantendo aínda un menor uso da preposición.
>
> A modo de conclusión, a situación actual sería a seguinte:"Coma no castelán e no portugués a utilización da preposición co CD no galego está gramaticalizada cando desempeñan esta función as formas tónicas dos pronomes persoais: en cambio cos nomes propios, a diferencia do que ocorre no castelán, non se pode falar de gramaticalización; con todo, constatamos un uso moi xeneralizado. Polo que se refire ós nomes comúns cremos que as altas frecuencias de preposición non deben ser consideradas como propiamente galegas, senón como o resultado do influxo castelán" [como se pode notar pola língua usada, Freixeiro está citando]. A partir da constatación des-ta realidade, e após se comprobaren os usos que desta construción historicamente se foron dando nos nosos textos escritos, nada semella afastar neste aspecto o galego do portugués, salvo a consabida interferencia do español. Por tal razón, tampouco achamos motivos para o galego adoptar unhas pautas prescritivas neste sentido diferentes ás que rexen ao outro lado do río que historicamente nos unira e que hoxe artificialmente nos separa.

Nos seguintes subapartados estuda o autor os diferentes tipos de cláusulas, a estilística do enunciado e a sintaxe na sua relaçom com a pragmática.

Achei de muito interesse as reflexons que se fam na página 678 a propósito do carácter redundante da língua que permite um grande número de elipses.

No subapartado 8.5.4.1 estuda Freixeiro a posiçom dos clíticos segundo as estruturas informativas, concordando com as tesses de Domingos Prieto Alonso e de Carvalho Calero, na resenha feita por este de um dos trabalhos de Prieto Alonso, no difícil problema da colocaçom e deslocaçom dos clíticos.

Completam a obra o desenvolvimento das abreviaturas usadas nos textos literários; umha ampla bibliografia na que salienta, igual que nos outros dous volumes, a abundáncia de autores portugueses consultados; e dous completos índices alfabéticos: um de matérias e outro de autores.

Um Prémio (quase) ignorado: *A Tábua Ocre de Núbia*

Miguel Rivero

Já lá vam quase três anos desde que o júri do prémio "Eixo Atlântico" de teatro convocado pola Câmara Municipal de Viana do Castelo decidiu conceder esta distinçom ao autor galego João Guisan pola sua obra *A tábua Ocre de Núbia ou o significado da vida*, e é de certo surpreendente a pouca atençom que se tem prestado a esta obra desde entom. E a surpresa acrescenta-se ainda mais se o comparamos com o atordoante ruído mediático que acompanhou a concessom de galardom semelhante a Xosé Luís Méndez Ferrín no presente ano, concretamente o prémio "Carlos Blanco" de Romance do Eixo Atlântico pola sua última obra; mesmo numha visom muito apressada, e ainda considerando a diferente repercussom que a todos os níveis pode ter um autor de grande prestígio e um género (o romance) de grande difusom, frente a umha peça dramática e a um autor de menor reconhecimento público, semelha mesmo que as varas com que se medem os méritos de uns e outros seguem a ser de tamanhos muito diferentes.

O autor da peça, João Guisan Seixas, é um dos históricos do teatro galego: membro fundador da Escola Dramática Galega, actor, encenador, cenógrafo, e também narrador. Entre os anos 1977 e 1981 recebe numerosos galardons, e desde aquele momento e até ao 1997 em que obtém este prémio Eixo Atlântico, nom tivo nengum outro reconhecimento (deixaremos à imaginaçom do leitor as possíveis explicaçons deste vazio).

A obra apresenta-se sob umha aparência enganosamente académica: Actas do XXIV congresso internacional acerca de A Tábua de Núbia ou o significado da vida, e, em funçom deste artifício, estrutura-se em diferentes níveis de ficçom. O principal elemento de coesom som as sucessivas hipóteses que se vam expondo a respeito da interpretaçom e significado de umha misteriosa tábua com inscriçons indecifráveis achada no percurso de umha escavaçom no Egipto. Em funçom do anterior, adquire grande relevância a cenografia da peça: os declamantes das comunicaçons que se vam sucedendo para explicarem

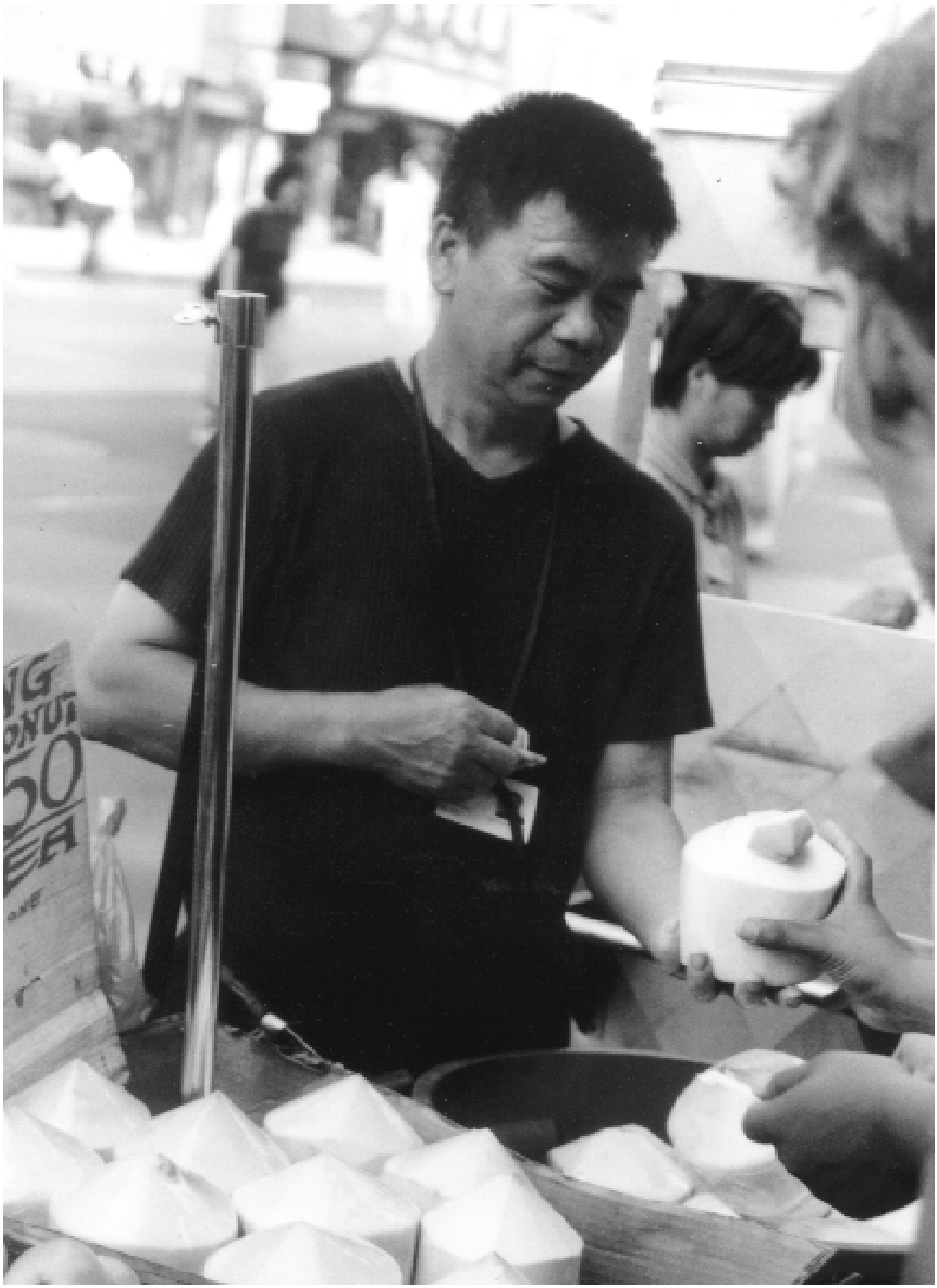
as suas teorias som grandes bustos desenhados no pano de fundo, com braços animados por actores; diante deles, as personagens desenvolvem diferentes peças relacionadas com as explicaçons destas figuras. Note-se, para já, a estilizaçom e artificiosidade que pressupom esta realizaçom cénica, estilizaçom que também se manifesta na caracterizaçom dos próprios actores. Estes actores movem-se num segundo plano da ficçom, por dizê-lo assim, subordinados aos grandes bonecos que dominam a cena desde o fundo; neste plano realiza-se um exercício de revisionismo mitológico que tem a ver com as próprias exposiçons dos conferenciantes. Assim, nas sucessivas cenas o leitor/ espectador assiste a versons muito pessoais do mito de Dédalo e Ícaro, da vida dum hipotético santo paleo-cristao (com situaçons que lembram aos momentos mais delirantes de A vida de Brian, dos Monty Python), ou a histórias com elementos tirados dos contos populares mas com ambiente nórdico, egípcio ou chinês; em todas estas cenas desborda a imaginaçom do autor para criar situaçons fantásticas, a ironia e mesmo a sátira. Como exemplo do anterior, a história que se desenvolve no VI quadro é bem significativa: os três heterónimos de Pessoa reúnem-se e, reconhecendo a sua mediocridade individual ("somos tão só meio poeta", diz o Alberto Caeiro) decidem "inventar" um outro poeta que os supere (seguindo a sua própria lógica, três meios poetas juntos fazem poeta e meio); e esta inversom das convençons é a que marca o tom geral da obra tanto no que diz a respeito do conteúdo como a nível formal.

Seguindo nesta mesma linha, nem o mundo académico escapa ao olhar satírico e engenhoso do autor: desde a própria aparência dos "Doutores" (desenhos caricaturescos sobredimensionados) até ao conteúdo das suas intervençons (interpretaçons absurdas, contraditórias e irreconciliáveis entre elas), passando polos (brilhantes) nomes das suas disciplinas: Departamento de Escandinaviologia Submarina, Centro de Altos Estudos Paleocristaos, Departamento de Estilística Forense, Academia Superior de Arqueologia Emocional... Nom ficam de lado as misérias humanas dos "Senhores Doutores": alcoolismo, problemas matrimoniais. Hai tamém aqui umha vontade satírica que leva a subverter as convençons e os modos do estamento académico, já desde o próprio título da obra.

A Tábua Ocre de Núbia apresenta-se como umha peça para ser lida, mais do que para ser repre-

sentada (ainda que o prémio inclua a representaçom da obra, para além da sua publicaçom), embora o autor tivesse em conta esta possibilidade durante a sua elaboraçom. Reconhece, contudo, as inegáveis dificuldades que apresenta a sua encenaçom na nota com que se fecha o texto. Nesta linha, e como tamém acontecera com a sua obra *Teatro para se comer*, *A Tábua ocre de Núbia* contém umha grande quantidade de acotaçons cénicas, algumhas mesmo inecessárias para a preparaçom de umha hipotética representaçom; como o próprio autor explica na introduçom da primeira das obras citadas, a justificaçom de umha tal prodigalidade nas notas justifica-se pola vontade de que seja o leitor o que disponha de todos os elementos necessários para "ver" a obra representada ao tempo que a vai lendo, sem necessidade de ter que esperar por umha representaçom que, talvez, nom chegue mais. E é graças a isso que esta peça é susceptível de ser lida com a mesma soltura e desfrute do que um qualquer romance, sem a farragosidade que, amiude, acompanha a leitura de um texto teatral.

Para finalizar, e entanto que aguardamos pola prometida encenaçom da peça, apenas insinuar a necessidade de que este texto alcance umha maior difusom da que até ao de agora leva tido, para o qual é imprescindível umha ediçom com maiores possibilidades de distribuiçom do que a existente neste momento (a do Teatro do Noroeste, com a colaboraçom da Câmara Municipal de Viana do Castelo), susceptível de chegar aos possíveis leitores polos canais habituais. No momento da elaboraçom deste texto, é práticamente impossível fazer-se com um dos 750 exemplares supostamente impressos pola entidade organizadora do certame.


NG
ONUT
50
EA

ESTUDOS

os queijos som como cocos. os cocos som como queijos. os chineses sabem de que falo, porque afinal tudo depende da forma, sempre da forma. Fundo preto sobre coco branco. Fundo branco sobre coco preto, o negativo. China town: positivo de si mesma. Vende-se, sangra-se em unidades de coco.

An American Saga

Os livros tenhem palavras. As palavras, letras. As letras também som pontos, e vírgulas. E as viagens som milhadoiros de livros. Um a um, somados a mente e corpo. o saber ocupa espaço e tempo, recurso bem escaso. os livros no milhadoiro, bombas com relógio e tempo. bombas com título, apontando para o infinito. bombas escritas, vendidas por um dólar.

(212) 274-9022
SHING

NOTAS

os melons também se vendem. já ninguém escapa a este mercado. Eles deixam casca para a publicidade. Comida rápida anunciada na sua pele, que se reflecte em óculos de olhos em cinemascope. Ruído, demasiado ruído, nesta rua. Gente, demasiada gente, nesta rua.

麥當勞
3 FLOORS OF SEATING
McDonald's

Superpopulaçom incrementa a solidom, que poeira leve. Tom zé canta, sublinha, convence. Em China town tudo é possível menos a solidom. A história parou. Quando menos a nossa. História no somatório de histórias. Mais umha, menos umha. Nada passa em Manhattan: cocos queijo, livros dólar, melons publicitários, comida rápida para os estómagos. Mas tudo passa. E nós passamos, e ..... nenhuma pessoa reúne valor suficiente para pôr umha bomba em Manhattan. carlinhos drummond canta.